

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

140

140

SALVADOR • JANEIRO DE 2006



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

PAULO GANEM SOUTO

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

ARMANDO AVENA

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA - SEI

CESAR VAZ DE CARVALHO JUNIOR

CONSELHO EDITORIAL

Cesar Vaz de Carvalho Junior

Edmundo Sá Barreto Figuerôa

COORDENAÇÃO GERAL

Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Elissandra Alves de Britto

João Paulo Caetano Santos

EQUIPE TÉCNICA

Alynson dos Santos Rocha

Carla Janira Souza do Nascimento

Fabiana Karine Pacheco dos Santos

Joseanie Aquino Mendonça

Nícia Moreira da Silva Santos

Rosangela Ferreira Conceição

NORMALIZAÇÃO

Coordenação de Documentação e Biblioteca – COBI

REVISÃO

Luís Fernando Sarno

PRODUÇÃO GRÁFICA

Fabiana Faria

DESIGNER GRÁFICO

Humberto Farias

EDITORAÇÃO GRÁFICA

Autor Visual Comp. Gráfica

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI. É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte.

Esta publicação está indexada no Ulrich's International Periodicals Directory e no Qualis.

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO, v.1 - (1994-)

Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2006.

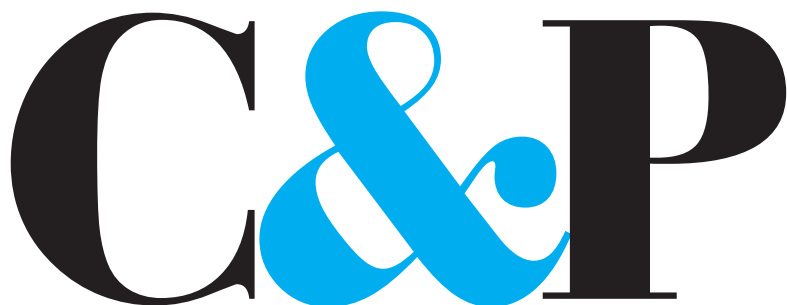
Mensal

ISSN 1413-1536

CDU - 338(814.2)



Av. Luiz Viana Filho, 435 - 4ª Avenida - 2º and. - CAB
Cep: 41.750-300 - Salvador - Bahia
Tel.: (71) 3115 4823/4822 Fax: (71) 3116 1781
www.sei.ba.gov.br/sei@sei.ba.gov.br



CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

Sumário

Economia em Destaque

Produto Interno Bruto Trimestral Baiano:
definições e resultados

Carla Janira Souza do Nascimento 4

Conjuntura Econômica Baiana 10

Artigos

Desemprego na região metropolitana de
Salvador – uma análise da duração

Cláudia Malbouisson
Wilson F. Menezes 20

Emprego estagnado no setor automotivo nacional

Nilton Vasconcelos 27

Inflação e política monetária: Balanço de 2005
e perspectivas para 2006

Everton Freire de Carvalho 30

Investimentos na Bahia

Investimentos industriais previstos irão gerar
aproximadamente 69 mil

novos postos de trabalho 36

Notícias 39

Legislação 42

Indicadores Conjunturais

Indicadores Econômicos 46

Indicadores Sociais 52

Finanças Públicas 62

Carta do Editor

A análise da economia brasileira leva a uma ampla discussão sobre os fatores que condicionam o crescimento sustentável desse país. Nesse aspecto, abordar a questão da inflação e a política monetária, bem como questões mais específicas sobre o emprego no setor automotivo e a duração do desemprego na região metropolitana de Salvador contribui, em parte, para a compreensão da atual conjuntura econômica.

A revista Conjuntura & Planejamento contempla essa discussão ao trazer assuntos que remetem a essa conjuntura. Dessa forma, a edição de **nº 140** chama a atenção do leitor para a questão da política que está sendo praticada no país e do seu reflexo sobre o nível de emprego.

O artigo de Everton Freire de Carvalho, intitulado **Inflação e política monetária: Balanço de 2005 e perspectivas para 2006**, discorre sobre a política econômica praticada no ano de 2005; o texto de Nilton Vasconcelos, **Emprego estagnado no setor automotivo nacional**, discute a estagnação do emprego no momento em que o setor automotivo brasileiro apresenta produção recorde. Outra abordagem referente ao desemprego é realizada no trabalho de Cláudia Malbouisson e Wilson F. Menezes com o título **Desemprego na região metropolitana de Salvador – uma análise da duração**, destacando a duração média completa do desemprego na Região Metropolitana de Salvador a partir dos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Assim, ao explanar, embora brevemente, sobre questões que configuram o cenário econômico, a revista Conjuntura & Planejamento contribui para o debate sobre problemas econômicos, dando ao leitor a possibilidade de ampliar seus conhecimentos acerca do assunto.

Produto Interno Bruto trimestral baiano: definições e resultados

Carla do Nascimento*

As Contas Regionais Trimestrais têm por objetivo criar uma variável que sinaliza a tendência de curto prazo da economia, que é um elemento importante para a formação das expectativas dos agentes econômicos e serve para a formulação e a avaliação de políticas públicas, tanto no âmbito governamental como na iniciativa privada. Assim, os agentes econômicos possuem uma variável provisória de sinalização da economia, de curto prazo, que antecipa os resultados do Produto Interno Bruto (PIB) anual, que somente está disponível cerca de seis meses após o fechamento do ano.

O cálculo das Contas Regionais Trimestrais é uma derivação da metodologia utilizada para o PIB estadual anualizado. No entanto,

[...] o sistema trimestral, considerado como um indicador provisório da variação em volume do valor adicionado a preços básicos, admite como hipótese que no curto prazo não existirão variações significativas na relação entre o valor adicionado a preços básicos e o valor da produção (IBGE, 1999).

Conforme afirmam Pessoti, Carvalho Jr. e Pereira (2005) em análise para o PIB trimestral baiano

[...] as informações contidas nesse indicador têm um caráter preliminar, podendo sofrer alterações conforme [surjam] novas atualizações e incorporações de dados pelas fontes primárias, assim como eventuais aperfeiçoamentos metodológicos que continuarão a serem introduzidos no cálculo deste indicador. O resultado confere a mesma ponderação das contas regionais do Brasil indicando apenas a tendência de crescimento

e/ou arrefecimento da economia em cada trimestre em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Assim como nas Contas Nacionais Trimestrais, os resultados apresentados trimestralmente pelos estados são obtidos com uma base de dados que considera apenas os segmentos mais representativos e seguem um calendário predeterminado. A prática internacional sugere atualizações periódicas, considerando as últimas informações disponíveis.

Como colocado por Silva, Rocha e Namekata (2003):

“[...] O cálculo do PIB trimestral não é uma simples repartição em trimestre do PIB anualizado. Trata-se, como já foi dito, de um instrumento de acompanhamento do desempenho da economia ao longo do ano e que pode, quando se tenta analisar a partir do trimestre, levar a resultados diferenciados com o cálculo do PIB anual para algumas atividades econômicas e logicamente com o próprio resultado total.”

E ainda segundo Silva, Rocha e Namekata (2003):

“[...] no cálculo do PIB real trimestral, o objetivo não é obter o valor do PIB a preços de um ano ou período de referência, mas construir um indicador de evolução ou taxa de variação de cada atividade econômica e sua contribuição para o desempenho da economia como um todo.”

Pode-se também ressaltar a importância do indicador na comparação entre períodos do ano corrente com o

* Economista e técnica da SEI.

do ano anterior, bem como os efeitos da política econômica sobre o desempenho do estado.

A partir de 2005, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI passou a calcular o PIB trimestral da Bahia ampliando ainda mais o leque de estatísticas para análise do comportamento das atividades econômicas do estado.

O cálculo da série com ajuste sazonal é feito pelo método X12-ARIMA, programa de ajustamento sazo-

nal do Bureau of the Census dos Estados Unidos. Cabe salientar que as séries são sazonalmente ajustadas de maneira direta, ou seja, as séries da Agropecuária, Indústria, Serviços e PIB são ajustadas individualmente.

As séries observada e ajustada para o PIB são apresentadas no Gráfico 1.

O Gráfico 2 mostra a tendência da série do PIB trimestral da Bahia.

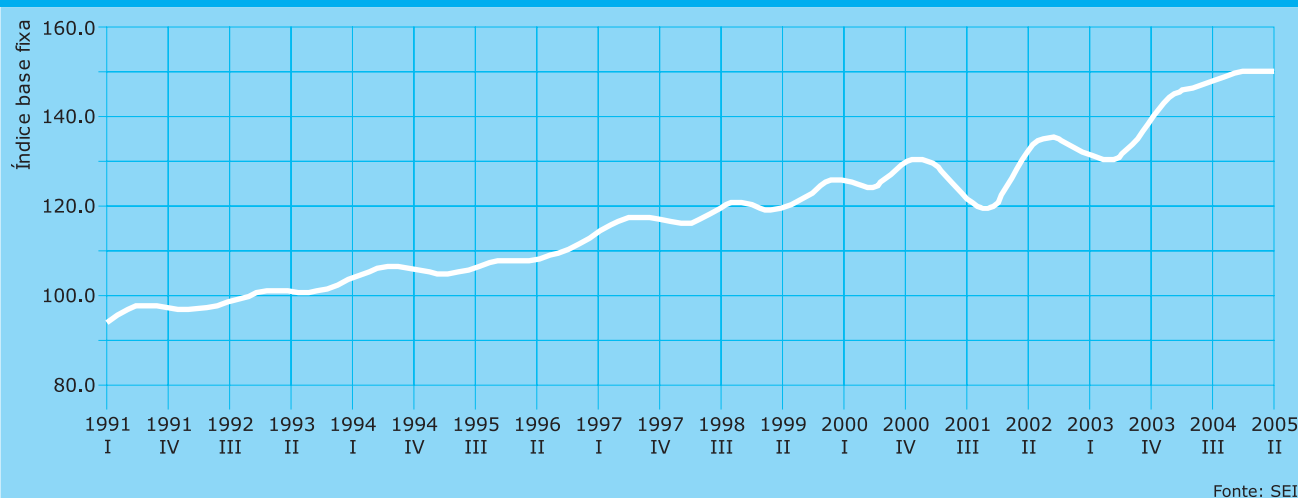
Gráfico 1

PIB trimestral, Bahia:1991-2005 - Série encadeada do índice trimestral



Gráfico 2

PIB - Índice trimestral, Bahia: 1991-2005 - Série de tendência



A próxima seção apresenta o resultado do terceiro trimestre do PIB da Bahia para as atividades de agropecuária, indústria e serviços.

Resultados do terceiro trimestre

Nos próximos parágrafos, apresenta-se o resultado do terceiro trimestre do PIB baiano comparando-o com o trimestre exatamente anterior, o mesmo trimestre do ano anterior, os últimos quatro trimestres com quatro trimestres exatamente anteriores e os trimestres acumulados ao longo do ano. Ressalta-se também o desempenho dos principais setores de atividade econômica.

O PIB da Bahia cresceu 0,4% na comparação do terceiro trimestre contra o segundo trimestre de 2005,

levando-se em consideração a série com ajuste sazonal; apresentou variação de 7,5% em relação a igual período do ano anterior; acumulou crescimento de 4,7% no período de janeiro a setembro e de 6,3% em 12 meses (Tabela 1).

No Brasil, o PIB caiu 1,2% comparando-se o terceiro trimestre com o segundo. Os resultados trimestral, acumulado no ano e anualizado foram, respectivamente, 1,0%, 2,6% e 3,1%.

Com base na Tabela 2, observa-se que setorialmente, no trimestre, Agropecuária, Indústria e Serviços apresentaram variações de 20,9%, 10,2% e 0,8%, respectivamente. Nos resultados para o Brasil, Indústria e Serviços registraram percentuais de 0,4% e 1,5%, respectivamente, e a Agropecuária, -1,9%, face à queda de alguns produtos relevantes na safra, como trigo, café e laranja.

Tabela 1
Taxas de crescimento do Produto Interno Bruto
Bahia: 3º trim./2004 - 3º trim./2005

Taxas (%)	3º trim./04	4º trim./04	1º trim./05	2º trim./05	3º trim./05
Acumulado ao longo do ano/ mesmo período ano anterior	9,0	9,7	6,3	3,3	4,7
Últimos quatro trimestres / quatro trimestres imediatamente anteriores	6,0	9,7	9,6	6,1	6,3
Trimestre/ mesmo trimestre do ano anterior	7,0	11,7	6,3	0,8	7,5
Trimestre/ trimestre imediatamente anterior (ajuste sazonal)	-6,2	6,0	1,4	-0,2	0,4

Fonte: SEI

Tabela 2
Taxas de crescimento do Produto Interno Bruto, segundo setores de atividade econômica,
Bahia: 2005

Setores	Trimestre/ mesmo trimestre do ano anterior			Acumulado ao longo do ano/ mesmo período ano anterior			Últimos quatro trimestres / quatro trimestres imediatamente anteriores		
	1º trim.	2º trim.	3º trim.	1º trim.	2º trim.	3º trim.	1º trim.	2º trim.	3º trim.
Agropecuária	9,7	-9,3	20,9	9,7	-4,8	2,0	11,8	-7,0	-2,0
Indústria	7,8	4,7	10,2	7,8	6,2	7,6	12,8	11,1	11,2
Serviços	3,7	1,8	0,8	3,7	2,7	2,1	4,8	4,1	2,8

Fonte: SEI

Agropecuária

Na Bahia, a Agropecuária cresceu 20,9% no terceiro trimestre e, mesmo com esta taxa elevada, ainda não se observa incremento positivo no acumulado do ano, que alcançou 2,0%; no acumulado dos 12 meses atingiu -2,0%. Cabe às lavouras a maior participação no valor agregado do setor, cerca de 65%. Segundo as estimativas do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE (2005b), do mês de novembro, estima-se um aumento na produção de grãos de aproximadamente 4,0%. Por lavouras destacam-se as produções de feijão (41,9%), algodão (17,1%), soja (1,5%), cana-de-açúcar (11,8%) e mandioca (7,7%).

Para a cana-de-açúcar, café e cacau, o aumento na produção reflete as variações nos preços nacionais e internacionais dos produtos. Para a mandioca, feijão e algodão, os bons resultados estão alicerçados nas favoráveis condições climáticas e de plantio.

Indústria

Os resultados de 10,2%, no terceiro trimestre, e de 7,6%, no período de janeiro a setembro, mostram manutenção do ritmo positivo de crescimento, iniciado em 2004, apesar de já indicarem um ritmo de desaceleração do setor industrial, que tem participação significativa no PIB estadual, cerca de 49,0%.

Gráfico 3
PIB e subsetores, Bahia: 2004/2005

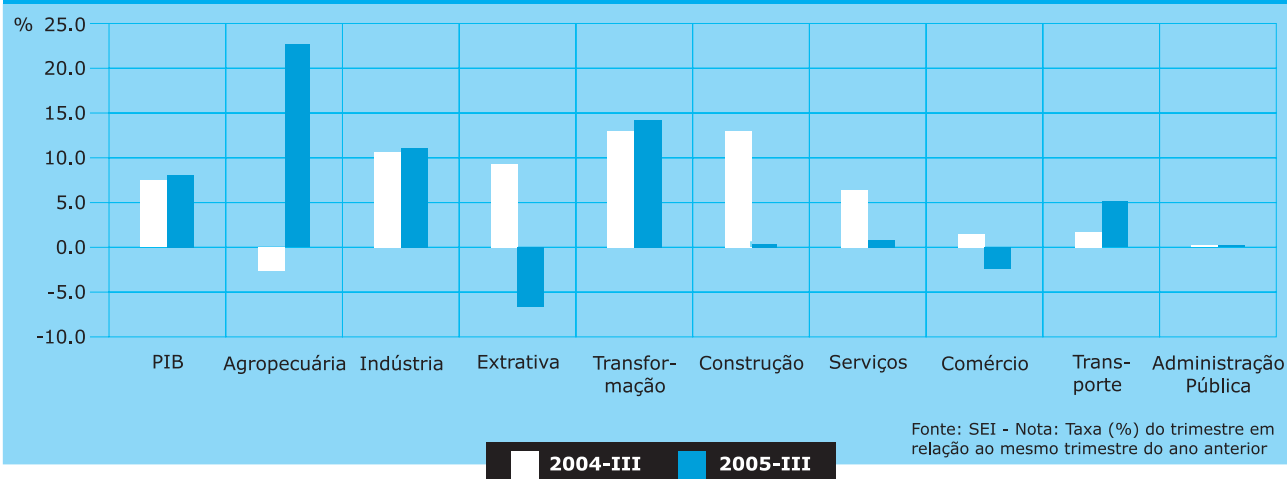


Tabela 3
Taxas de crescimento do Produto Interno Bruto do setor industrial
Bahia, 2005

Setores	Trimestre/ mesmo trimestre do ano anterior			Acumulado ao longo do ano/ mesmo período ano anterior			Últimos quatro trimestres / quatro trimestres imediatamente anteriores		
	1º trim.	2º trim.	3º trim.	1º trim.	2º trim.	3º trim.	1º trim.	2º trim.	3º trim.
Indústria	7,8	4,7	10,2	7,8	6,2	7,6	12,8	11,1	11,2
Extrativa mineral	-1,4	-2,5	-6,1	-1,4	-2,0	-3,4	4,1	2,0	-1,9
Transformação	9,3	6,2	13,7	9,3	7,7	9,7	16,2	14,1	14,3
Construção	4,5	0,4	0,4	4,5	2,4	1,7	3,2	2,8	2,5

Fonte: SEI

Dentre os segmentos que têm levado ao desaquecimento do setor industrial, a indústria extrativa mineral apresentou resultados pouco significativos em todos os trimestres do ano, acumulando em três trimestres taxa de -3,4%. Tal desempenho reflete a queda de 3,6% da produção física da extrativa mineral, influenciada principalmente pela redução na extração de gás natural e de óleo bruto de petróleo, segundo resultados de outubro da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE (2005c).

A indústria de transformação teve crescimento de 13,7% no trimestre e de 9,7% no acumulado do ano. Dentre os segmentos, com base na PIM de outubro, que registraram taxas positivas no acumulado até outubro, tem-se: refino de petróleo e produção de álcool (5,7%); alimentos e bebidas (8,3%); veículos automotores (35,6%); celulose, papel e produtos de papel (6,4%); borracha e plástico (8,1%); e minerais não-metálicos (8,5%). O segmento de produtos químicos apresentou taxa nula no período.

O gênero metalurgia básica registrou queda de 1,5% no período, em decorrência da redução na fabricação de ouro em barras e vergalhões de aço. No entanto, outros fatores também prejudicaram a produção: a política cambial; os juros elevados; a desaceleração econômica, que influencia seu principal demandante (construção civil); e as más condições de infra-estrutura (rodovias).

Apesar dos resultados positivos, existe expectativa de alguma redução da atividade industrial no quarto trimestre, dada a oscilação do câmbio, os juros elevados e a redução da demanda.

A construção civil apresentou resultados bastante tímidos nos dois últimos trimestres, após um crescimen-

to de 4,5% no primeiro trimestre, acumulando no ano taxa positiva de 1,7%. Esse resultado está fortemente influenciado pela redução da construção pesada (estradas, metrô, etc.) e sustentado pelo aumento nas obras do setor habitacional, principalmente de condomínios de alto padrão, hotéis e pousadas. O consumo de cimento, muito ligado ao setor de construção civil, caiu 4,0% no ano, até o mês de outubro.

Serviços

No setor de serviços, as atividades de comércio, transporte e administração pública participam em mais de 50%.

No segmento de comércio, da mesma forma que no setor de serviços, observa-se claramente a desaceleração ao longo dos três trimestres do ano, com taxas de 7,8%, 3,3% e -0,4%, respectivamente, acumulando no ano 3,5%. Na verdade, esse segmento apresentava bons resultados desde 2004, e começa a desacelerar a partir do segundo trimestre de 2005. No entanto, observa-se que os resultados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE (2005d) mostram que o volume de vendas do comércio varejista acumulou até outubro acréscimo de 7,6%. Assim, pode-se conjecturar que a redução no segmento é determinada pelo setor atacadista, que representa cerca de 40% do valor agregado do comércio, principalmente influenciado pela queda nas vendas de combustíveis por parte das distribuidoras. Segundo dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP), no período de janeiro a outubro, as vendas de combustíveis em Salvador reduziram 2,4% (SUPERINTENDÊNCIA..., 2005). Outro segmento que também vem afetando as vendas do atacado é o de material de construção, que no ano já acumula queda de 6,3%, segundo dados da PMC.

Tabela 4
Taxas de crescimento do Produto Interno Bruto do setor de serviços , Bahia: 2005

Setores	Trimestre/ mesmo trimestre do ano anterior			Acumulado ao longo do ano/ mesmo período ano anterior			Últimos quatro trimestres / quatro trimestres imediatamente anteriores		
	1º trim.	2º trim.	3º trim.	1º trim.	2º trim.	3º trim.	1º trim.	2º trim.	3º trim.
Serviços	3,7	1,8	0,8	3,7	2,7	2,1	4,8	4,1	2,8
Comércio	7,8	3,3	-0,4	7,8	5,5	3,5	11,0	9,1	5,5
Transportes	5,5	1,7	5,1	5,5	3,6	4,1	12,5	9,0	6,2
Administração Pública	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	1,0	1,0	1,0

Fonte: SEI

O segmento de transporte vem se destacando ao longo do ano, acompanhando o ritmo da economia, apresentando crescimento de 5,1% no trimestre e de 4,1% no acumulado do ano. Esse resultado está fortemente relacionado ao volume exportado, que teve aumento no ano de 48,6% até o mês de outubro. Os dados de embarques e desembarques no Porto de Salvador apresentaram aumento de 6,7% no ano, e os passageiros embarcados e desembarcados no aeroporto de Salvador registraram aumento de 7,2% (SUPERINTENDÊNCIA..., 2005).

Por fim, a análise do PIB trimestral da Bahia permite inferir bons resultados para a economia baiana em fins de 2005, uma vez que se observa uma taxa acumulada nos três trimestres de 4,7% e no acumulado de quatro trimestres de 6,3%, quando comparados com o mesmo período anterior, indicando possível manutenção da tendência de crescimento para 2006.

Referências

- IBGE. *Contas nacionais trimestrais*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 05 dez 2005a.
- _____. *Levantamento sistemático da produção*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 05 dez. 2005b.
- _____. *Pesquisa industrial mensal*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 05. dez. 2005c.
- _____. *Pesquisa mensal de comércio*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 05 dez. 2005d.
- _____. *Produto interno bruto trimestral*. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. 43 p. (Relatórios Metodológicos, v. 19)
- PESSOTI, Gustavo Casseb; CARVALHO JR., Cesar Vaz; PEREIRA, Ítalo Guanais Aguiar. PIB da Bahia alcança 3,6% no primeiro semestre de 2005. *Conjuntura & Planejamento*, n. 136, Salvador: SEI, set. 2005. No prelo.
- SILVA, Célio Pinheiro da; ROCHA, Maria Eloísa Bezerra da; NAMEKATA, Yoshio. *Nota metodológica para o cálculo do PIB trimestral do Ceará*. Fortaleza: IPECE/SEPLAN, 2003. (Texto para discussão, 2)
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Atividade econômica fecha 2005 com crescimento de 5,6%. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br/>>. Acesso em: 28 dez. 2005. ■



Conjuntura Econômica Baiana

Em outubro de 2005, os principais indicadores da economia baiana voltaram a registrar variações positivas na comparação com o mesmo período. Produção industrial, comércio exterior e vendas do comércio varejista mantiveram a tendência de crescimento verificada durante os nove primeiros meses de 2005.

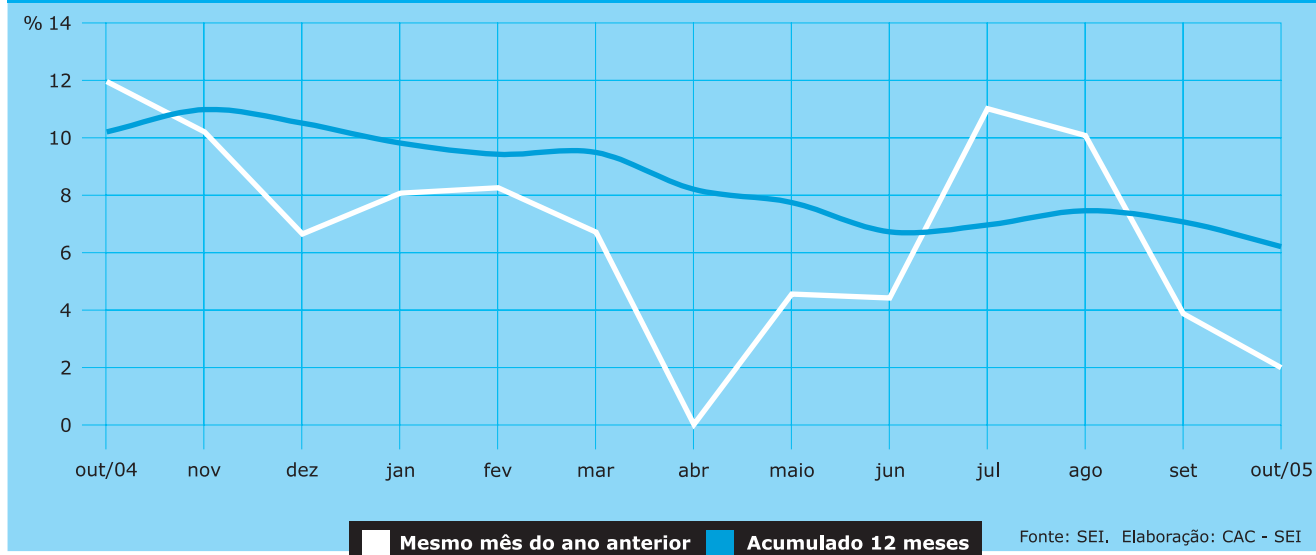
A produção da indústria baiana de transformação, segundo a PIM-IBGE, registrou, em outubro de 2005, variação positiva de 1,9%, em relação ao mesmo mês de 2004. No ano, a indústria acumulou crescimento de 4,3% na comparação com o mesmo período de 2004. Os setores *veículos automotores* (35,6%), *Celulose, papel e produtos de papel* (10,9%) e *Minerais não metálicos* (8,5%) foram os setores que apresentaram as maiores taxas no acumulado do ano. Já o setor *metalurgia básica* (-1,5%) registrou queda no acumulado do ano.

O comércio exterior, de janeiro a novembro de 2005, manteve a trajetória de expansão tanto das exportações (46,1%) quanto das importações (11,1%), sendo que neste último verifica-se uma tendência declinante ao longo do ano. Segundo os dados do MDIC, até novembro de 2005 as exportações baianas somaram US\$ 5,415 bilhões e as importações US\$ 2,899 bilhões, gerando um superávit de US\$ 2,515 bilhões.

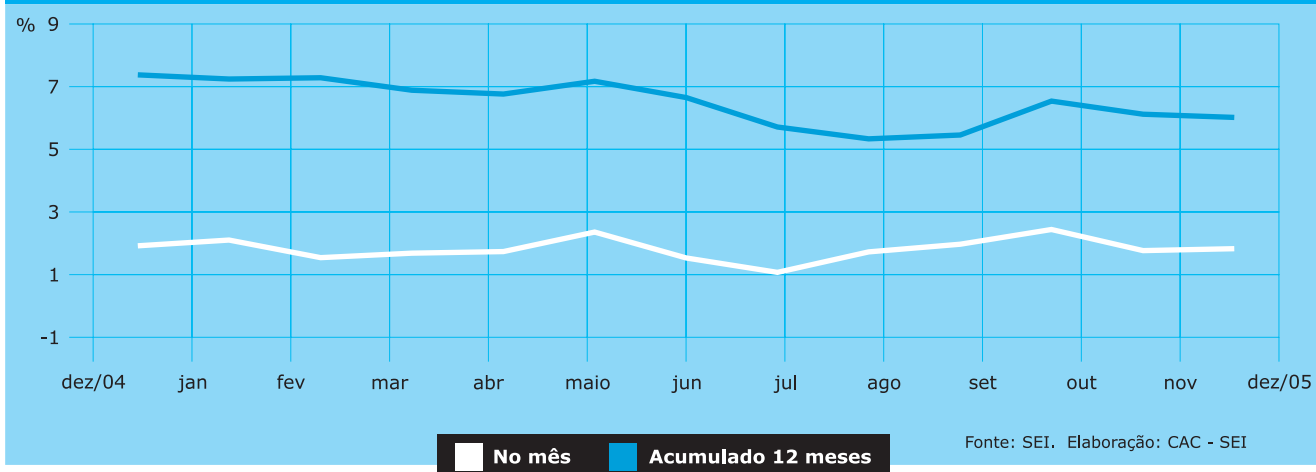
O comércio varejista, de acordo com a PMC-IBGE, registrou variação positiva no volume das vendas de 7,7% no acumulado do ano, até o mês de outubro. Os segmentos que apresentaram as maiores taxas de crescimento no ano foram: *equipamentos e materiais para escritório* (65,0%), *móveis e eletrodomésticos* (46,0%) e *tecidos e vestuários* (17,7%). O segmento *veículos, motos, partes e peças* registrou crescimento de 9,5% no ano.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI), para Salvador, registrou, no mês de dezembro, alta de 0,54%. No ano, a alta acumulada nos preços atingiu 6,3%. Os grupos que mais pressionaram o índice em 2005 foram: *habitação e encargos* (21,1%), *transporte e comunicação* (8,1%) e *alimentos e bebidas* (4,3%).

O mercado de trabalho, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/DIEESE/SEADE), fechou o mês de novembro com taxa de desemprego em 22,8%, uma das menores da série histórica. No mês, 1.352 milhão de pessoas declararam estar exercendo alguma atividade econômica. Com relação ao rendimento, no acumulado do ano, apresentou crescimento de 0,2% na comparação com o mesmo período do ano anterior.

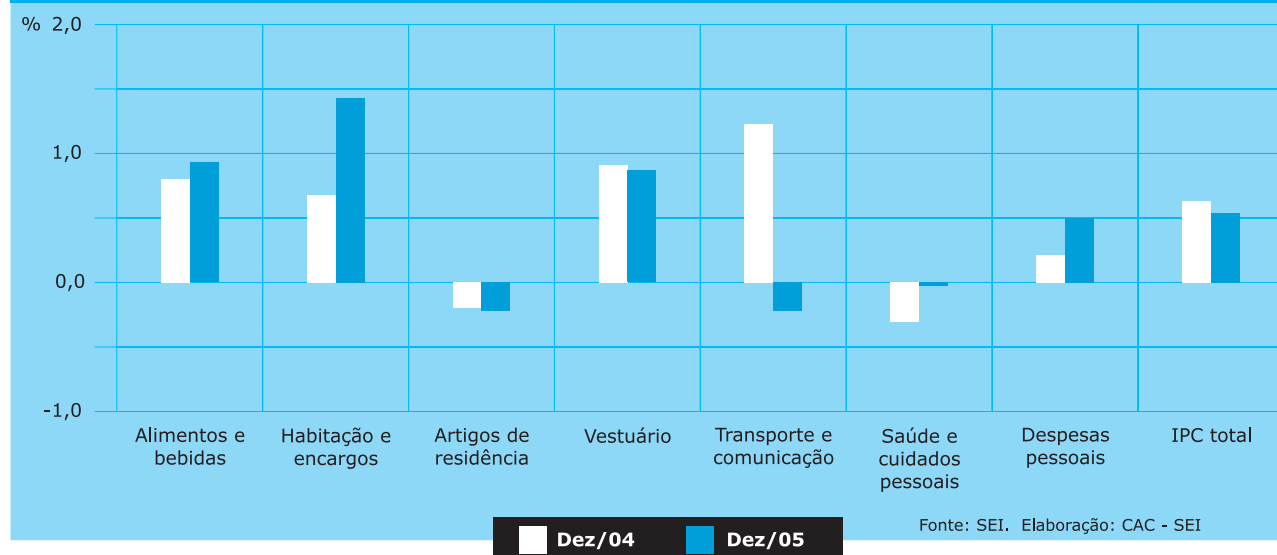
Índice de Movimentação Econômica - IMEC - Salvador

No mês de outubro, o Índice de Movimentação Econômica de Salvador – IMEC, apurou alta de 2,1% na movimentação econômica de Salvador, na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Apesar desse crescimento, no acumulado dos 12 meses o índice manteve a trajetória declinante, passando de 7,1% em setembro para 6,2% no mês atual.

Taxa de variação do IPC-SEI - Salvador

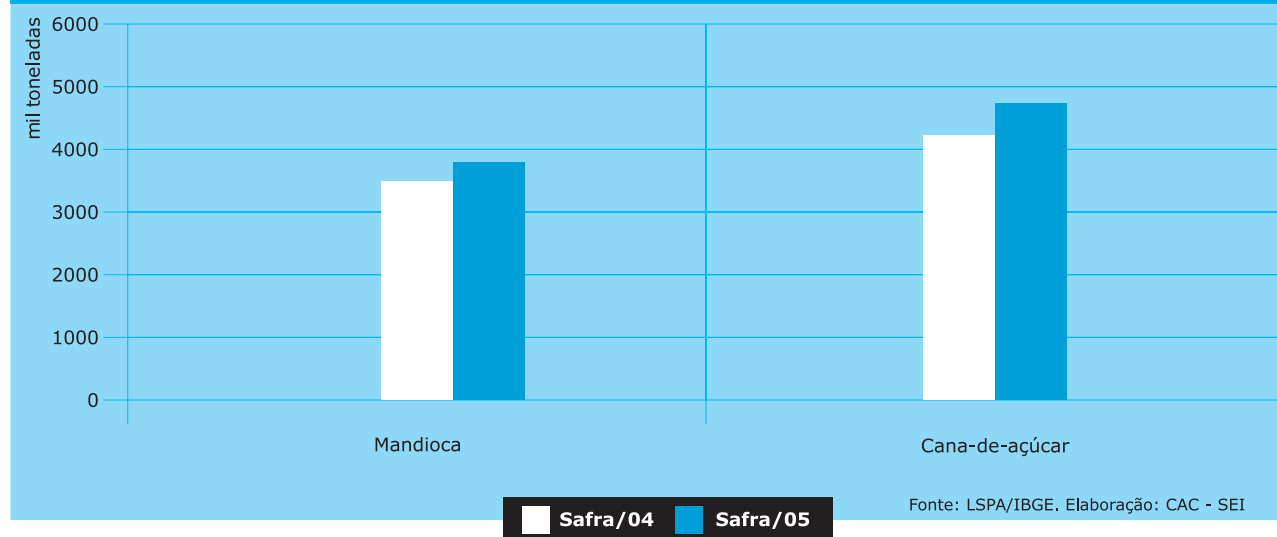
No mês de dezembro, o Índice de Preços ao Consumidor – IPC, divulgado pela SEI, registrou taxa de 0,54%, acima dos 0,49% do mês de novembro. Com esse resultado, o índice acumula, nos 12 meses, alta de 6,25%. Habitação e Encargos (21,09%) e Transporte e comunicação (8,05%) foram os grupos que mais pressionaram o índice no acumulado dos 12 meses. Já artigos de residência (0,14%) continua sendo o item que menos pressiona na formação do índice.

Taxa de Variação do IPC-SEI: grupos selecionados - Salvador

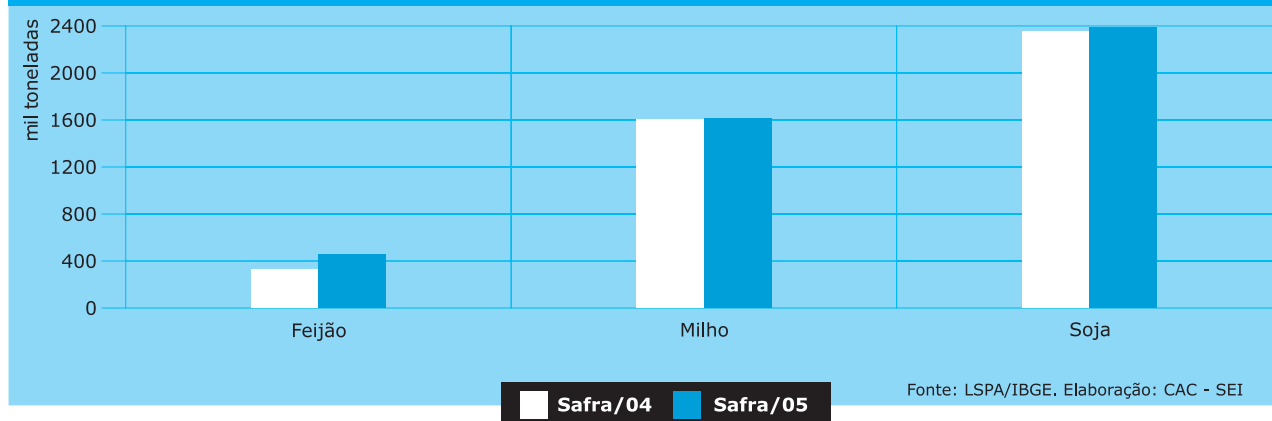


Os grupos de habitação e encargos (1,4%) e de alimentação e bebidas (0,93%) apresentaram, em dezembro, as maiores contribuições para a taxa positiva de inflação. Com relação a esses grupos, os subitens encargos e manutenção (1,9%) e produtos in natura (6,4%) registraram as maiores elevações. No mesmo período, os grupos de artigos de residência (0,2%), transporte e comunicação (0,2%) e saúde (0,03%) registraram taxa negativa.

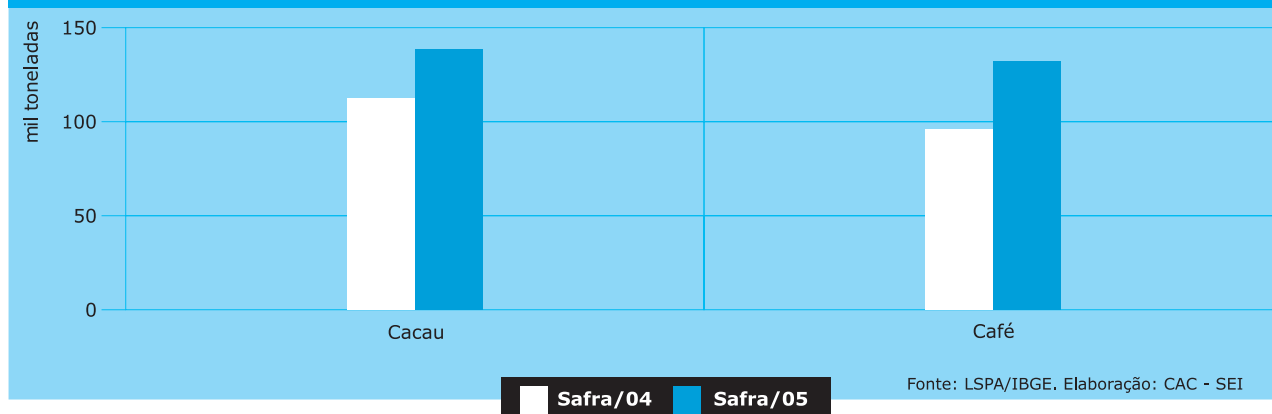
Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar - Bahia



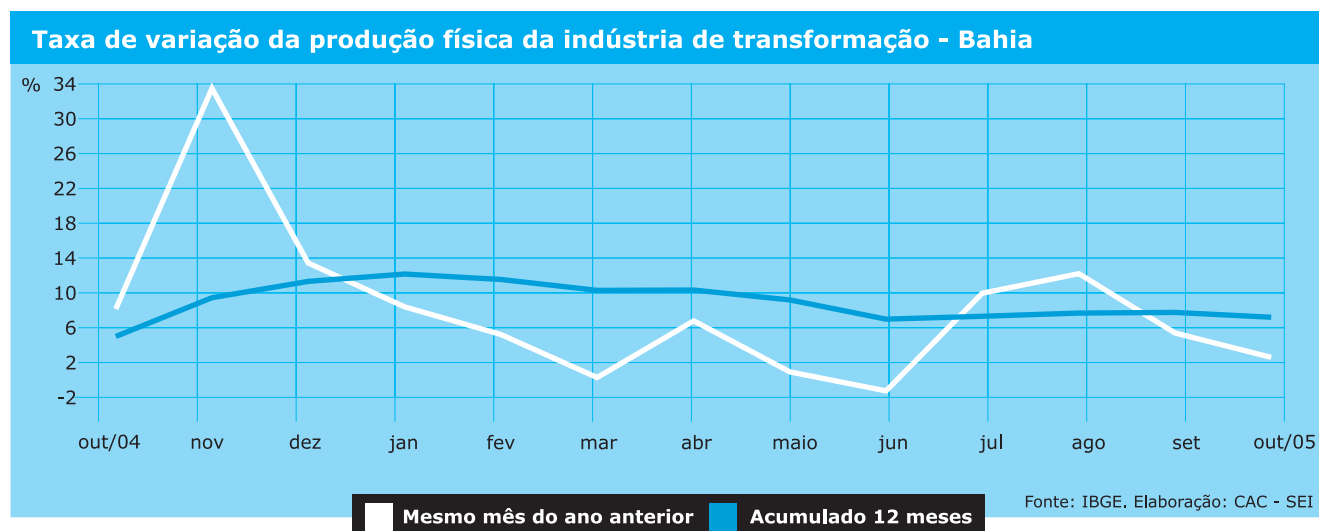
As estimativas para a safra baiana 2005, realizadas em dezembro pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA-IBGE), apontam elevação de 8,6% para a safra de mandioca, resultado da expansão de 10,1% da área plantada. As trajetórias positivas dos preços da raiz e da farinha justificam os números. Para a cana-de-açúcar, tem-se o incremento da produção física em 12,1%. A conjuntura da demanda por açúcar e álcool (refletindo-se nos preços) responde pelas observações do IBGE.

Estimativa da produção agrícola: feijão, milho e soja - Bahia

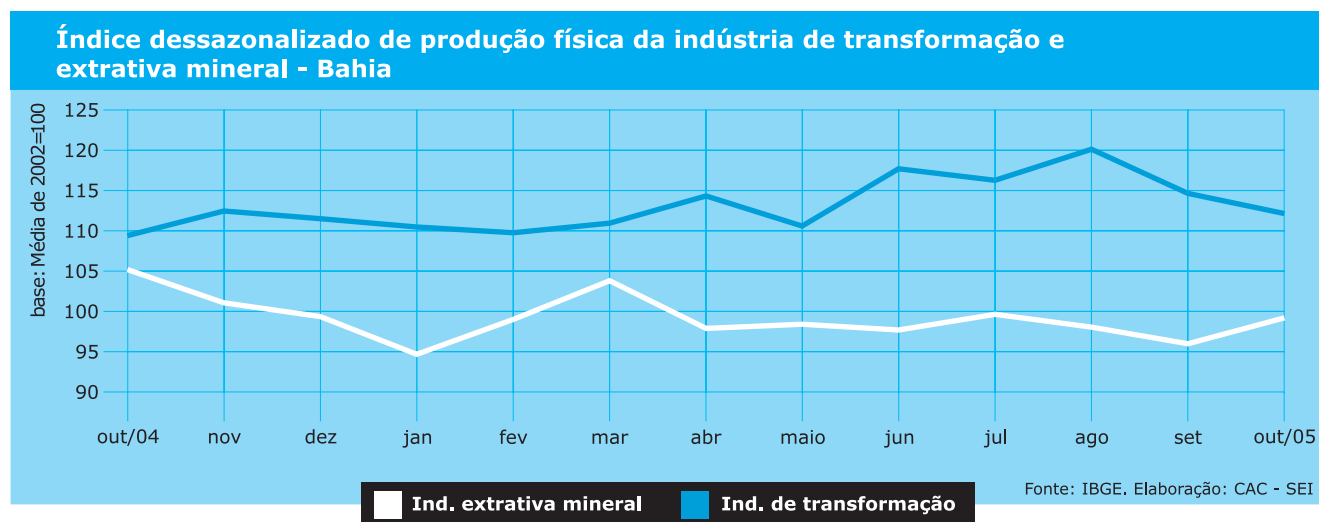
As estimativas do LSPA apontam expansão de 39,2% da lavoura de feijão. Reafirma-se o desempenho do feijão 2ª safra, (aumento de 68% da produção). Para o milho, as estimativas são modestas (crescimento de 0,3%). Entretanto, já há sinalização de reversão de tendência, negativa em levantamentos anteriores. Para a soja, prosseguem as estimativas de aumento da produção em 1,6%. Aguardam-se as intenções de plantio 2006 para alterar esse cenário.

Estimativa da produção agrícola: cacau e café - Bahia

Em dezembro de 2005 observa-se aumento da produção de cacau (5,5%). A iminência de acordo para renegociação das dívidas dos produtores pode resultar em intenções de plantio 2006 mais consistentes. Para o café, mantém-se a elevação em aproximadamente 8,3%. A expansão de 9,7% do rendimento da lavoura contribuiu com o resultado. Espera-se que as expectativas positivas para a safra seguinte não arrefeçam os preços do grão, pelo aumento da oferta.

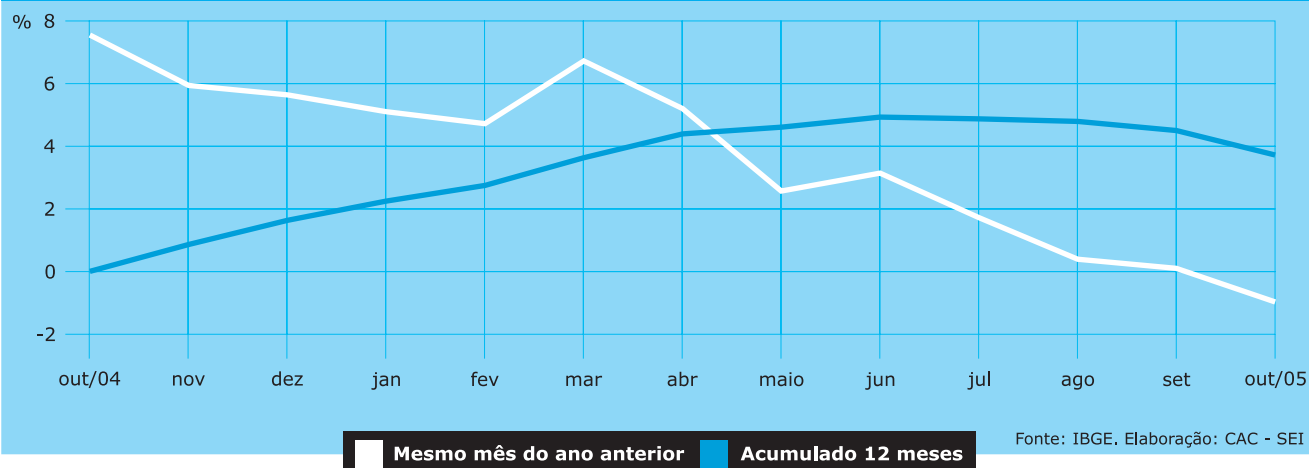


A produção da indústria de transformação da Bahia registrou, em outubro, ligeiro crescimento de 1,9% na comparação com o mesmo mês do ano anterior, conforme dados da Pesquisa Industrial Mensal – PIM-IBGE. Nos doze meses, o índice recuou de 7,3%, em setembro, para 6,8%, em outubro. Os setores que registraram as maiores taxas nos doze meses foram: veículos automotores (43,1%), refino de petróleo e álcool (17,1%) e alimentos e bebidas (10,0%).



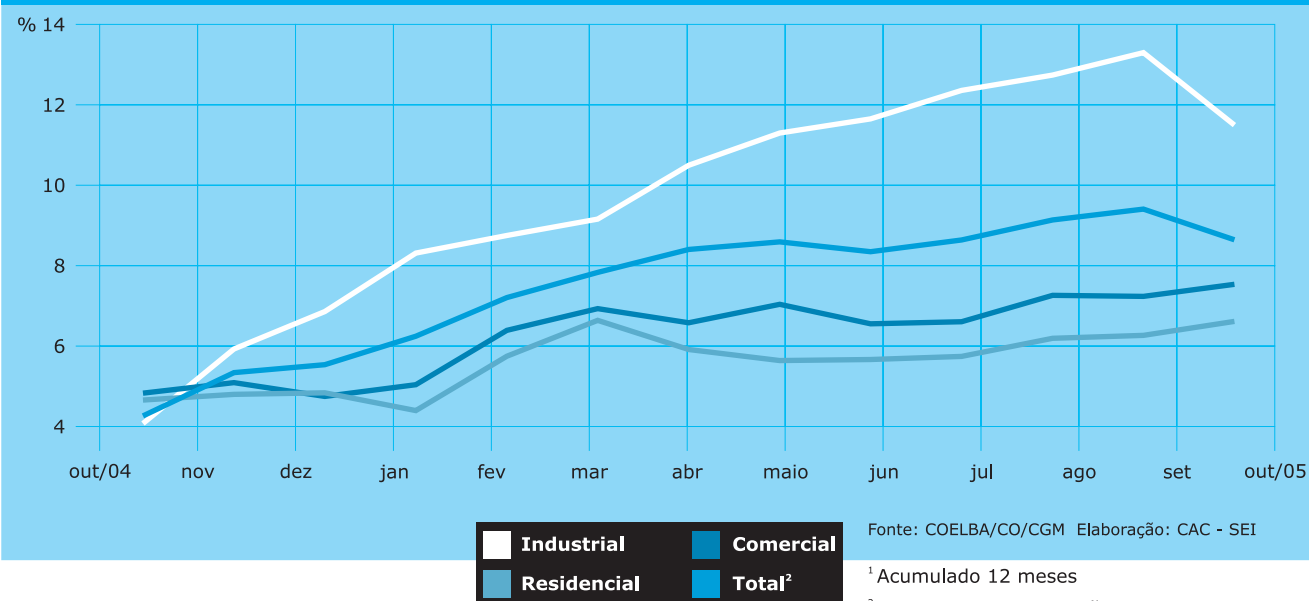
A série livre de influências sazonais da produção da indústria de transformação baiana mostra, por sua vez, queda de 2,1% na comparação setembro de 2005 com relação ao mês de agosto de 2005. As maiores quedas no período se deram nos setores de refino de petróleo e álcool (10,1%) e borracha e plástico (10,2%). Já a indústria extrativa mineral registrou crescimento de 3,2%.

Taxa de variação do pessoal ocupado - Indústria de transformação - Bahia



O emprego na indústria de transformação baiana registrou, em outubro de 2005, queda de 0,6% em relação a outubro de 2004; no acumulado dos 12 meses o emprego na indústria baiana recuou de 4,0% para 3,3%. Os setores que tiveram os maiores incrementos foram: Coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares e álcool (35,2%), Madeira (19,3%) e Máquinas e equipamentos, exclusive elétrico-eletrônicos, de precisão e de comunicações (15,7%).

Taxa de variação do consumo de energia elétrica¹ - Bahia

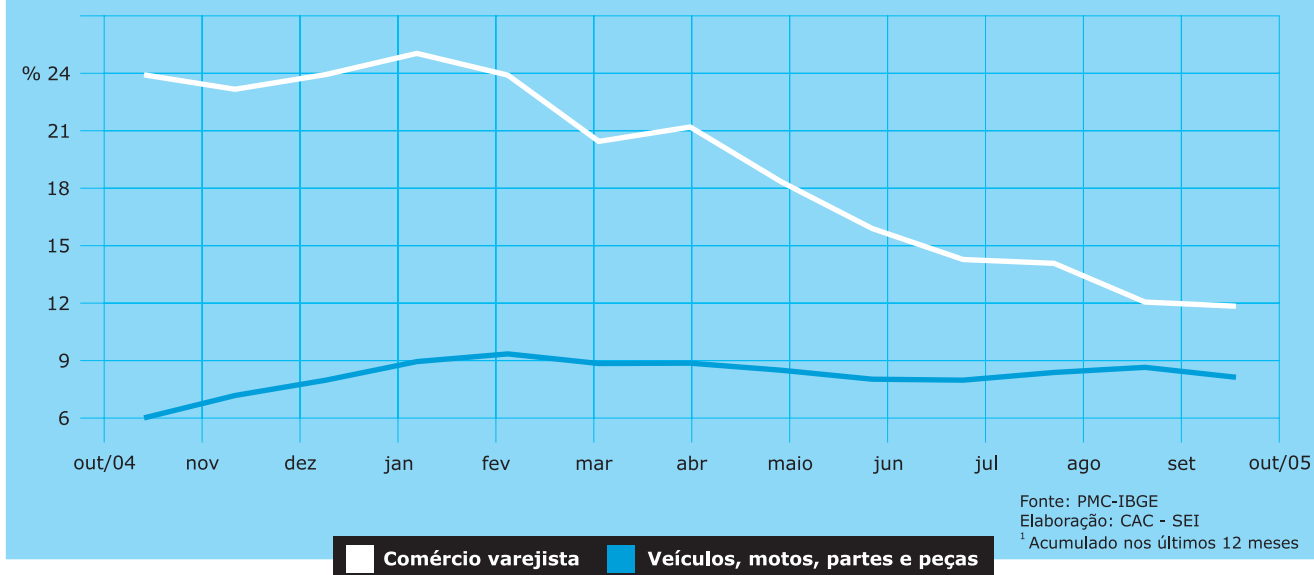


¹ Acumulado 12 meses

² Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. Pública + S. Público + Concessionária. O consumo industrial corresponde a COELBA, CHESF e COPENE.

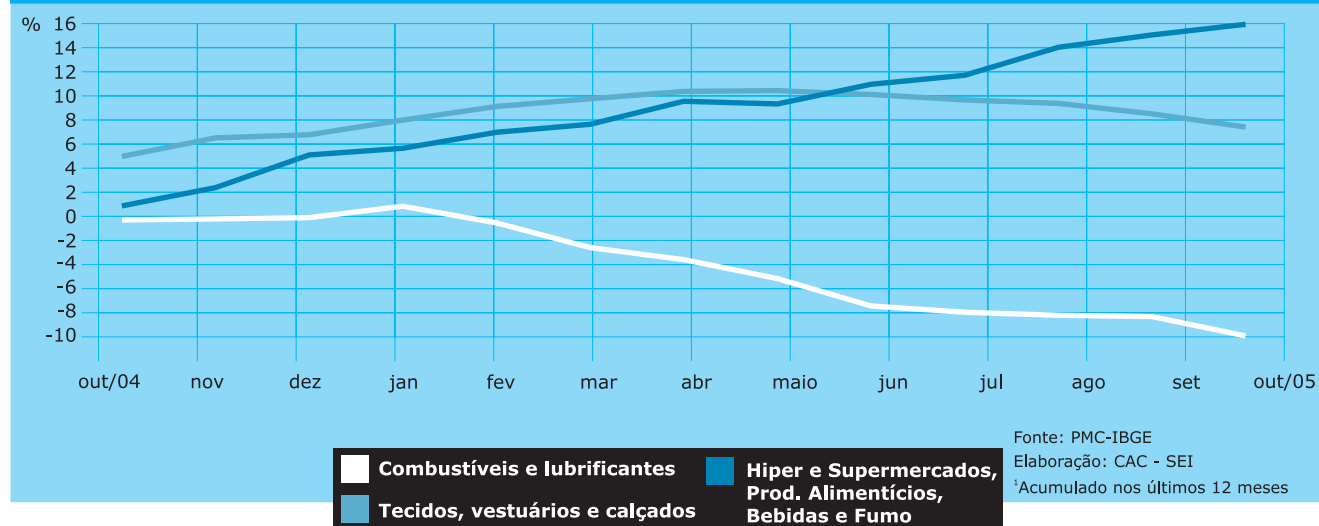
O consumo total de eletricidade no estado da Bahia manteve, em outubro de 2005, trajetória de crescimento, registrando alta de 8,8% no acumulado dos 12 meses. Dentre os principais consumidores, a indústria continua apresentando a maior taxa de crescimento, acumulando alta de 11,6%. O consumo comercial teve um leve crescimento em relação ao mês de setembro (0,02 p.p); já o consumo residencial registrou uma taxa positiva de 6,8%, mantendo a tendência de aumentos consecutivos desde o mês de maio do ano vigente.

Taxa de variação de volume de vendas no varejo¹ - Bahia

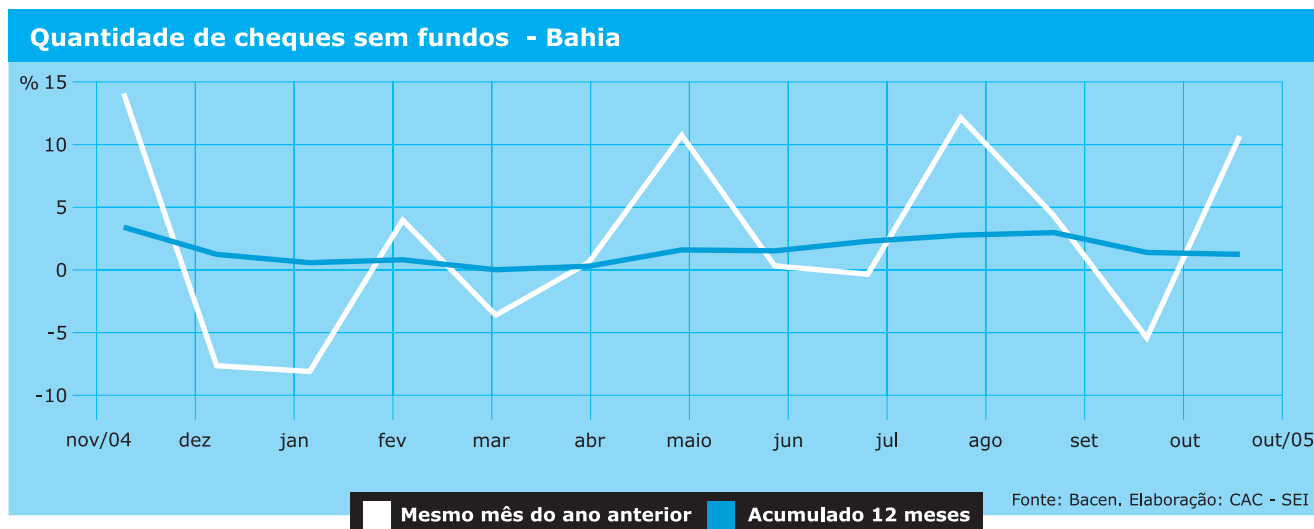


Em outubro de 2005, o comércio varejista na Bahia apresentou, pelo vigésimo terceiro mês consecutivo, um acréscimo de 2,7% no volume de vendas. Os dados da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC-IBGE) revelaram, no acumulado dos últimos doze meses, uma expansão de 8,4%. O segmento de veículos, motos e peças apresentou uma variação positiva de 9,0%, ante igual mês de 2004. Nos últimos doze meses o crescimento nos negócios desse segmento foi de 12,0%.

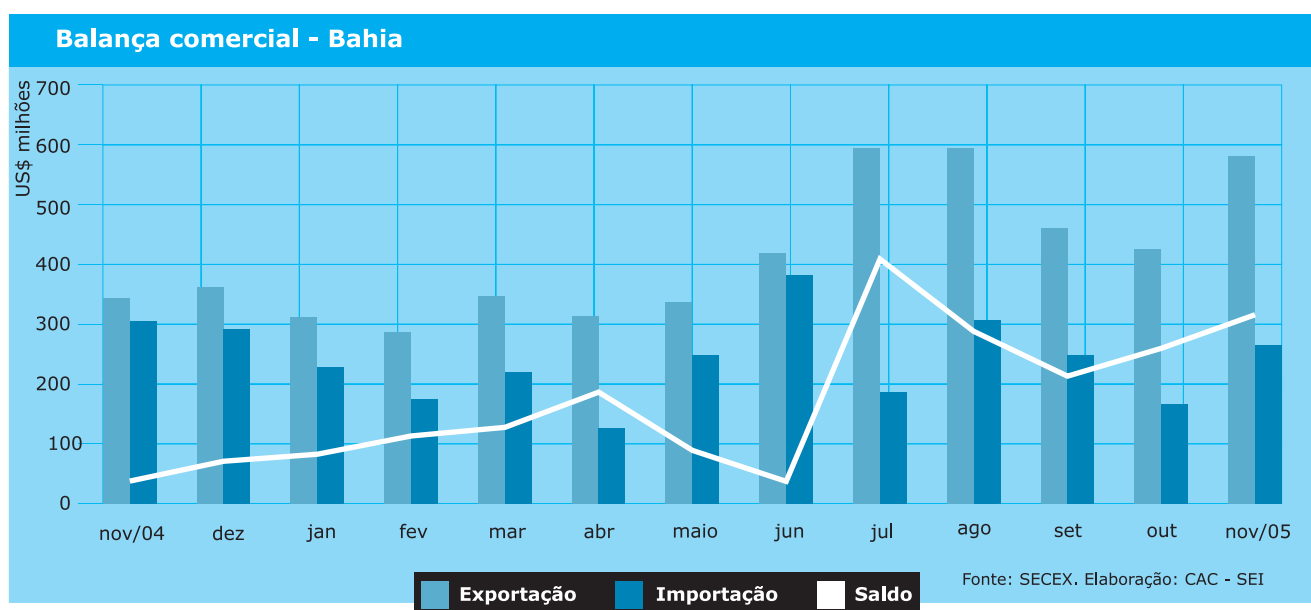
Taxa de variação do volume de vendas no varejo¹: principais segmentos - Bahia



Segundo a PMC (IBGE), o segmento de Móveis e eletrodomésticos apresentou para o acumulado dos últimos doze meses, até outubro/05, um crescimento de 47,9% no volume de negócios. Esse desempenho continua sendo explicado pela ampliação do crédito direto ao consumidor e dos empréstimos pessoais consignados em folha verificados nos últimos meses, além da ampliação dos prazos de parcelamento das compras. O mesmo comportamento positivo foi verificado para os segmentos Tecidos e vestuário e Hiper e supermercados, com 15,8% e 7,7%, respectivamente.

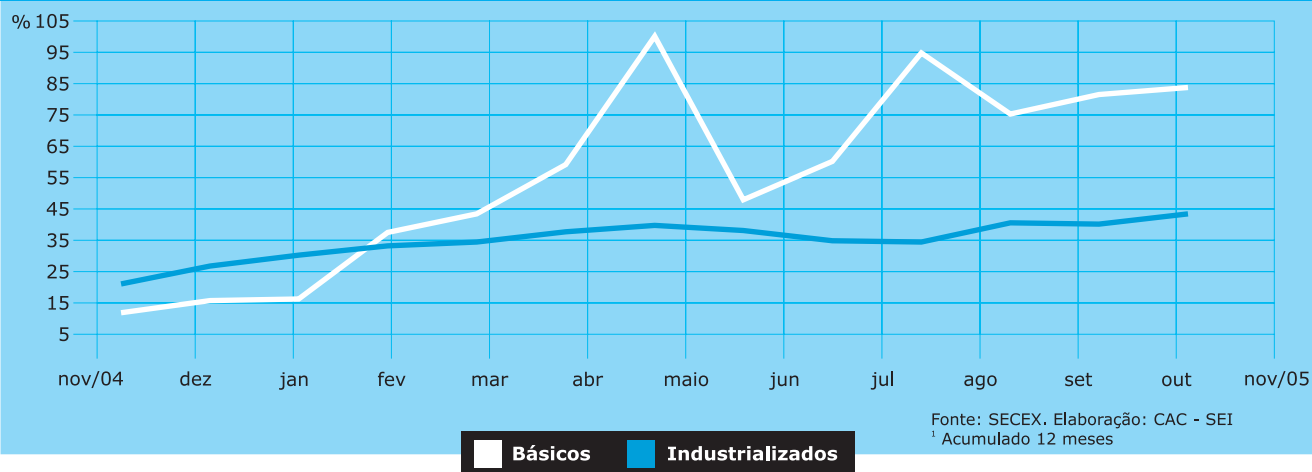


Em novembro de 2005, foram emitidos 428.000 cheques sem fundos na Bahia. Esse resultado é 10,65% superior ao registrado no mesmo mês do ano anterior. Entretanto, na comparação novembro05/outubro05, houve aumento de 1,33% no total de cheques sem fundos. Acompanhando o crescimento registrado em novembro, a taxa acumulada nos 12 meses registrou aumento de 0,71%, mantendo a tendência de crescimento em dois meses consecutivos no volume de cheques sem fundos emitidos.



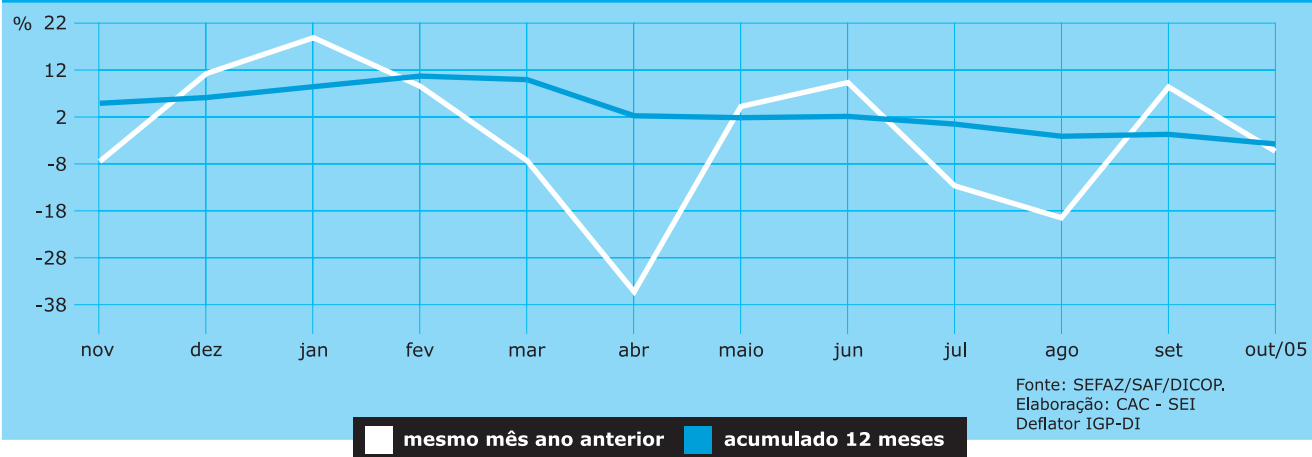
A balança comercial baiana registrou, em novembro de 2005, um saldo superavitário de US\$ 366,1 milhões. As vendas externas alcançaram US\$ 673,9 milhões, o que representa um crescimento de 69,7% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Já as importações totalizaram US\$ 307,8 milhões, com queda de 13% em relação a novembro de 2004. Esse desempenho das exportações deve-se principalmente ao dinamismo comercial com países como Estados Unidos, México, Argentina, Bahamas e Alemanha, entre outros.

Taxa de variação das exportações baianas por fator agregado - Bahia



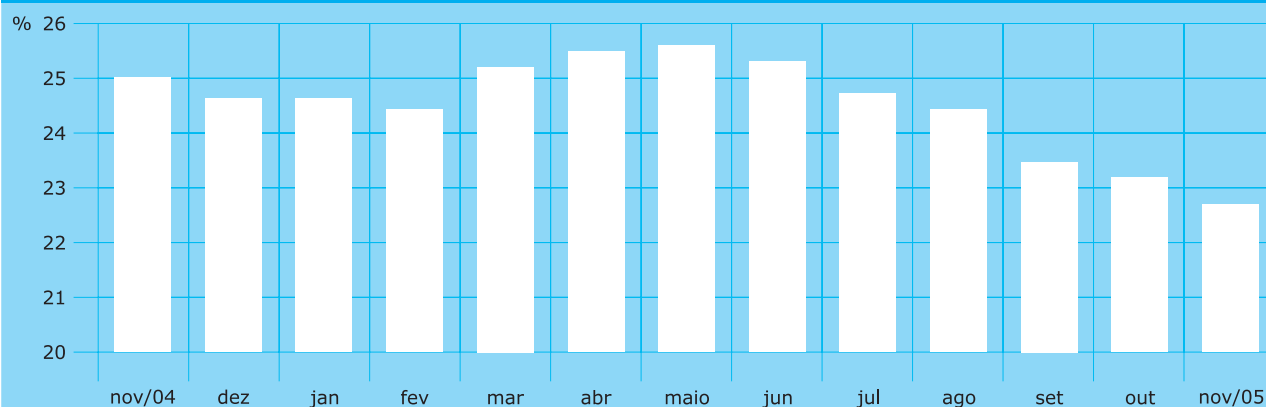
As exportações baianas por fator agregado registraram uma taxa positiva de 82,8% para a categoria de produtos básicos, nos últimos doze meses, representando no período uma recuperação das vendas externas de insumos básicos. Os produtos industrializados, que participam com cerca de 90% do total da pauta de exportação, registraram um crescimento nas vendas de 43,3%. Os produtos de destaque foram os automóveis, os derivados de petróleo, derivados de cobre e os químicos e petroquímicos.

Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes - Bahia



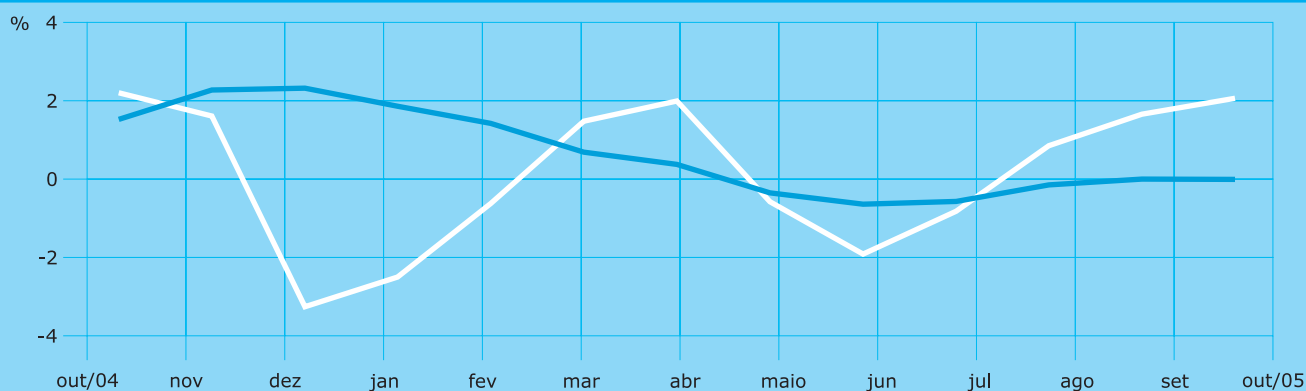
A arrecadação de ICMS no estado da Bahia registrou, no mês de outubro de 2005, queda de 4,4% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. No mês, a arrecadação foi de R\$ 634.026 milhões. Com esse resultado, a arrecadação acumula queda de 2,9% nos últimos 12 meses, enquanto que em setembro a taxa estava em 1,1% negativo. No ano, a arrecadação total é de R\$ 5.658.266 bilhões.

Taxa de desemprego total - RMS



Fonte: PED-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.
Elaboração: CAC - SEI

Segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego, a taxa de desemprego na Região Metropolitana de Salvador passou de 23,3% em outubro/05 para os atuais 22,8% da População Economicamente Ativa, o que significa uma queda por seis meses consecutivos e a menor taxa nos meses de novembro desde o início da pesquisa. A geração de 18 mil novos postos de trabalho absorveu o contingente de 12 mil novos entrantes no mercado de trabalho, explicando, portanto, esse resultado.

Taxa de variação do rendimento médio real¹ - RMS

Fonte: PED-SEI/SETRAS/UFBA/
DIEESE/SEADE Elaboração: CAC - SEI
¹Ocupados no trabalho principal

■ Mesmo mês do ano anterior ■ Acumulado 12 meses

O rendimento médio real dos ocupados na RMS, medido pelo índice dos rendimentos da PED, apresentou incremento de 2,06% em outubro de 2005, comparado ao mesmo mês do ano anterior; no acumulado dos últimos 12 meses, observou-se estabilidade; o rendimento real médio dos ocupados correspondeu em out/05 a R\$ 726, contra R\$ 720 em set/05.

Desemprego na Região Metropolitana de Salvador – uma análise da duração

Cláudia Malbouisson*

Wilson F. Menezes**

Ao longo da década de 90, pode-se observar uma nova configuração do desemprego, que se caracteriza, principalmente, pela marcante evolução do tempo médio de desemprego, associada a uma elevada proporção de desempregados com tempo de desemprego superior a 12 meses. Nesse sentido, parte do desemprego passa a ser identificado como sendo desemprego de longo prazo. Diante disso, é fundamental conhecer o tempo que os trabalhadores permanecem desempregados. Contudo, a duração média reportada pelos órgãos oficiais é uma medida incompleta das ocorrências de desemprego, pois somente capta o tempo transcorrido entre a entrada do indivíduo nesse estado e a data da realização da entrevista. Na literatura internacional, diversos trabalhos apresentam métodos para o cálculo da verdadeira duração média do desemprego, dentre os quais podem ser citados Kaitz (1970), Salant (1977), Baker e Trivedi (1985), Baker (1992a) e Corak e Heisz (1995). No Brasil, a despeito da disponibilidade de dados existentes e da reconhecida importância do problema, ainda são poucos os trabalhos que buscam analisar especificamente a duração do desemprego. Pode-se citar os trabalhos de Bivar (1991), o pioneiro na área, e Menezes e Pichetti (2000).

Este trabalho estima a duração média completa das ocorrências de desemprego na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Para tanto, utiliza-se os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), no período compreendido entre janeiro de 1997 e dezembro de 2003. Aplica-se uma metodologia que permite, na ausência de dados de painel, estimar a duração média completa e, portanto, conhecer com maior precisão

quanto tempo um indivíduo que entra no desemprego pode esperar permanecer nesse estado.

Duração incompleta do desemprego e censura dos dados

As estatísticas oficiais sobre a duração do desemprego são baseadas em dados censurados¹, ou seja, sabe-se apenas a data que o indivíduo entrou no estado de desemprego. No momento da observação, não se pode saber a data do fim da ocorrência, já que ela ainda não aconteceu, de maneira que o tempo total que o indivíduo permanece desempregado fica desconhecido. A duração média calculada a partir desse tipo de informação é chamada de duração média incompleta do desemprego, pois se baseia nas ocorrências de desemprego correntes no período de referência da pesquisa sem quaisquer medidas corretivas (CORAK; HEISZ, 1995). Na estimação desse indicador, diferentes durações de desemprego – períodos curtos, médios ou prolongados – recebem peso igual na estimativa da duração média. Como consequência, a duração média incompleta é uma medida insuficiente para a efetiva duração da experiência de desemprego.

* Doutoranda em Economia – PIMES/UFPE: claudiamalbo@gmail.com

** Professor do CME-UFBA e Doutor pela Universidade de Paris I : awilson@ufba.br - Fone 0xx71 3263.7558

¹ Dois tipos de censura podem existir: censura à direita, tipo em questão; e censura à esquerda, quando a data de início da ocorrência do desemprego é desconhecida (JENKINS, 2004).

A duração incompleta do desemprego pode subestimar ou superestimar a duração completa

De acordo com Salant (1977), a duração incompleta do desemprego pode subestimar ou superestimar a duração completa. No primeiro caso existe um viés de interrupção por conta das ocorrências mais curtas de desemprego terem maior probabilidade de serem captadas, enquanto que no segundo caso, chamado viés de extensão, as ocorrências mais longas têm maior probabilidade de serem captadas na pesquisa. O que definirá qual dos dois tipos de viés prevalecerá é a probabilidade de saída do desemprego: se esta probabilidade cresce com o tempo de desemprego, então prevalece o viés de interrupção; se a probabilidade é constante, os efeitos dos dois tipos de viés se contrabalançam e as médias serão iguais; e se a probabilidade de saída decresce com o tempo de desemprego, então prevalece o viés de extensão (SALANT, 1977).

Ademais, tem-se que a duração média incompleta é um indicador cíclico defasado, dado que é fortemente afetado pela composição dos desempregados, a qual se altera de acordo com os ciclos econômicos (CORAK; HEISZ, 1995). Assim, quando a economia encontra-se no início de uma recessão, o grande fluxo de entrada no desemprego acaba puxando a média da duração do desemprego para baixo, enquanto que a taxa de desemprego pode estar apresentando um crescimento acentuado. Por outro lado, quando a economia apresenta melhora nas condições econômicas, o número de novos entrantes diminui, resultando em um estoque de desempregados excessivamente ponderado pelas ocorrências mais longas, o que eleva a duração média, enquanto a taxa de desemprego está diminuindo.

Especificação do modelo

Os dados sobre desemprego levantados pela PED são dados em cross-section, os quais representam um ponto no tempo, sendo observações únicas de cada indivíduo sobre uma amostra representativa durante um determinado período. Portanto, não é possível

estimar a duração média completa do desemprego através de uma função de sobrevivência da maneira tradicional, a qual requer o acompanhamento desses indivíduos no tempo. Desse modo, utilizou-se neste trabalho o método alternativo de coortes sintéticas para o cálculo da duração do desemprego na RMS.

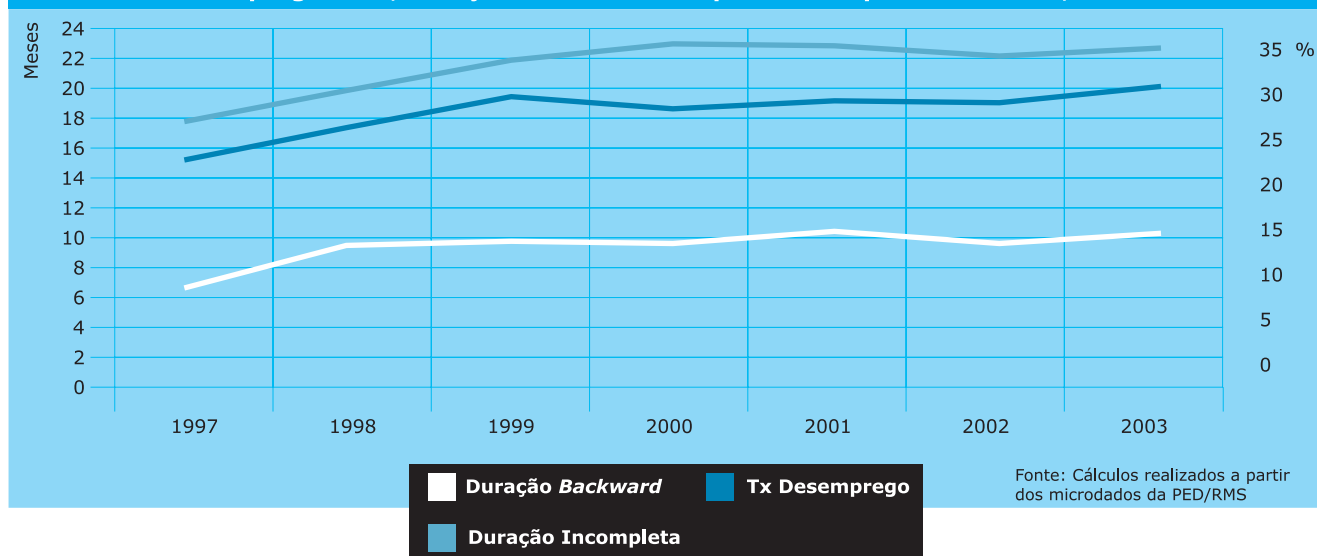
Após os procedimentos para a obtenção de coortes sintéticas, foram construídas faixas de intervalos de tempo de desemprego. Para a escolha dos intervalos considerou-se o tempo decorrido entre a data de saída do último trabalho e a data de realização da pesquisa, e utilizou-se o mês como unidade de análise. Foram escolhidos cinco intervalos de tempo: até um mês de desemprego; entre 1 mês e 3 meses de desemprego; entre 3 meses e seis meses de desemprego; entre 6 e 12 meses de desemprego; e acima de 12 meses de desemprego. A partir da escolha dos intervalos utilizou-se o método *backward* para o cálculo das taxas de continuidade que levam ao cálculo da duração média completa do desemprego. Estimou-se quatro taxas de sobrevivência no desemprego para cada mês de cada ano. Essas taxas são resultantes da razão entre o número de indivíduos de cada faixa e o número de indivíduos da faixa imediatamente anterior, para cada período².

Nesse método assume-se que as condições que prevalecem em um passado recente se manterão no futuro, o que implica em taxas de continuidade constantes dentro de cada intervalo de desemprego. Isso permite que a comparação entre sucessivas medidas mensais possibilite detectar variações na situação macroeconômica³. De acordo com Sider (1985), mais

Os dados sobre desemprego levantados pela PED são dados em cross-section, os quais representam um ponto no tempo

² Como somente a primeira faixa refere-se ao intervalo mensal, as taxas de continuidade foram convertidas para seus equivalentes mensais, elevando-as a 1/2, 1/3, 1/6 e 1/12 avos, respectivamente. Utilizou-se um ponderador de 30% para uniformizar os picos existentes na distribuição do tempo de desemprego. Ver Malbouisson e Menezes (2004).

³ Malbouisson e Menezes (2004) apresentam formalmente o cálculo da duração completa backward.

Gráfico 1**Taxa de desemprego total, durações médias incompleta e completa *backward*, RMS: 1997-2003**

geralmente, tem-se que a duração média das ocorrências completas de desemprego é dada por:

$$D_t = \sum_{x=1}^n \prod_{i=1}^x P(i, t)$$

onde n representa o número de meses de duração e $P(i, t)$ é a condicional de permanecer desempregado por mais um período, obtida através das coortes sintéticas. O primeiro elemento do somatório corresponde a 1, dado que a probabilidade de pertencer à coorte inicial para os entrantes é de um mês. Assumiu-se que a probabilidade de saída do desemprego é constante em todo os intervalos.

Resultados

Comparação entre a duração completa *backward* e a duração incompleta do desemprego

A Tabela 1 apresenta as médias anuais no período de 1997⁴ a 2003, para a duração completa *backward* e a incompleta, e para a taxa de desemprego total. Comparando-se as durações, vê-se que a estimativa completa apresentou valor médio para o período muito inferior à incompleta, 9,1 meses e 21,1 meses, respectivamente. A evolução da duração completa foi positiva ao longo do período. Os anos 2001 e 2003 apresentaram as maiores médias anuais (10 meses). Somente em 2000 e 2002 a duração média

backward reduziu, em relação aos anos imediatamente anteriores, com médias de 9,3 e 9,2 meses, respectivamente⁵.

Apresenta-se, no Gráfico 1, a evolução das durações médias completa e incompleta, juntamente com a taxa de desemprego.

Tabela 1
Durações médias anuais e taxa de desemprego total – RMS 1996-2003

Ano	Backward	Incompleta	Taxa de desemprego
1997	6,3	17,4	21,6
1998	9,2	19,5	24,9
1999	9,4	21,6	27,7
2000	9,3	22,6	26,6
2001	10,0	22,4	27,5
2002	9,2	21,8	27,3
2003	10,0	22,4	28,9
Média	9,1	21,1	26,3
D.P.	1,3	1,9	2,4

Fonte: Cálculos realizados a partir dos microdados da PED/RMS

⁴ Por conta da necessidade de um intervalo de tempo prévio de até 12 meses para o cálculo da duração completa, a média deste indicador para o ano de 1997 representa uma subestimativa da verdadeira duração completa.

⁵ Malbouisson e Menezes (2004) estimaram, além desta, duas outras medidas da duração completa, *forward* e *steady-state*, e encontraram padrão de comportamento semelhante à duração *backward*. Considerando o período entre 1998 e 2002, os autores encontraram médias muito próximas à *backward*: 9,2 para a *forward* e 9,3 para a *steady-state*.

O Gráfico 1 evidencia, com bastante clareza, o comportamento cíclico desses indicadores. Embora as estimativas completa e incompleta da duração do desemprego mostrem um movimento ascendente no período analisado, apenas a duração média *backward* apresentou movimentos similares aos da taxa de desemprego. A duração *backward* apresentou crescimento até 1999, quando, em 2000, teve leve redução, voltando a crescer em 2001. Em 2002 ocorre novamente queda desse indicador e crescimento em 2003. A duração média incompleta apresenta crescimento contínuo até 2000, para depois apresentar redução nos anos seguintes.

Assim, a variação cíclica na duração média *backward* acompanha mais de perto as variações cíclicas na taxa de desemprego que a da duração média incompleta. Esta última, conforme se verifica no Gráfico 1, apresenta certo lapso em responder às mudanças nas condições econômicas, exteriorizadas através da taxa de desemprego. Fica, então, evidente, que tal medida é um indicador cíclico defasado, refletindo, em maior proporção, o tempo de desemprego do estoque de desempregados. Nos momentos de piora econômica, o acréscimo de entrantes ao estoque de desempregados é insuficiente para puxar essa média para baixo.

Conforme pressupõe a teoria, a diferença de patamar entre a duração incompleta e a duração completa constata a recessão econômica vivida no período. Esse resultado decorre da reduzida proporção que os entrantes representam no total dos desempregados, em contraste com a significativa proporção dos desempregados com tempo de desemprego superior a 12 meses. Dessa forma, a duração média incompleta é mais pesadamente ponderada pelo estoque de desempregados do que pelos entrantes e, por conseguinte, apresenta valor muito mais elevado que as demais durações. De acordo com Salant (1977), esse resultado indica que a probabilidade de saída do

desemprego decresce com o tempo de desemprego, evidenciando a existência de uma dependência de duração, pois, estar já há algum tempo desempregado torna-se um fator de aumento do tempo de desemprego. Assim, à medida que aumenta o tempo de desemprego, diminuem as chances de saída desse estado, elevando, dessa maneira, ainda mais a duração do desemprego.

Considerando somente os anos entre 1998 e 2002, o desvio padrão das três estimativas apresenta valor bastante inferior, porém mantém a mesma ordem que os entrantes representam no total dos desempregados, em contraste com a significativa proporção dos desempregados com tempo de desemprego superior a 12 meses. Portanto, a duração média incompleta é mais pesadamente ponderada pelo estoque de desempregados do que pelos entrantes e, por conseguinte, apresenta valor muito mais elevado que as demais durações. Esse resultado indica que a probabilidade de saída do desemprego decresce com o tempo de desemprego, evidenciando a existência de uma dependência de duração. Assim, à medida que aumenta o tempo de desemprego diminuem as chances de saída desse estado, elevando dessa maneira ainda mais a duração do desemprego.

Análise da duração média completa do desemprego na RMS

Nesta seção, analisa-se a duração média do desemprego por categorias, de modo a identificar os grupos mais extensamente atingidos por esse problema. A Tabela 2 apresenta a distribuição dos desempregados por atributos.

Os resultados apresentaram uma distribuição da duração média completa do desemprego semelhante à distribuição da duração média incompleta. Assim, as mulheres, os não-chefes e os jovens são os grupos que apresentaram maior tempo de desemprego. A duração média completa do desemprego feminino, para todo o período, é um pouco mais elevada que para os homens: 9,5 e 8,9 meses, respectivamente. Com exceção de 1997 e 2000, as durações médias para as mulheres permanece no patamar próximo a 10 meses, chegando a alcançar 10,5 meses em 2003, enquanto que, para os homens, nesse mesmo ano, a média foi de 9,9 meses. Homens e mulheres apresentaram, portanto, evoluções da duração do desemprego muito próximas. Com relação à cor, tem-se que

a variação cíclica na duração média *backward* acompanha mais de perto as variações cíclicas na taxa de desemprego que a da duração média incompleta

Tabela 2
Distribuição da duração completa do desemprego por atributos, RMS: 1997-2003

Ano	Sexo		Cor		Posição na Família		Faixa Etária		Escolaridade		
	Homem	Mulher	Negro	Branco	Chefe	Não chefe	Jovem	Adulto	Analf.	Até nív. médio incompl.	Nív. méd. compl. e mais
1997	6,2	6,6	6,2	7,9	5,8	6,7	6,6	6,1	5,7	6,5	7,1
1998	9,3	9,5	9,5	8,4	8,9	9,7	10,4	9,0	9,4	9,2	9,7
1999	9,5	9,8	9,4	8,9	10,0	9,3	8,9	10,1	9,8	9,2	10,6
2000	8,9	10,0	9,3	8,1	8,6	9,9	9,3	9,4	7,2	9,5	10,1
2001	9,7	10,6	10,1	7,0	9,3	10,6	10,2	10,2	7,1	9,6	12,3
2002	9,0	9,9	9,4	9,3	8,8	9,6	9,5	9,3	8,7	9,4	10,5
2003	9,9	10,5	10,1	8,1	11,4	10,0	10,0	10,3	8,6	10,0	10,6
Média	8,9	9,5	9,1	8,2	9,0	9,4	9,3	9,2	8,1	9,1	10,1
D.P.	1,27	1,36	1,35	0,74	1,71	1,26	1,27	1,45	1,45	1,15	1,56

Fonte: Cálculos realizados a partir dos microdados da PED/RMS

a duração média no período esteve em torno de 9 meses para os negros, enquanto para os brancos as médias estiveram em torno de 8 meses. Com exceção de 1997 e 2002, a duração média completa para os negros, ao longo do período, foi mais elevada que para os brancos. É interessante observar que a duração completa para os negros alcança as maiores médias quando a duração média para os brancos se reduz mais acentuadamente, como em 2001 e 2003. Além disso, vê-se que a duração média para os brancos apresenta menor variabilidade em torno da média para o período, com desvio padrão igual a 0,73. Esse resultado, associado à evolução da taxa de desemprego, pode estar expressando uma discriminação contra os negros.

No que concerne à posição na família, tem-se que as durações médias encontradas para o período são próximas, sendo 9 meses para os chefes e 9,4 meses para os não-chefes. Excluindo-se os anos 1999 e 2003, a duração média para os não-chefes é mais elevada que para os chefes, mas as trajetórias são semelhantes. Por fim, tem-se que a duração média dos não-chefes apresentou menor variabilidade que para os chefes: 1,26 e 1,71 respectivamente. A duração média para os jovens com até 24 anos e para os demais, com idade a partir de 25 anos, no período, foi quase a mesma: 9,3 e 9,2 meses, respectivamente. Com exceção dos anos 1998 e 1999, as médias das durações foram muito próximas. Em 1997, 1998

e 2002, a duração média para os jovens foi maior que a dos adultos. No restante do período, a relação foi inversa. Isso confirma o que havia sido colocado a respeito dos jovens, não somente concernente à sua agilidade na busca por trabalho como, também, na possibilidade de inserção em atividades mais precárias e com menor nível de remuneração, haja visto que, em geral, essas pessoas não são as principais responsáveis pela sobrevivência da família.

Por fim, observa-se que os desempregados com nível de escolaridade médio completo ou mais apresentam duração média superior às das demais categorias. A média, no período, para esse grupo, foi 10,1 meses, enquanto, para os que possuem até o nível médio incompleto, foi 9 meses, e 8,1 meses para os analfabetos funcionais. Tem-se que, até 1999, as médias dos segmentos de escolaridade estavam muito próximas, quando, nos anos 2000 e 2001, há um descolamento entre elas, com redução na média dos

a duração completa para os negros alcança as maiores médias quando a duração média para os brancos se reduz mais acentuadamente

analfabetos e aumento da duração dos que possuem mais de 10 anos de escolaridade (nível médio completo e mais). A partir de 2002 essas médias voltam a apresentar trajetória semelhante, mantendo a mesma relação entre as médias de 1997. Os resultados evidenciam, portanto, que o tempo de desemprego atinge mais extensamente as mulheres, os negros, os não-chefes, os jovens e os que possuem mais de 11 anos de escolaridade. Considerando que a primeira e a última categoria representam menos da metade dos desempregados, tem-se que as mulheres e as pessoas com escolaridade mais elevada são as mais prejudicadas no mercado de trabalho da RMS. Dessa forma, dizer que o aumento na qualificação dos trabalhadores é fundamental para a saída mais rápida do desemprego torna-se uma falácia diante dos resultados apresentados.

Conclusão

Este trabalho analisou a duração do desemprego a partir da estimação da duração média completa das ocorrências de desemprego, na Região Metropolitana de Salvador, com base nos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, para o período entre janeiro de 1997 e dezembro de 2003. Após a estimativa do tempo completo de desemprego, procurou-se avaliar em que medida essa nova estimativa é um indicador que reflete mais eficazmente as reais condições econômicas em relação à duração incompleta. Os resultados obtidos para a duração completa representaram menos da metade dos valores médios da duração média incompleta. Dessa forma, tem-se que a duração incompleta superestima as verdadeiras durações de desemprego, o que sugere a existência de um viés de extensão, ou seja, a probabilidade de saída do desemprego decresce à medida que se estende a duração.

Esse é um resultado bastante plausível quando se considera que, com o aumento do tempo de desemprego, o indivíduo perde conhecimentos e qualificação adquiridos durante o exercício das ocupações anteriores. Disso resulta certa desvantagem para os desempregados com maior duração, em relação aos recém-desempregados, pois estes ainda mantêm qualificação individual que atende à demanda do mercado. Contudo, não se pretende dizer aqui que a situação de desemprego enfrentada pelos indivíduos resulte de suas características pessoais e econômicas adquiridas, mas que os resultados obtidos apontam

que a própria extensão do desemprego é um importante condicionante dessa duração.

Com relação às características cíclicas dos estimadores, a análise confirmou que a duração *backward* é um indicador melhor, que descreve as reais condições no mercado de trabalho na região, pois são indicadores coincidentes com os ciclos econômicos, vistos pela evolução da taxa de desemprego, enquanto que a duração incompleta apresentou-se como um indicador cíclico defasado.

Tendo em vista os resultados apresentados, tem-se que as políticas públicas voltadas para o combate ao desemprego devem também focar a realocação dos trabalhadores no mercado de trabalho, pois sendo a duração do desemprego muito elevada, os indivíduos perdem muito de seus conhecimentos e experiências adquiridos ao longo de sua experiência de desemprego. É preciso que haja, antes de tudo, a retomada do crescimento econômico com o respectivo crescimento do número de postos de trabalho na economia, para que então, as políticas passivas e ativas de combate ao desemprego sejam realmente eficazes. Todavia, na ausência de crescimento econômico, tais políticas voltadas para os grupos mais atingidos pelo desemprego, em termos de incidência e duração, são fundamentais para a sobrevivência de milhares de famílias que, muitas vezes, têm quase todos seus integrantes desempregados.

Referências

- AZAR, P.; RODRIGUEZ, S.; SANGUINETTI, C. Análisis sobre la Duración del Desempleo en Uruguay (1986-1999). Instituto de Economía, Uruguay, 2001. (Documentos de Trabajo, n. 9). URUGUAY
- BAKER, M. Unemployment Duration: Compositional Effects and Cyclical Variability. *American Economic Review*, 82. p. 313-321, 1992a.
- _____. Digit Preference in CPS Unemployment data. *Economics Letters*, 39, p. 117-121, 1992b.
- _____. TRIVEDI, P. Estimation of Unemployment Duration from Grouped Data: a Comparative Study. *Journal of Labor Economics*, 3, p. 153-174, 1985.
- BIVAR, W. S. Estimativas da Duração Média do Desemprego no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, 1991.

CORAK, M.; HEISZ, A. *The Duration of Unemployment: a User Guide*. Statistics Canada, Analytical Studies Branch. December 1995. (Research paper, n. 84). CANADA

_____. HEISZ, A. Alternative Measures of the Average Duration of Unemployment. *Review of Income and Wealth*. v. 42, n. 1, Mar. 1996

JENKINS, S. Survival Analysis. Institute for social and Economic Research, University of Essex. 2004. Mimeografado. Disponível em: <http://www.iser.essex.ac.uk/teaching/stephenj/ec968/index.php> . Acesso em: 05 nov. 2003.

KAITZ, H. Analyzing the Length of Spells of Unemployment. *Monthly Labor Review*, n. 93, p. 11-20, 1970.

KIEFER, N. M. Economic Duration Data and Hazard Functions. *Journal of Economic Literature*. n. 26, p. 646-679, jun. 1988.

MALBOUISSON, C. e MENEZES, W. Duração do Desemprego na Região Metropolitana de Salvador: mensuração e análise. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 35, n. Nº 3, Jul, p. 315-338, 2004.

MENEZES FILHO, N.; PICHETTI, P. Os determinantes do desemprego em São Paulo. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, 2000.

SALANT, S. Search Theory and Duration Data. *Quarterly Journal of Economics*, 91, p. 39-57, February 1977.

SIDER, H. Unemployment Duration and Incidence. *The American Economic Review*, p. 461-472, jun. 1985. ■

Emprego estagnado no setor automotivo nacional

Nilton Vasconcelos*

Um fenômeno importante, já evidenciado em pesquisas anteriores, vem se confirmando no setor automotivo brasileiro. Na contramão da produção ascendente, a estagnação do emprego é uma característica daquele que é um dos segmentos tradicionalmente associados à geração de postos de trabalho em larga escala. Empregos sim, mas não como antes. Estabelecer uma correlação direta entre elevação da produção e ampliação do nível de emprego setorial está cada vez mais difícil, e é uma situação ainda menos provável de encontrar nas regiões produtoras mais antigas.

Na divulgação das estatísticas relativas à indústria automotiva brasileira no ano de 2005, destacou-se sobretudo a produção recorde de 2,44 milhões de veículos montados no ano – o que inclui os automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus. Pouca atenção, entretanto, foi dedicada à análise do comportamento do emprego no setor. Essa ênfase no número de unidades produzidas não deixa de ser compreensível visto que o desempenho da indústria automotiva superou em dez por cento a produção também recorde do ano anterior. São resultados indiscutivelmente expressivos, em especial se comparados com os índices de dez anos atrás. Verificou-se, em 2005, um crescimento da ordem de cinquenta por cento em relação à produção observada em 1995, conforme podemos observar na Tabela 1.

Aliás, o ano de 1995 é um marco na política pública para o setor automotivo no país. Em junho daquele ano, o governo Fernando Henrique Cardoso encerrou a experiência da Câmara Setorial Automotiva, uma instância de formulação de política setorial que envolvia uma representação tripartite: o governo federal, empresários e trabalhadores. Em seu lugar, foi editada uma série de Medidas Provisórias que estabeleceram, de forma supostamente unilateral, o Regime Automotivo Brasileiro. Análises posteriores, inclusive do Tribunal de Contas da União, mostraram que a mudança introduzida beneficiou sobremaneira as montadoras em detrimento da indústria nacional de autopeças, e deflagrou uma verdadeira

corrida fiscal, na qual os governos federal, estaduais e municipais passaram a conceder cada vez mais benefícios e vantagens para atrair investimentos automotivos (VASCONCELOS, 2002).

O crescimento da produção, no entanto, não se deu de forma linear, ao contrário, oscilou muito, tendo chegado a dois milhões de unidades, em 1997, caído para 1,3 milhão de veículos, em 1999, e retomado uma curva ascendente a partir de 2002.

Entretanto, um outro indicador menos divulgado apresentou um comportamento diferente ao longo da última década. Trata-se do desempenho do emprego nas montadoras de veículos, sendo observado nos anos recentes uma relativa estagnação do contingente ocupado.

Tabela 1
Produção e emprego nas montadoras de autoveículos, Brasil: 1995-2005

Ano	Emprego autoveículos	Produção total	Relação autoveículo produzido/Empregados
1995	104.614	1.629.008	15,57
1996	101.857	1.804.328	17,71
1997	104.941	2.069.703	19,72
1998	83.049	1.586.291	19,1
1999	85.100	1.356.714	15,94
2000	89.134	1.691.240	18,97
2001	84.834	1.817.116	21,41
2002	81.737	1.791.530	21,92
2003	79.047	1.827.791	23,12
2004	88.697	2.210.741	24,92
2005	94.206*	2.447.636	25,98

Fonte: Anuário Estatístico da Anfavea (2005) e Cartas da Anfavea. Elaboração própria.

* Empregados em dezembro de 2005.

* Professor do CEFET-BA, Doutor em Administração Pública. niltonvj@cefetba.br

Quando o indicador é pessoal empregado, constata-se nos últimos onze anos uma diminuição de dez mil vagas nas montadoras, caindo de 104 mil para 94 mil, em 2005, ainda que neste ano tenha sido anotado um crescimento de 6% no número de postos de trabalho nos fabricantes de autoveículos. Desde o final da década passada, no entanto, prevalece um quadro de estagnação do nível de contratação, mantendo-se na faixa dos 85-90 mil contratos de trabalho nas montadoras, como se pode ver na tabela acima.

Uma análise mais extensa da série histórica produzida pela ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores do Brasil indica que o ano de 1980 marcou o recorde do emprego com 133 mil postos de trabalho nas montadoras, para um total de 1,165 milhão de veículos produzidos naquele mesmo ano. Assim, a relação veículos produzidos/empregados nas montadoras/ano variou de 8,7 veículos por empregado, em 1980, para aproximadamente 25,9 veículos por empregado, em 2005. Há, portanto, um crescimento significativo da produtividade, levando em conta esse indicador.

A essa redução do emprego ao longo do período e à relativa estagnação observada nos últimos anos, correspondeu um crescimento da sub-contratação, da terceirização, do emprego por tempo parcial e de outras modalidades de precarização do emprego. Correspondeu, ainda, à utilização de métodos de gestão que privilegiaram a redução de custos – inclusive dos custos do trabalho – e modificaram a estrutura da produção automotiva, transferindo grandes parcelas da montagem para empresas integrantes de outros níveis da cadeia produtiva.

Segundo a OIT – Organização Internacional do Trabalho, em relatório publicado em 2005 sobre as tendências da indústria automotiva, os fornecedores de componentes de automóveis já respondem por dois

terços do valor adicionado de um veículo, e, em futuro próximo, esta relação pode chegar a 75%, no caso de alguns fabricantes.

Essa transferência de fases da produção das montadoras para os fornecedores poderia significar que o emprego também teria sido deslocado para os fabricantes de autopeças, o que, entretanto, não ocorreu. Segundo dados do Sindipeças – Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores, que reúne as empresas produtoras de autopeças, o setor empregava em 1994 um total de 236,6 mil trabalhadores, tendo este número recuado para 187 mil, em 2004, com uma estimativa de chegar a um total aproximado de 197 mil empregados no mês de novembro de 2005. Em síntese, verifica-se um quadro semelhante àquele observado nas montadoras de veículos.

Com relação ao faturamento na indústria de autopeças, a tabela abaixo apresenta um caminho inverso daquele percorrido pelos índices de emprego. Embora com oscilações, há um crescimento do faturamento em dólar, de forma que o indicador faturamento por trabalhador/ano apresenta elevação substancial. Trata-se, portanto, de uma variação equivalente à que foi observada entre o número de unidades produzidas por trabalhador nas montadoras.

Tabela 2
Emprego e faturamento na indústria de componentes para autoveículos
Brasil: 1991 - 2000

Ano	Emprego (mil)	Faturamento (milhões de US\$)
1994	236,6	14.376
1995	214,2	16.584
1996	192,7	16.122
1997	186,4	17.458
1998	167,0	14.853
1999	167,0	11.213
2000	170,0	13.309
2001	170,0	11.903
2002	168,2	11.309
2003	170,7	13.330
2004	187,0	16.500
2005*	197,0	18.600

Fonte: Sindipeças(2005), Abipeças (2005)

* Estimativa

a relação veículos produzidos/empregados nas montadoras/ano variou de 8,7 veículos por empregado, em 1980, para aproximadamente 25,9 veículos por empregado, em 2005

Outro fator relevante, e que mostra o quanto é significativa a variação do emprego nos centros tradicionais da produção automotiva no Brasil, é o investimento realizado em novas unidades produtivas no país a partir do final dos anos noventa. Foram mais de dez novas fábricas construídas no país, entre as quais estão grandes plantas industriais no Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, todas elas situadas fora das regiões historicamente produtoras de veículos. Estima-se que apenas a Ford, em Camaçari, empregue em torno de 4 mil trabalhadores, sem contar as demais empresas integrantes do condomínio industrial comandado pela empresa estadunidense. As novas unidades produtivas da General Motors, Renault, Peugeot e outras, também contribuíram para o surgimento de milhares de postos de trabalho. Portanto, para se obter os números finais que indicam a relativa estagnação do contingente empregado no setor nos últimos anos, deduz-se que a redução do emprego foi ainda mais dramática nos centros produtores tradicionais de autoveículos, como São Paulo.

No panorama mundial, a indústria automotiva tem sido marcada pelo insistente noticiário da imprensa especializada sobre uma iminente falência das duas gigantes norte-americanas – a Ford e a General Motors, que reúnem uma dívida de mais de 450 bilhões de dólares e têm valor de mercado estimado em torno de 35 bilhões de dólares. Os sistemáticos ajustes de custos, com a demissão de dezenas de milhares de empregados, atinge também a outrora terceira maior empresa automobilística dos EUA.

Sejam quais forem as dimensões da crise das gigantes do setor, o impacto sobre o Brasil se fará sentir, ou

seja, não há motivo para se crer que a reestruturação tenha chegado ao fim e que suas implicações sobre o emprego deixem de ser detectadas. Ao contrário, o estímulo à incessante diminuição de custos de produção contribui para a restrição desta esfera em benefício da financeirização da economia. Nesse contexto, o emprego tende a reduzir em termos proporcionais, não apenas na indústria, mas também nos demais setores, à medida que assimilam a lógica predominante na economia.

Referências

ANFAVEA. Anuário estatístico da indústria automobilística brasileira – 2005. Disponível em: <<http://www.anfavea.com.br>>. Acesso em: 30 de janeiro de 2006>.

SINDIPEÇAS. Informativo, dezembro 2005. Disponível em: <<http://www.sindipecas.org.br/noticias/informativo.asp>>. Acesso em: 30 de janeiro de 2006.

_____. ABIPEÇAS. Desempenho do setor de autopeças 2005. Disponível em: <<http://www.sindipecas.org.br/documentos/desempenho2005.pdf>>. Acesso em: 27 de janeiro de 2006.

TEIXEIRA, F. L. C.; VASCONCELOS, N. Reestruturação produtiva, organização do trabalho e emprego na cadeia automobilística brasileira. *Nexus Econômicos*, Salvador-Ba, v. II, n. 1, p. 115-128, 2000.

VASCONCELOS, N. A política pública e o seu processo de formulação: o caso da indústria automotiva brasileira na década de 90. *Bahia Análise & Dados*. Salvador, v. 12, n. 2, p. 125-137, set. 2002. ■

Inflação e política monetária: balanço de 2005 e perspectivas para 2006

Everton Freire de Carvalho*

O ano de 2005 foi marcado por uma política econômica que alcançou bastante êxito, dentro dos objetivos traçados. Os principais índices de preços registraram altas pouco expressivas e, com isso, resultaram em uma inflação que mostrou-se uma das menores dos últimos anos.

A meta de inflação ficou dentro da margem de tolerância estabelecida pelo Banco Central. Porém, essa perseguição cega por tal alvo criou condições problemáticas para a economia como um todo. Para alcançá-la, o governo impôs uma taxa de juros exorbitante. Isso limitou o crescimento econômico brasileiro que, em 2005, situou-se entre um dos menores em meio aos países emergentes – cerca de 2,3%, segundo informações do IBGE. Este artigo, então, tentará abordar as conquistas e problemas decorrentes dessa política econômica restritiva no ano de 2005 e as perspectivas para o ano novo.

Inflação

O IPCA, índice que baliza o regime de metas de inflação no Brasil, fechou o ano de 2005 com alta de

5,69%, conforme ilustra o gráfico 01. Foi a menor variação desde 1998 (1,65%) e a terceira menor desde o início do Plano Real.

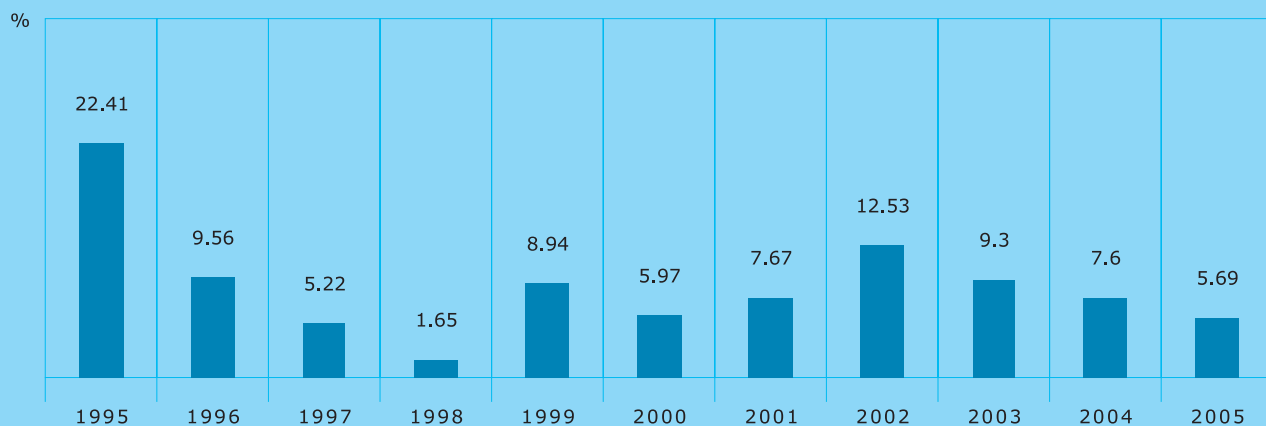
O resultado é 1,91 ponto percentual abaixo do registrado em 2004 (7,6%). Apesar da queda significativa, a taxa ficou acima da meta fixada pelo Comitê de Política Monetária (COPOM), de 5,1%. Ainda assim, o índice ficou dentro da margem de tolerância de 2,5 pontos percentuais.

A maior pressão sobre o IPCA veio das tarifas públicas, que contribuíram com 47% do índice ou 2,94 pontos percentuais. Reajustes nas tarifas de ônibus foram um dos principais responsáveis pela alta do IPCA: as passagens aumentaram 10,44%, impactando em 0,52% na composição desse índice.

A gasolina, apesar de ter sofrido uma alta inferior à de 2004, também contribuiu ativamente no aumento

* Aluno da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia e bolsista do Núcleo de Estudos Conjunturais – NEC. evertonfcavallho@yahoo.com.br. O autor agradece a colaboração e revisão realizada por Rodnei Fagundes Dias, aluno do Curso de Mestrado em Economia da Universidade Federal da Bahia e bolsista do Núcleo de Estudos Conjunturais.

Gráfico 1
IPCA, Brasil: 1995 - 2005



Fonte: IBGE

do IPCA, de cerca de 0,33 ponto percentual, com uma elevação de preço de 7,76%. A alta nas tarifas de serviços públicos importantes como energia elétrica (8,03%) e telefone fixo (6,68%) também tiveram impacto considerável sobre o IPCA, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 Inflação por grupo, Brasil: 2005	
Grupo	Variação (%)
Transportes	8,07
Educação	7,16
Vestuário	7,11
Despesas Pessoais	6,99
Comunicação	6,45
Habitação	6,42
Saúde e Cuidados Pessoais	6,21
Artigos de Residência	2,71
Alimentação e Bebidas	1,99

Fonte: IBGE

O câmbio teve papel decisivo na contenção do nível de preços, especialmente o dos alimentos, que apresentaram alta de apenas 1,99%, a menor taxa desde 1998. O primeiro semestre registrou alta de 2,33% e o segundo deflação de 0,34%. O câmbio também influenciou no preço de produtos como os de higiene pessoal – que apresentou uma variação de 0,31% – e de aparelhos de TV, som e informática, que mostrou uma variação negativa de 8,49%. Além do câmbio, os preços menores de algumas commodities impactaram negativamente nos preços dos alimentos. O arroz, por exemplo, caiu 21,45%, sendo a principal contribuição negativa para o índice de 0,18 ponto percentual.

O IPC-FIPE (Índice de Preços ao Consumidor) da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP) registrou inflação de 4,53% em 2005, a menor taxa em cinco anos. Tais como no IPCA, os reajustes dos combustíveis, das tarifas de ônibus e metrô foram os principais responsáveis pela inflação registrada pelo IPC-FIPE no ano passado. Entre os grupos pesquisados, a maior alta de preços foi apurada no Setor Transportes, de 13,10%.

IGP's

O IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna) fechou 2005 com alta de 1,22%, a menor taxa anual do indicador, que começou a ser calculado em 1944 pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Antes, o mais baixo índice tinha sido registrado em 1998 (1,7%), na recessão pré-crise cambial do ano seguinte. Em 2004, o IGP-DI foi de 12,14%. Este índice registrou deflação durante cinco meses seguidos em 2005, no período de maio a setembro. O IPA (Índice de Preços por Atacado), com peso de 60% sobre os IGP's, foi um dos principais responsáveis pela alta discreta do IGP-DI. Os preços no atacado registraram deflação de 0,97% em 2005.

Os preços agrícolas no atacado recuaram 6,34% em 2005, também contribuindo para o modesto IGP-DI. Sob efeito da queda dos preços no atacado, esses produtos tiveram fortes retrações no IPC (Índice de Preços ao Consumidor), que representa 30% dos IGP's. O índice fechou o ano de 2005 com alta de 4,93%.

No varejo, a inflação só não cedeu com mais força em 2005 por causa dos reajustes de tarifas públicas e dos preços administrados; o grupo Transportes registrou alta de 9,23% em 2005, enquanto o grupo Educação apresentou alta de 5,49%.

Até 2005, O IGP-DI era o índice de referência para os reajustes dos serviços de telefonia. Nesse ano, com a revisão dos contratos de concessão, a ANATEL decidiu alterar a regra e calcular o reajuste anual, parte com base no IGP-DI e parte usando um indicador que mede os custos do setor, o IST (Índice de Serviços de Telecomunicações) composto por vários outros índices, sendo o principal deles o IPCA.

O IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) fechou 2005 com alta de 1,21%, como ilustrado na Tabela 2, apresentando também a menor taxa da história para este indicador, calculado desde 1989 pela FGV. O índice registrou seis meses de deflação durante o ano passado. O IPA registrou deflação de -0,96%, o IPC cresceu 4,98% e o INCC (Índice Nacional de Custos da Construção) teve alta de 6,84%.

Tabela 2
Índice de preços, Brasil: 2004 - 2005**(%)**

Período		INPC	IPCA	IGP-DI	IGP-M	IPC-Fipe
Acumulado em 2004		6,13	7,6	12,14	12,41	6,57
2005	Jan	0,57	0,58	0,33	0,39	0,56
	Fev	0,44	0,59	0,4	0,3	0,36
	Mar	0,73	0,61	0,99	0,85	0,79
	Abr	0,91	0,87	0,51	0,86	0,83
	Mai	0,7	0,49	-0,25	-0,22	0,35
	Jun	-0,11	-0,02	-0,45	-0,44	-0,2
	Jul	0,03	0,25	-0,4	-0,34	0,3
	Ago	0,0	0,17	-0,79	-0,65	-0,2
	Set	0,15	0,35	-0,13	-0,53	0,44
	Out	0,58	0,75	0,63	0,6	0,63
	Nov	0,54	0,55	0,33	0,4	0,29
	Dez	0,4	0,36	0,07	-0,01	0,29
Acumulado em 2005		5,05	3,89	1,22	1,21	4,53

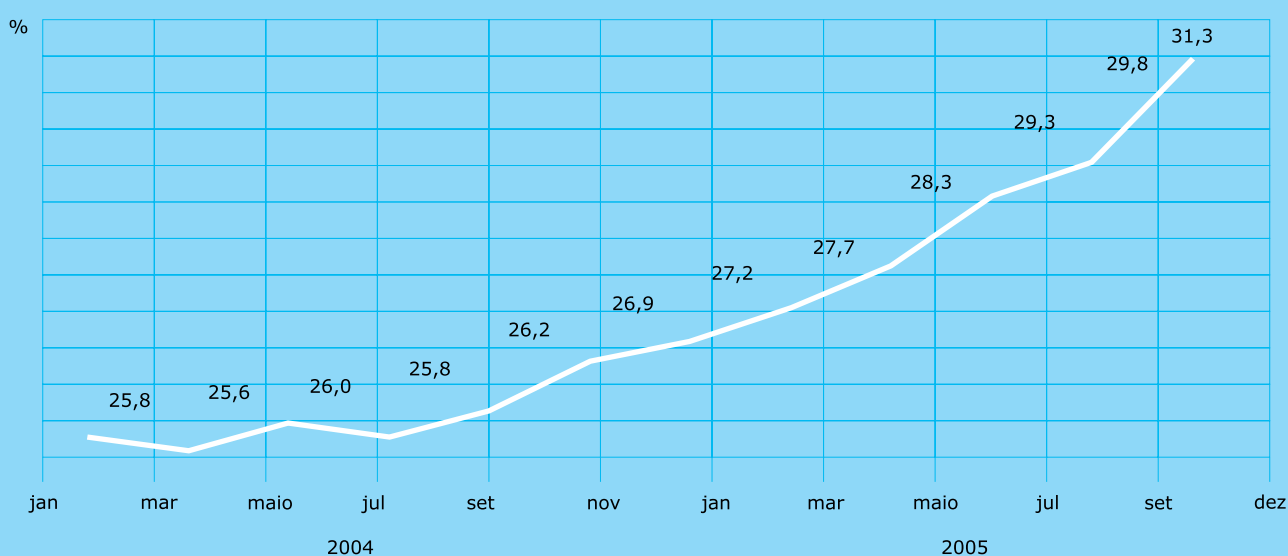
Fonte: IBGE, Fipe e FGV.

Crédito

Desde que assumiu, em 2003, a relação crédito/PIB não pára de crescer no governo Lula. O ano de 2005 foi marcado por uma forte expansão do crédito. Em dezembro, a relação crédito/PIB atingiu 31,3% – conforme ilustração do Gráfico 2 –, a maior proporção desde 1995, apesar do aperto monetário verificado no primeiro semestre de 2005. Só como base de comparação, em dezembro de 2004 o crédito disponível no país representava 27% do PIB.

O volume de crédito oferecido pelos bancos em 2005 foi impulsionado, especialmente, pela expansão dos financiamentos com desconto em folha de pagamentos, que registrou um forte crescimento. Esse tipo de financiamento cresceu 82,7% no ano passado, totalizando R\$ 32,036 bilhões. A vantagem do empréstimo consignado para o tomador de empréstimos está nos juros relativamente mais baixos.

Segundo o Banco Central, a taxa média desses financiamentos atualmente é de 36,4% ao ano, contra

Gráfico 2
Crédito/PIB, Brasil: 2004 - 2005

Fonte: Banco Central

Segundo o Banco Central, a taxa média desses financiamentos atualmente é de 36,4% ao ano, contra 80,8% do crédito pessoal convencional

80,8% do crédito pessoal convencional. Para os bancos, a enorme diferença entre as taxas explica-se pela baixa inadimplência do empréstimo consignado, uma vez que esses pagamentos são descontados diretamente quando o devedor recebe seu salário. Em dezembro, o saldo dos empréstimos disponíveis do país chegou a R\$ 606,874 bilhões. Os bancos privados expandiram suas carteiras de crédito em 25,3% em 2005. Nos bancos públicos, o aumento foi de 16,1%.

Para o chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes, "Foi um crescimento bastante razoável". Ele ressalta, porém, que a relação crédito/PIB ainda é baixa se comparada a outros países.

Política Monetária

A política monetária do governo Lula em 2005 seguiu a lógica dos seus dois primeiros anos de mandato.

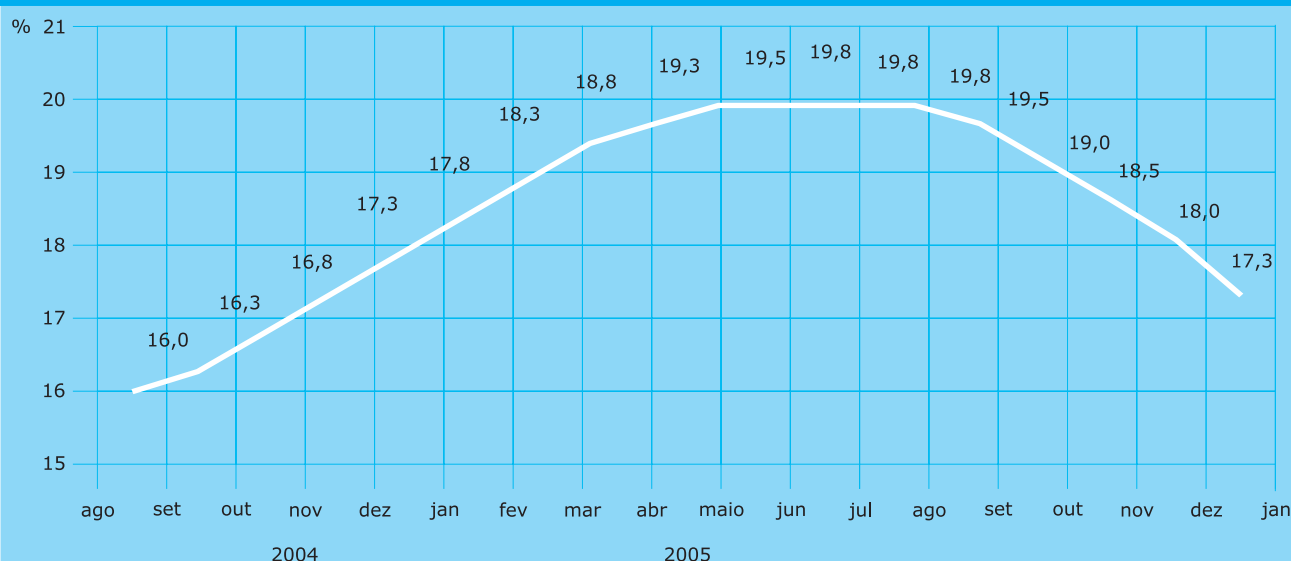
Visando atingir o centro da meta de inflação, que em 2005 foi de 5,1%, o Banco Central utilizou os juros como único instrumento de combate à inflação. O ano foi marcado por dois momentos distintos.

No primeiro semestre, o Banco Central deu continuidade ao aperto monetário iniciado em setembro de 2004 e elevou as taxas de juros até junho. No segundo semestre, a partir de agosto, iniciou o processo de afrouxamento da política monetária com reduções "graduais na taxa SELIC", como costuma aparecer nas atas do COPOM. Essa dinâmica está relacionada no gráfico a seguir.

O aperto monetário que caracterizou o primeiro momento surtiu efeito sobre a inflação que, apesar de não ter atingido o centro da meta, foi umas das menores nos últimos anos. A combinação juros altos e câmbio apreciado fizeram com que o IPCA tivesse a menor variação desde 1998 e os IGP's, que sofrem influência direta do câmbio, batessem recordes históricos, registrando os menores índices desde que foram criados.

Porém, os efeitos danosos dessa política monetária restritiva não tardaram a aparecer e caracterizaram o segundo momento vivido pela economia brasileira em 2005. O PIB (Produto Interno Bruto) despencou entre o segundo e o terceiro trimestre do ano. A produção industrial cresceu 0,6% entre outubro e novembro; esperava-se, contudo, que a expansão ficasse entre 1% e 1,5%.

Gráfico 3
Evolução da Taxa SELIC, Brasil: Ago/2004 - Jan/2006



Fonte: Banco Central

A política monetária menos restritiva, que começou a ser praticada no segundo semestre, só surtirá efeitos na atividade econômica a partir de fevereiro de 2006

Os maiores juros reais do mundo, em torno de 13%, seguido de longe por Cingapura (6,4%) e Turquia (5,7%), fizeram com que o estoque da dívida pública atingisse 01 trilhão de reais. Tais juros, reconhecidamente elevados, vêm causando conflito até entre os mais fiéis membros do governo.

O secretário do Tesouro e um dos principais assessores do ministro da fazenda, Joaquim Levy, reclamou que as análises feitas pelo mercado em relação ao futuro dos juros não refletem a melhora pela qual a economia brasileira tem passado e insinuou que o Banco Central tem sido conivente com a situação. Argumentou ainda que o Banco Central “está confortável” com as elevadas projeções para a taxa de juros realizadas pelo mercado.

A política monetária menos restritiva, que começou a ser praticada no segundo semestre, só surtirá efeitos na atividade econômica a partir de fevereiro de 2006. O PIB brasileiro, que se esperava crescer cerca de 3,5% no início do ano de 2005, apresentou uma ligeira alta de 2,3%. Esse crescimento só conseguiu ser mais significativo que aquele observado pelo PIB do Haiti, país que vive em guerra civil há mais de dois anos.

Para o economista e ex-ministro Delfim Netto (2005), esse crescimento medíocre da economia brasileira se deu por dois motivos: limite para o crescimento e meta de inflação apertada. Em suas próprias palavras:

O Banco Central criou um mito, de que o país não pode crescer mais do que 3,5% e por isso elevou os juros no decorrer do primeiro semestre. O outro motivo foi a meta irrealista de 5,1%, o que fez com que o Banco Central subisse os juros de forma exagerada.

Para Roberto Setúbal, presidente do Banco Itaú, a política econômica do governo está correta e Lula zela pela população de baixa renda, ao priorizar o com-

bate à inflação. Setúbal argumenta que “A população de baixa renda é a que mais sofre com a inflação alta. A política econômica está focada muito mais nessa população, que não é bancarizada, que não recebe juros” (CARTA CAPITAL, 2005).

É importante lembrar que essa política econômica conservadora vem propiciando também enormes lucros ao setor financeiro. O Banco Itaú teve lucro recorde de R\$ 3,827 bilhões nos nove primeiros meses de 2005, um salto de 39,4% em relação ao mesmo período de 2004.

Ano novo, conservadorismo velho

Na primeira reunião do ano, o Banco Central manteve o conservadorismo e reduziu os juros básicos da economia em 0,75 ponto percentual. O COPOM fixou a taxa Selic em 17,25% ao ano, mesmo índice de dezembro de 2005.

A priori, o corte de 0,75 ponto percentual poderia ser entendido como uma decisão mais agressiva do Banco Central, visto que as últimas quedas foram de 0,5%. Porém, o calendário das reuniões do COPOM se modificou. A partir de 2006, os encontros do comitê deixarão de ser mensais e passarão a se realizar a cada seis semanas. Ao invés de doze reuniões anuais serão oito, tais como as reuniões do FED, o Banco Central estadunidense.

Dessa forma, um corte mensal de 0,5% acaba equivalendo a uma redução de 0,75% a cada seis semanas. A ata do COPOM destacou que a pressão inflacionária verificada no início de 2006 é sazonal: “Em boa medida, a alta se deve a fatores pontuais, sem que necessariamente observemos contaminação para horizontes mais longos” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2006).

Sobre o baixo crescimento da produção industrial de novembro, o COPOM mantém certo otimismo: “Dois terços dos ramos pesquisados pelo IBGE apresentaram desempenho favorável, sinalizando maior difusão da retomada na atividade industrial”, diz a ata. Ainda segundo tal ata, “Desde junho, as taxas de crescimento alternam sinais positivos e negativos, mas, de modo geral, a produção industrial vem se mantendo em níveis historicamente elevados” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2006).

Conclusão

O principal objetivo da equipe econômica do atual governo, que é o controle da inflação, vem sendo alcançado até o momento. Conforme ressaltado, a inflação em 2005 foi relativamente baixa e os IGP'S registraram os menores índices desde que foram criados.

Porém, a lógica dos juros altos para atingir o centro das metas de inflação tem trazido consequências danosas à economia brasileira. O crescimento econômico do Brasil em 2005 segue na contramão dos demais países emergentes. Enquanto os países emergentes crescem mais de 4% ao ano, o Brasil mantém sua média medíocre dos últimos 20 anos, com crescimento entre 2,0 e 2,5%.

Caso a política monetária não mude de forma drástica, possivelmente observaremos mais um ano de crescimento abaixo do potencial da economia brasileira. Talvez essa conduta de política monetária traga resultados positivos no longo prazo, como a estabilidade do nível de preços. Entretanto, é provável que estejamos perdendo a oportunidade de alavancar nosso crescimento econômico de forma significativa, como tem ocorrido nos demais países, sobretudo entre os latino-americanos.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Ata da 116ª Reunião do Conselho de Política Monetária (COPOM). Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br/?COPOM116>> Acesso em: 20 jan. 2006.

BOLETIM 6 de Política Econômica em foco da Unicamp. Disponível em: <www.eco.unicamp.br> Acesso em: 19 jun. 2006.

CARTA CAPITAL. Edição Especial de Natal e Ano Novo. Dez. 2005

CARTA DE CONJUNTURA DA UFRJ. Jan. 2006. Disponível em: <www.ie.ufrj.br> Acesso em: 18 jun. 2006.

DELFIM NETTO, Antônio. 2006 ainda está indefinido, diz Delfim. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 dez. 2005, Caderno B, p. 6.

INDICADORES CONSOLIDADOS. Banco Central. Disponível em: <www.bc.gov.br> Acesso em: 21 jun. 2006.

IPEADATA. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br> Acesso em: 20 jun. 2006

MATTOS, Adriana. Crédito consignado puxa relação crédito/PIB para 31%. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 25 jan. 2006, Caderno B, p. 5. ■



Investimentos na Bahia

Investimentos industriais previstos irão gerar aproximadamente 69 mil novos postos de trabalho

Os investimentos industriais anunciados para o estado da Bahia, a serem realizados no período referente a 2005-2009, totalizaram um volume da ordem de R\$ 17,9 bilhões, agregando 460 projetos. Os investimentos estão subdivididos em treze eixos de desenvolvimento e em nove complexos de atividade econômica.

No que tange à localização dos investimentos, indicado pelos eixos de desenvolvimento, verifica-se que os eixos Metropolitano (56,8%) e Extremo Sul (22,9%) respondem por aproximadamente 80% dos investimentos, concentrados num volume de aproximadamente R\$ 14,3 bilhões em 260 projetos. Os demais agregam investimentos na ordem de R\$ 3,6 bilhões, ou 20% do total de investimentos alocados em 43,5% dos projetos.

No tocante ao número de empregos previstos, tem-se a expectativa que os empreendimentos industriais gerem cerca de 69.781 postos de trabalho, sendo que os eixos Metropolitano (43,2%) e Grande Recôncavo (21,0%) concentram 64,2 % dos empregos, ou 44.798 postos de trabalho. Os demais são responsáveis por cerca de 36% dos empregos, destacando-se o eixo Planalto Sudoeste, respondendo por 8,7 % ou 6.075 novos postos.

Em relação à situação, verifica-se que 61,6% estão em implantações de novas unidades industriais, representando um volume de aproximadamente R\$ 11,0 bilhões em 371 projetos. Outros 38,4 % estão alocados em ampliações e 0,1% em reativações, somando recursos na ordem de R\$ 6,9 bilhões em 89 projetos.

Analisando os investimentos quanto ao complexo de atividade econômica, infere-se que cerca de 66% encontram-se alocados nos complexos Madeireiro (28,5%), de Transformação Petroquímica (19,1%) e Químico-Petroquímico (18,2%), totalizando R\$ 11,8 bilhões em 189 projetos. Os demais complexos são responsáveis por um volume de R\$ 6,1 bilhões distribuídos em 271 projetos, particularmente no complexo de Atividade mineral e beneficiamento, com participação de 11,7% dos investimentos.

A política de atração de investimentos industriais, promovida pelo governo do estado da Bahia, tem contribuído significativamente para a diversificação do parque industrial. Esse fato vem ocorrendo desde 1991, com a implantação de programas de incentivos fiscais, como o Probahia. Esses programas se intensificaram, destacando-se: em 1995, com os incentivos especiais para o setor de informática; em 1997, com o Procomex, para o setor de calçados e seus componentes; em 1998 com o Bahiaplast, para o setor de transformação plástica; além do Procobre e Profibra. A partir de 2002, o programa Desenvolve substituiu os demais programas implantados anteriormente. Dentre as principais indústrias que estão se instalando e ampliando a sua capacidade em 2005, encontra-se Dacarto Benvic Ltda, a Total Flex Indústria de Embalagens Ltda, a Café Damasç Ltda e a Aquatubos Indústria e Comércio de Plásticos Ltda.

Tabela 1
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por complexo de atividade: 2005 - 2009

Complexo	Volume (R\$ 1.000,00)	Nº. Projetos
Agroalimentar	1.304.593	72
Atividade mineral e beneficiamento	2.103.739	22
Calçados/Têxtil/Confecções	1.693.058	52
Complexo madeireiro	5.112.758	12
Eletroeletrônico	226.182	62
Metal-mecânico	611.424	51
Químico-petroquímico	3.255.794	91
Reciclagem	2.156	2
Transformação petroquímica	3.430.795	86
Outros	179.640	10
Total	17.920.138	460

Fonte: SICM / Jornais Diversos

Elaboração: CAC-SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/12/05.

Tabela 02
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por eixo de desenvolvimento: 2005 - 2009

Eixo	Volume (R\$ 1.000,00)	Nº. Projetos
Baixo Médio São Francisco	102.725	9
Centro Leste do São Francisco	22.193	2
Chapada Norte	180.608	9
Chapada Sul	16.730	6
Extremo Sul	4.100.096	14
Grande Recôncavo	1.516.199	66
Mata Atlântica	395.357	51
Médio São Francisco	2.300	1
Metropolitano	10.187.182	246
Nordeste	131.951	8
Oeste do São Francisco	300.048	7
Planalto Central	292.103	1
Planalto Sudoeste	191.845	31
A Definir	480.801	9
Total	17.920.138	460

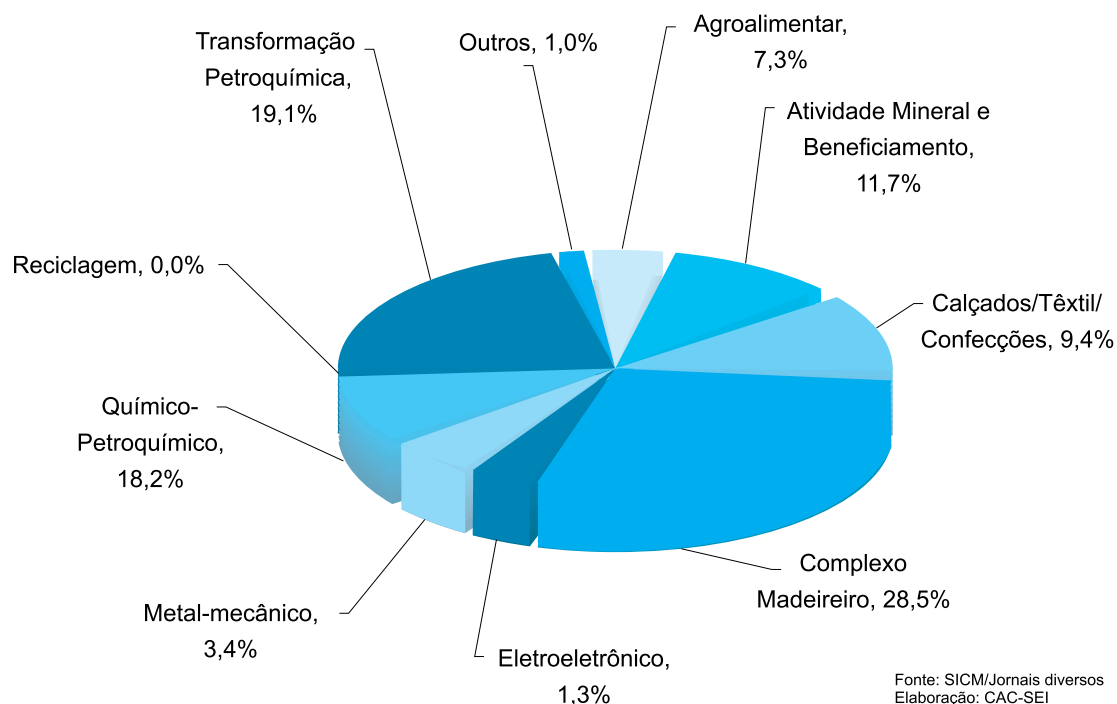
Fonte: SICM / Jornais Diversos

Elaboração: CAC-SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/12/05.

Investimentos previstos para a Bahia - 2005/2009

Participação por Complexo de Atividade

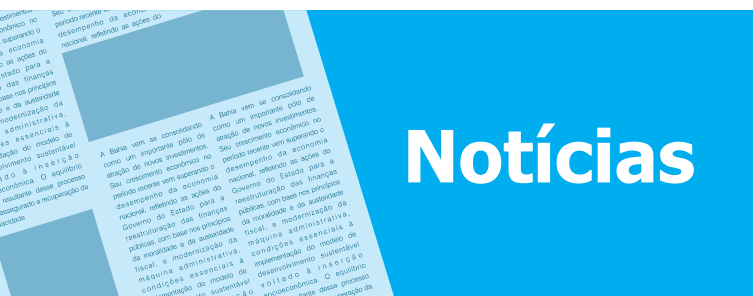


Metodologia da pesquisa de investimentos industriais previstos no estado da Bahia

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI para levantar as intenções de investimentos industriais previstos para os próximos quatro anos no estado da Bahia, desenvolvida inicialmente pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia – SEPLAN, consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados no estado, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: Gazeta Mercantil, Valor Econômico, A Tarde, Correio da Bahia e Diário Oficial do Estado da Bahia. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia – SICM através dos protocolos de intenção e projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos dos programas PROBAHIA, BAHIAPLAST e do atual DESENVOLVE.

Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no Estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidos, os dados serão apresentados sob a forma de tabelas e gráficos contendo o volume e a participação dos investimentos industriais por complexo de atividade, por eixo de desenvolvimento e o número de projetos. Os valores dos investimentos anunciados estão expressos em reais.

Os dados mais desagregados estão sendo disponibilizados e atualizados mensalmente no site dessa instituição, com dados a partir de 1997, apresentando valores acumulados.



Notícias

Negócios

Centro Industrial de Aratu atrai 20 novas empresas

Cerca de 20 novas empresas estão sendo instaladas no município de Simões Filho. Esse conjunto de empreendimentos representará investimentos da ordem de R\$ 100 milhões, devendo gerar aproximadamente 1.500 empregos. Entre as novas empresas estão a 3R Estofados, que produzirá duas mil unidades de conjuntos estofados por mês, e a Armamacx, de argamassa.

Ao longo de 2005 foram instaladas 260 novas empresas, aumentando o segmento empresarial do município para 2.531 organizações. A atração de novas indústrias, num trabalho em sintonia com o governo estadual, leva em conta os programas de incentivos estadual e municipal.

O processo de revitalização do CIA já conseguiu recuperar 50% das áreas que estavam desativadas. Chegou a ter cerca de 200 empresas funcionando, mas nas duas últimas décadas enfrentou uma forte crise que resultou no fechamento de muitas fábricas. Atualmente, tem perto de 170 empresas operando ou em fase de instalação.

Outro foco de atuação é a qualificação e capacitação dos empreendedores, sobretudo para que possam ter acesso a créditos para aquisição de máquinas e equipamentos, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Centro Industrial de Aratu atrai 20 novas empresas. Correio da Bahia, 6/12/2005.

Grupo Lena investirá mais R\$100 milhões

O Grupo Lena Brasil, organização empresarial portuguesa sediada no estado da Bahia, investirá no próxi-

mo ano cerca de R\$100 milhões em projetos no país, com destaque para a implantação de novos empreendimentos no território baiano. Com seis empresas em atuação no mercado nacional, sendo cinco na área da construção civil e uma no ramo agropecuário, o Grupo Lena Brasil vem expandindo suas atividades no segmento de obras de incorporação, obras públicas e de terceiros, resultando em um aumento de 60% no faturamento da organização, que deve fechar 2005 em R\$ 60 milhões.

Entre as empresas da organização no país, a Liz Construções mantém-se como o carro-chefe do grupo, sendo responsável por 80% do faturamento da filial brasileira. Com sete anos de atuação na Bahia, a unidade vem liderando os investimentos da Lena Brasil na área da construção civil, através de contratos públicos e privados. Como parte dessas ações, a empresa está construindo um teatro e um centro de convenções nos municípios de Feira de Santana e Itabuna, além de uma penitenciária em Lauro de Freitas – que deverá ser entregue em janeiro de 2006 –, totalizando investimentos da ordem de R\$ 38 milhões. Com um investimento de R\$ 13 milhões, a organização, através da empresa Liz Construções, estará entregando no próximo mês de dezembro o Lena Empresarial, um empreendimento de 16 andares e 176 salas de alto padrão, localizado na Avenida Magalhães Neto.

No setor de obras para terceiros, a construtora é responsável também por 35% da construção de um empreendimento hoteleiro, situado na Praia de Guarajuba, litoral norte, gerando um aporte da ordem de R\$ 16 milhões. Com um faturamento mundial em torno de R\$ 1,014 bilhão, o grupo também está presente em países como Bulgária, Romênia, Moçambique e Angola. Em Portugal, é constituído por aproximadamente 70 empresas, que atuam em diversos segmentos. No Brasil, a organização Lena, que faturou em 2004 cerca de R\$ 35 milhões, conta hoje com 560 funcionários.

Grupo Lena investirá mais R\$ 100 milhões. Correio da Bahia, 6/12/2005.

Braskem investe mais R\$ 77 milhões

A Braskem vai investir R\$ 77 milhões em sua unidade de insumos básicos, no Pólo Petroquímico de Camaçari. A empresa vai ampliar em cerca de 48% a sua capacidade de produção de isopreno. A matéria-prima é utilizada na fabricação de adesivos especiais, materiais de escritório, fraldas descartáveis, aglome-

rados industriais, fitas adesivas, entre outros. As obras de expansão devem ser finalizadas no final do próximo ano.

A ampliação da planta está dentro da estratégia da companhia petroquímica de valorizar as principais correntes da nafta processada pela empresa. A unidade da Braskem é a única no país a fabricar o isopreno, que possui alta pureza e baixa disponibilidade no mercado internacional. Essa reduzida oferta determinou a ampliação da capacidade das atuais 18 mil toneladas anuais para 26,5 mil toneladas. Para obter este incremento, os engenheiros da empresa desenvolveram *know how* de processo próprio a partir da aquisição de tecnologia original japonesa. A petroquímica busca desenvolver tecnologias próprias, baseadas em técnicas aplicadas em todo o mundo.

A Braskem já havia, este ano, ampliado em 30 mil toneladas anuais a sua capacidade de polietileno no Pólo de Camaçari, com o objetivo de atender à demanda crescente pela resina e aumentar sua flexibilidade estratégica e operacional. A unidade industrial recebeu investimentos da ordem de R\$ 10 milhões. Com a expansão, a capacidade da planta passou de 200 mil para 230 mil toneladas por ano, sendo que parte da produção adicional tem como destinos Europa e Estados Unidos. Somente este ano, os investimentos realizados pela Braskem somaram R\$ 428 milhões em todo o país, de um total superior a R\$ 600 milhões previsto para 2005. Esse montante inclui o projeto de uma unidade industrial de polipropileno em Paulínia (SP), em parceria com a Petroquisa, que começa a operar no final de 2007.

Braskem investe mais R\$ 77 milhões. Correio da Bahia, 07/12/2005.

Complexo automotivo ganha mais uma fábrica

O complexo automotivo baiano ganha mais um reforço esta semana com o início da construção da fábrica da Columbian Chemicals do Brasil no Pólo de Camaçari, um investimento de R\$ 165 milhões.

A empresa, que deve entrar em operação em 2007, será instalada em uma área de 63 mil metros quadrados e vai produzir 55 toneladas anuais de negro-de-fumo, matéria-prima para produtos como pneus, tintas e plásticos. O insumo a ser utilizado pela Columbian para a produção será obtido junto à Braskem e à Refinaria Landulpho Alves.

Um dos líderes mundiais na produção de negro-de-fumo, a Columbian Chemicals possui 12 fábricas, localizadas nos Estados Unidos, Canadá, Alemanha, Inglaterra, Itália, Hungria, Coreia, Espanha e Brasil.

Com sede na Geórgia (EUA), a companhia é uma subsidiária da *Phelps Dodge Corp*, que emprega mais de 15 mil pessoas em todo o mundo e conta com outros negócios nas áreas de cobre e produtos químicos.

Complexo automotivo ganha mais uma fábrica. Diário Oficial do Estado, 07/12/2005.

Indicadores

Cresce valor de transformação da indústria baiana

A Bahia é o sétimo estado mais industrializado no país. Responsável por 4,1% do valor de transformação industrial (VTI) do país. A indústria de transformação baiana, marcadamente intensiva de capital (absorve reduzido contingente de mão-de-obra), já representa nada menos que 45,3% do VTI do Nordeste, embora empregue apenas 20,5% da força de trabalho regional. As informações são da Pesquisa Industrial Anual (PIA), com base em dados de 2003, realizada pelo IBGE e divulgada pela Superintendência de Desenvolvimento Industrial (SDI) da Federação das Indústrias da Bahia (Fieb).

De acordo com o estudo, pouco mais de 94% do universo das indústrias de transformação no estado são pequenas e microempresas, as quais respondem por 46,3% do pessoal ocupado no setor, 15,3% da receita líquida de vendas e por 15,6% do valor de transformação. A PIA 2003 revela ainda que as indústrias de médio porte (com cem ou mais trabalhadores, segundo critérios do IBGE) representam 5% das empresas do setor, respondendo por 29,3% do emprego gerado, 31,5% da receita líquida e 30,8% do valor de transformação. Já as empresas de grande porte (com 500 ou mais trabalhadores) correspondem apenas a 0,8%, mas empregam 24,4% da mão-de-obra do setor, detêm 53,2% da receita líquida e 53,6% do valor de transformação industrial.

O técnico da Superintendência de Desenvolvimento Industrial da Fieb, Ricardo Kawabe, observa que, justamente porque os dados da PIA são relativos a 2003, os resultados da indústria baiana devem se apresen-

tar mais avançados nas próximas pesquisas do IBGE. Kawabe lembra que a indústria baiana é uma das que vêm liderando, nos últimos meses, a expansão do setor no país: em agosto, por exemplo, cresceu 10,4%, posicionando-se ao lado da amazonense na pole position da produção industrial brasileira.

Cresce valor de transformação da indústria baiana. Correio da Bahia, 6/12/2005.

Derivados de sisal terão certificado

Já está em análise, no Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) e no segmento produtivo do estado, a minuta do regulamento para certificação dos derivados de sisal. O documento técnico foi elaborado com a colaboração do Instituto Baiano de Metrologia e Qualidade (Ibametro). A expectativa é de que a versão final do Regulamento de Avaliação da Conformidade (RAC) seja aprovada ainda no primeiro semestre de 2006.

A atividade sisaleira baiana tem um interesse especial em obter a certificação. Maior produtor nacional, a Bahia responde por 40% dos volumes mundiais do sisal, porém ainda enfrenta desafios para melhorar a sua competitividade, aumentar as exportações e diversificar os mercados consumidores. Com a marca da qualidade Inmetro, reconhecida em mais de 60 países, as empresas terão um aliado a mais para ampliar os negócios e fortalecer a cadeia produtiva local.

O presidente do Sindicato das Indústrias de Fibras Vegetais da Bahia (Sindifibras), Wilson Andrade, disse que cópias da minuta do regulamento já foram distribuídas para 80 empresas do segmento, entre beneficiadoras (batedeiras), exportadoras e indústrias. No próximo dia 16, representantes de todas elas se reunirão, na Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb), para consolidar a análise do documento e propor eventuais ajustes ou sugestões.

O sisal brasileiro conta com uma cadeia produtiva organizada e tem grande chance de melhorar sua participação no mercado frente à fibra concorrente da África (onde os principais produtores são Quênia e Tanzânia) e China. Hoje, a Bahia é responsável por cerca de 90% da produção nacional de sisal, que em 2004 atingiu um volume equivalente a 145 mil toneladas, segundo dados do Sindifibras. A estimativa é de que o Estado tenha hoje 160 mil hectares plantados. Do total produzido, cerca de 60% correspondem a

exportações de fios, fibras, mantas, cordéis, cabos e cordas, tapetes e peças artesanais.

Derivados de sisal terão certificado. Diário Oficial, 28/12/2005.

Ação Governamental

Viver Melhor ganha redução na conta de luz

Os novos moradores das casas construídas dentro do programa Viver Melhor vão ter uma redução de até 61% nas contas de energia a partir do próximo ano, passando a pagar uma tarifa entre R\$ 7 e R\$ 8. Isso será possível graças ao convênio de cooperação técnica assinado ontem no Palácio de Ondina, entre o governo da Bahia, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedur), e a Coelba. A empresa vai doar 25.200 lâmpadas para 8.400 novas casas do programa.

“Essa parceria tem um aspecto social relevante, pois a redução do consumo vai permitir tarifas menores e diminuir a inadimplência, o que contribui para a eficácia do sistema”, afirmou o governador Paulo Souto, que ressaltou a importância de projetos sociais como esse, que complementam os realizados pelo Estado. Segundo o presidente do Grupo Neoenergia, que controla a Coelba, Marcelo Correa, a parceria com o governo da Bahia não se restringe apenas ao Viver Melhor, abrangendo ainda outros programas.

Viver Melhor ganha redução na conta de luz. Diário oficial, 14/12/2005.

Recursos garantem projetos do Produzir II

O governo da Bahia fechou contrato de empréstimo de US\$ 54,3 milhões junto ao Banco Mundial (Bird) para implementar a segunda fase do programa de Combate à Pobreza Rural (Produzir II). Haverá ainda o aporte de US\$ 20,6 milhões por parte do Estado, totalizando US\$ 74,9 milhões em recursos para o Produzir II, que é um exemplo nacional de ação de combate à pobreza. O acordo foi assinado na sede da entidade, em Brasília, na manhã de ontem, entre o governador Paulo Souto e o diretor do Bird, John Briscoe.

Entre os projetos que já contam com o apoio do Produzir estão o Terra Fértil, o Cabra Forte (pecuária ovina e

caprina), o Flores da Bahia, o Nossa Fibra (área do sisal) e o Nossa Raiz, que traz o aperfeiçoamento do processo produtivo de derivados do plantio da mandioca. Segundo o governador Paulo Souto, os recursos devem ser disponibilizados em janeiro de 2006, porque os primeiros convênios com as associações de produtores já estão avalizados pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), que coordena o projeto.

A estratégia do governo da Bahia de integrar programas de crédito fornecidos por agências do governo federal e convênios de transferência de tecnologia e de reforço da infra-estrutura foi bem recebida pelo representante do Bird, que está há cerca de um mês no país. “É muito interessante a participação do Banco Mundial, que não tem faltado à Bahia, nesses nossos problemas, que são difíceis, porque nem sempre contamos com o apoio do governo federal”, declarou o senador Antonio Carlos Magalhães, um dos três senadores que compareceram ao encontro. Oito deputados federais estiveram presentes à cerimônia de assinatura do termo.

Recursos garantem projetos do Produzir II. Diário Oficial, 15/12/05.



UNIÃO

Atos do poder executivo

Decretos

Decreto nº 5.600, de 1 de dezembro de 2005 – Altera o Programa de Dispendios Globais – PDG das empresas estatais federais, aprovado pelo Decreto nº 5.291, de 30 de novembro de 2004, e dá outras providências.

Decreto nº 5.602, de 6 de dezembro de 2005 – Regulamenta o Programa de Inclusão Digital instituído pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

Decreto nº 5.606, de 6 de dezembro de 2005 – Aprova o Programa de Dispendios Globais para 2005 da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia – HEMOBRÁS, e dá outras providências.

Decreto nº 5.607, de 6 de dezembro de 2005 – Dá nova redação ao **caput** do art. 6º do Estatuto Social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, aprovado pelo Decreto nº 4.418, de 11 de outubro de 2002.

Decreto nº 5.608, de 8 de dezembro de 2005 – Altera o Anexo XI do Decreto nº 5.379, de 25 de fevereiro de 2005, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2005, e dá outras providências.

Decreto nº 5.612, de 12 de dezembro de 2005 – Regulamenta o parcelamento dos débitos dos municípios, relativos às contribuições sociais de que tratam as alíneas “a” e “c” do parágrafo único do art. 11, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, instituído pelos arts. 96 a 103 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

Decreto nº 5.614, de 13 de dezembro de 2005 – Dispõe sobre procedimentos fiscais no âmbito da Secretaria da Receita Previdenciária do Ministério da Previdência Social, e dá outras providências.

Decreto nº 5.618, de 13 de dezembro de 2005 – Altera o decreto nº 4.542, de 26 de dezembro de 2002, que aprova a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, e dá outras providências.

Decreto nº 5.630, de 22 de dezembro de 2005 – Dispõe sobre a redução a zero das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes na importação e na comercialização no mercado interno de adubos, fertilizantes, defensivos agropecuários e outros produtos, de que trata o art. 1º da Lei 10.925, de 23 de julho de 2004.

Decreto nº 5.637, de 26 de dezembro de 2005 – Dispõe sobre a vigência das Decisões do Conselho do Mercado Comum, das Resoluções do Grupo Mercado Comum e das Diretrizes da Comissão de Comércio do Mercosul que menciona.

Decreto nº 5.641, de 26 de dezembro de 2005

– Dispõe sobre a sistemática de cálculo e apropriação da taxa de administração a que fazem jus os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento, de que se trata o art. 13 da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, e dá outras providências.

Decreto nº 5.646, de 29 de dezembro de 2005

– Regulamenta o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP, que suspende a exigência da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, instituído pelos arts. 12 a 16 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

Leis**Lei de nº 11.211, de 19 de dezembro de 2005**

– Dispõe sobre as condições exigíveis para a identificação do couro e das matérias-primas sucedâneas, utilizados na confecção de calçados e artefatos.

Medidas provisórias**Medida provisória nº 275, de 29 de dezembro de 2005**

– Altera Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), em função da alteração promovida pelo art.33 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e dispõe que o prazo a que se refere o art. 2º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para reutilização do benefício da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, aplica-se inclusive às aquisições realizadas antes de 22 de novembro de 2005.

Secretaria da Receita Federal**Portarias****Portaria nº 6.129, de 2 de dezembro de 2005**

– Dispõe sobre a formalização de processos relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita federal.

Portaria nº 6.208, de 20 de dezembro de 2005

– Estabelece parâmetros para seleção das pessoas jurídicas a serem submetidas ao acompanhamento

econômico-tributário diferenciado e especial no ano de 2006 e dá outras providências.

Instruções Normativas**Instrução Normativa nº 576, de 1 de dezembro de 2005**

– Dispõe sobre a Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias (Dimob) e dá outras providências.

Instrução Normativa nº 577, de 5 de dezembro de 2005

– Dispõe sobre a Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (Dirf) e dá outras providências.

Instrução Normativa nº 578, de 12 de dezembro de 2005

– Estabelece normas para emissão de comprovantes de rendimentos pagos ou creditados a pessoas físicas e jurídicas decorrentes de aplicações financeiras, aprova modelo de Informe de Rendimentos Financeiros e dá outras providências.

Instrução Normativa nº 579, de 8 de dezembro de 2005

– Estabelece procedimentos para revisão das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (DIRPF) e do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (DITR).

Instrução Normativa nº 580, de 12 de dezembro de 2005

– Institui o Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte da Secretaria da Receita Federal (e-CAC).

Instrução Normativa nº 583, de 20 de dezembro de 2005

– Dispõe sobre a declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF).

Instrução Normativa nº 600, de 28 de dezembro de 2005

– Disciplina a restituição e a compensação de quantias recolhidas a título de tributo ou contribuição administrados pela Secretaria da Receita Federal, a restituição e a compensação de outras receitas da União arrecadadas mediante Documento de Arrecadação de receitas Federais, o ressarcimento e a compensação de créditos do Imposto sobre Produtos Industrializados, da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o financiamento da Seguridade Social e dá outras providências.

Instrução Normativa nº 602, de 29 de dezembro de 2005

– Dispõe, para o ano-calendário de 2005, sobre mecanismo de ajuste para fins de comprovação de preços de transferência, na exportação, de forma a reduzir impactos relativos à apreciação da moeda nacional em relação a outras moedas.

Banco Central do Brasil

Circulares

Circular nº 3.301, de 8 de dezembro de 2005 – Altera a Circular 3.287, de 2005, que dispõe sobre a constituição e a implementação, no Banco Central do Brasil, do Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional – CCS.

Carta circular nº 3.216, de 9 de dezembro de 2005 – Divulga as condições necessárias à elaboração de laudo grupal de vistoria prévia para fins de enquadramento no “Proagro Mais” na safra 2005/2006 (MCR 16-2-6-b-).

Carta circular nº 3.217, de 14 de dezembro de 2005 – Estabelece procedimentos relativos à cobrança e ao pagamento de tarifas pela utilização do Sistema de Transferência de Reservas – STR.

Circular nº 3.302, de 15 de dezembro de 2005 – Altera o capítulo 2 do título 1 do Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMC-CI), que trata dos agentes do mercado.

Circular nº 3.304, de 28 de dezembro de 2005 – Estabelece sobre referências normativas a fundos de investimento e revoga normas e disposições regulamentares editadas pelo Banco Central do Brasil, relativas a esses fundos, em decorrência da Lei 10.303, de 2001, ou sem função.

Circular nº 3.305, de 28 de dezembro de 2005 – Altera as disposições sobre transferências relativas a investimentos brasileiros no exterior por parte de fundos de dívida externa.

Carta circular nº 3.319, de 15 de dezembro de 2005 – Informa novos horários relacionados à liquidação financeira dos resultados apurados na Centralização da Compensação de Cheques e Outros Papéis – Compe.

Resoluções

Resolução nº 3.332, de 22 de dezembro de 2005 – Dispõe sobre a prestação de serviço a de auditoria independente para as instituições financeiras, demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e para as câmaras e prestadores de serviços de compensação e de liquidação.

Resolução nº 3.333, de 22 de dezembro de 2005 – Define a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para o primeiro trimestre de 2006.

Resolução nº 3.336, de 23 de dezembro de 2005 – Dispõe sobre concessão de prazo para pagamento das dívidas de operações contratadas ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e sobre ajustes na Linha de Crédito Pronaf Cotas-Partes.

Resolução nº 3.337, de 23 de dezembro de 2005 – Dispõe sobre ajustes no prazo de reembolso para financiamentos ao amparo do Programa de Desenvolvimento do Agronegócio (Prodeagro).

Resolução nº 3.338, de 23 de dezembro de 2005 – Altera a Resolução 2.827, de 2001, que consolida e redefine as regras para o contingenciamento do crédito ao setor público.

ESTADO

Atos do poder executivo

Decretos

Decreto nº 9.731, de 19 de dezembro de 2005 – Altera o Decreto nº 9.250, de 26 de novembro de 2004, que dispõe sobre o recolhimento do ICMS por empresas que desenvolvam as atividades que especifica, e dá outras providências.

Leis

Lei nº 9.833, de 05 de dezembro de 2005 – Institui o Programa Estadual de Incentivos à Inovação Tecnológica – INOVATEC.

Lei nº 9.835, de 14 de dezembro de 2005 – Dispõe sobre a outorga de permissão e concessão para exploração do serviço de transporte hidroviário intermunicipal de passageiros e dá outras providências.

Lei nº 9.836, de 14 de dezembro de 2005 – Autoriza o Poder Executivo a doar, em nome do Estado da Bahia, área de terra de sua propriedade, à Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER, na forma que indica, e dá outras providências.

Lei nº 9.840, de 22 de dezembro de 2005 – Dispõe sobre a isenção de multa, juros, atualização monetária e desconto sobre o débito histórico para as famílias cadastradas no Programa Tarifa Residencial Social, na área de concessão da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A – EMBASA.

Resoluções

Resolução nº 1, de 06 de setembro de 2005 – Aprova o Regimento da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI.

Secretaria da Fazenda

Portarias

Portaria nº 751, de 9 de dezembro de 2005 – Altera para o exercício de 2005, o Orçamento Analítico do Fundo de Custeio da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia – FUNPREV, na forma que indica e dá outras providências.

Portaria nº 752, de 12 de dezembro de 2005 – Altera para o exercício de 2005, o Orçamento Analítico da Secretaria da Fazenda – SEFAZ, na forma que indica e dá outras providências.

Indicadores Conjunturais

Indicadores Econômicos

Índices de Preços

Índice de Preços ao Consumidor - IPC ¹ - Salvador: Dez/2005						
Grandes Grupos	Variações do mês (%)		Variações acumuladas (%)		Índice acumulado	
	dez/04	dez/05	No ano ²	Últimos 12 meses ³	Abr/92 = 100	Jun/94=100
Alimentos e bebidas	0,80	0,93	4,27	4,27	349779,1	234,49
Habitação e encargos	0,68	1,43	21,09	21,09	700022,8	559,79
Artigos de residência	-0,20	-0,22	0,14	0,14	278734,4	232,96
Vestuário	0,91	0,87	4,77	4,77	317150,9	186,14
Transporte e comunicação	1,23	-0,22	8,05	8,05	607305,9	657,24
Saúde e cuidados pessoais	-0,31	-0,03	5,17	5,17	594283,6	316,62
Despesas pessoais	0,21	0,50	5,33	5,33	644697,1	369,67
Geral	0,63	0,54	6,25	6,25	457811,0	319,02

Fonte: SEI

¹ O IPC de Salvador representa a média de 27.000 cotações de uma cesta de consumo de 308 bens e serviços pesquisados em 270 estabelecimentos e 600 domicílios, para famílias com rendimentos de 1 - 40 salários mínimos

² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Pesquisa Nacional da Cesta Básica Custo e variação da cesta básica - capitais brasileiras: Dez/2005					
Capitais	Valor da cesta (R\$)	Variação no mês ¹ (%)	Variação acumulada(%)		Porcentagem do salário mínimo
			No ano ²	12 meses ³	
Aracaju	145,30	4,96	10,65	10,65	52,45
Belém	156,77	4,53	4,72	4,72	56,59
Belo Horizonte	176,88	2,68	16,16	16,16	63,84
Brasília	177,20	2,43	5,02	5,02	63,96
Curitiba	176,92	2,51	13,48	13,48	63,86
Florianópolis	172,62	-1,53	9,66	9,66	62,31
Fortaleza	133,04	2,09	6,66	6,66	48,02
Goiânia	149,12	2,91	0,15	0,15	53,82
João Pessoa	144,60	6,17	14,64	14,64	52,19
Natal	135,92	-0,32	3,13	3,13	49,06
Porto Alegre	191,30	7,12	9,47	9,47	69,05
Recife	140,31	-0,69	14,08	14,08	50,64
Rio de Janeiro	178,09	1,01	7,69	7,69	64,28
Salvador	136,20	1,20	8,23	8,23	49,16
São Paulo	183,43	-0,67	6,52	6,52	66,21
Vitória	165,61	0,11	8,68	8,68	59,78

Fonte: DIEESE

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Agricultura

Produção física e rendimento médio dos principais produtos - Bahia: 2004 / 2005						
Produtos do LSPA ¹	Produção física (t)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2004 ²	2005 ³	Variação (%)	2004 ²	2005 ³	Variação (%)
Lavouras temporárias						
Abacaxi ⁴	117.989	119.132	1,0	24.576	24.914	1,4
Algodão herbáceo	704.163	819.977	16,4	3.453	3.184	-7,8
Alho	6.867	7.432	8,2	6.571	6.939	5,6
Amendoim	12.331	7.042	-42,9	1.680	1.150	-31,5
Arroz total	63.369	92.683	46,3	2.144	2.376	10,8
Arroz sequeiro	50.719	74.832	47,5	1.913	2.156	12,7
Arroz irrigado	12.650	17.851	41,1	4.161	4.161	0,0
Batata-inglesa	177.000	177.150	0,1	31.607	31.578	-0,1
Caná-de-açúcar	5.027.980	5.636.887	12,1	57.965	58.761	1,4
Cebola	131.464	121.631	-7,5	21.248	20.428	-3,9
Feijão total	330.734	460.505	39,2	474	670	41,4
Feijão 1ª safra	129.778	122.830	-5,4	389	482	23,9
Sequeiro	82.129	61.912	-24,6	379	434	14,5
Irrigado	3.961	5.520	39,4	2.751	2.667	-3,1
Caupi	43.668	55.398	26,9	378	503	33,1
Feijão 2ª safra	200.956	337.675	68,0	542	781	44,1
Sequeiro	173.428	302.735	74,6	489	749	53,2
Irrigado	23.802	23.947	0,6	2.261	2.241	-0,9
Caupi	3.726	10.993	195,0	631	629	-0,3
Fumo	9.730	11.021	13,3	893	923	3,4
Mamona	114.125	135.394	18,6	773	734	-5,0
Mandioca	4.156.403	4.512.817	8,6	12.439	12.840	3,2
Milho total	1.610.560	1.614.899	0,3	2.154	2.067	-4,0
Milho 1ª safra	1.417.674	1.206.621	-14,9	3.131	3.020	-3,5
Sequeiro	1.317.574	1.155.660	-12,3	3.018	2.966	-1,7
Irrigado	100.100	50.961	-49,1	6.145	5.176	-15,8
Milho 2ª safra	192.886	408.278	111,7	774	1.070	38,2
Sequeiro	191.690	406.946	112,3	770	1.068	38,7
Irrigado	1.196	1.332	11,4	3.147	3.149	0,1
Soja	2.364.480	2.401.200	1,6	2.880	2.760	-4
Sorgo granífero	109.649	104.196	-5,0	1.788	1.798	0,6
Tomate	192.216	204.599	6,4	38.981	38.927	-0,1
Tomate de mesa	192.216	204.599	6,4	38.981	38.927	-0,1
Tomate para indústria	nd	nd	nd	nd	nd	-
Trigo	nd	1.915	nd	nd	5.583	-
Lavouras permanentes						
Banana ⁵	844.739	865.221	2,4	14.056	13.880	-1,3
Cacau	134.780	142.240	5,5	253	255	0,8
Café	129.598	142.240	9,8	876	962	9,8
Castanha-de-cajú	5.479	5.964	8,9	280	289	3,2
Coco-da-baía ⁴	689.712	723.600	4,9	8.948	8.873	-0,8
Dendê	171.044	nd	-	4.114	nd	-
Guaraná	2.350	1.293	-45,0	392	209	-46,7
Laranja ⁵	774.003	800.852	3,5	15.857	15.877	0,1
Mamão ⁵	723.239	679.083	-6,1	50.263	50.429	0,3
Maracujá ⁴	114.147	nd	-	12.920	nd	-
Pimenta-do-reino	3.074	3.224	4,9	2.493	2.457	-1,4
Sisal	187.247	195.680	4,5	861	887	3,0
Uva	85.910	86.338	0,5	25.216	25.230	0,1

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra

¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996

² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2004 (dados sujeitos a retificação)

³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), dezembro/2005 (dados sujeitos a retificação)

⁴ Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare

⁵ Produção física em tonelada e rendimento médio em quilo por hectare, a partir de setembro. Desconsiderar variação percentual

Área plantada, área colhida e área perdida dos principais produtos - Bahia: 2004/ 2005								
Produtos do LSPA ¹	Área plantada (ha)			Área colhida (ha)			Área perdida (ha) ⁴	
	2004 ²	2005 ³	Variação (%)	2004 ²	2005 ³	Variação (%)	2004 ²	2005 ³
Lavouras temporárias								
Abacaxi	4.851	4.805	-0,9	4.801	4.805	0,1	50	0
Algodão herbáceo	203.939	257.567	26,3	203.939	257.567	26,3	0	0
Alho	1.045	1.071	2,5	1.045	1.071	2,5	0	0
Amendoim	7.339	6.122	-16,6	7.339	6.122	-16,6	0	0
Arroz total	29.551	39.004	32,0	29.551	39.004	32,0	0	0
Arroz sequeiro	26.511	34.714	30,9	24.977	34.714	39,0	1.534	0
Arroz irrigado	3.040	4.290	41,1	3.040	4.290	41,1	0	0
Batata-inglesa	5.600	5.610	0,2	5.600	5.610	0,2	0	0
Cana-de-açúcar	86.967	96.319	10,8	86.742	95.929	10,6	225	390
Cebola	6.187	5.964	-3,6	6.187	5.954	-3,8	0	10
Feijão total	834.870	775.368	-7,1	704.331	687.440	-2,4	130.539	87.928
Feijão 1ª safra	429.856	342.929	-20,2	333.482	255.001	-23,5	96.374	87.928
Sequeiro	299.054	230.147	-23,0	216.482	142.717	-34,1	82.572	87.430
Irigado	1.440	2.070	43,8	1.440	2.070	43,8	0	0
Caupi	129.362	110.712	-14,4	115.560	110.214	-4,6	13.802	498
Feijão 2ª safra	405.014	432.439	6,8	370.849	432.439	16,6	34.165	0
Sequeiro	387.483	404.273	4,3	354.413	404.273	14,1	33.070	0
Irigado	10.529	10.687	1,5	10.529	10.687	1,5	0	0
Caupi	7.082	17.479	146,8	5.907	17.479	195,9	1.175	0
Fumo	10.894	11.939	9,6	10.894	11.939	9,6	0	0
Mamona	149.623	185.521	24,0	147.698	184.346	24,8	1.925	1.175
Mandioca	345.220	380.078	10,1	334.132	351.473	5,2	11.088	28.605
Milho total	759.648	808.761	6,5	702.029	781.121	11,3	57.619	27.640
Milho 1ª safra	470.542	427.140	-9,2	452.808	399.500	-11,8	17.734	27.640
Sequeiro	454.252	417.295	-8,1	436.518	389.655	-10,7	17.734	27.640
Irigado	16.290	9.845	-39,6	16.290	9.845	-39,6	0	0
Milho 2ª safra	289.106	381.621	32,0	249.221	381.621	53,1	39.885	0
Sequeiro	288.726	381.198	32,0	248.841	381.198	53,2	39.885	0
Irigado	380	423	11,3	380	423	11,3	0	0
Soja	821.000	870.000	6,0	821.000	870.000	6,0	0	0
Sorgo granífero	61.475	57.945	-5,7	61.313	57.945	-5,5	162	0
Tomate	4.931	5.256	6,6	4.931	5.256	6,6	0	0
Tomate de mesa	4.931	5.256	6,6	4.931	5.256	6,6	0	0
Tomate para indústria	nd	nd	-	nd	nd	-	-	-
Trigo	nd	343	-	nd	343	-	-	-
Lavouras permanentes								
Banana	61.148	62.424	2,1	60.100	62.336	3,7	1.048	88
Cacau	544.068	556.727	2,3	533.529	556.727	4,3	10.539	0
Café	148.253	145.957	-1,5	147.874	145.957	-1,3	379	0
Castanha-de-cajú	19.832	20.779	4,8	19.595	20.660	5,4	237	119
Coco-da-baía	79.303	81.604	2,9	77.080	81.547	5,8	2.223	57
Dendê	41.579	nd	-	41.579	nd	-	-	-
Guaraná	6.003	6.197	3,2	5.993	6.197	3,4	10	0
Laranja	49.023	50.593	3,2	48.810	50.441	3,3	213	152
Mamão	15.560	13.611	-12,5	14.389	13.466	-6,4	1.171	145
Maracujá	8.857	nd	-	8.835	nd	-	22	-
Pimenta-do-reino	1.250	1.312	5,0	1.233	1.312	6,4	17	0
Sisal	223.364	226.458	1,4	217.464	220.558	1,4	5.900	5.900
Uva	3.407	3.422	0,4	3.407	3.422	0,4	0	0

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível. normalmente em razão da cultura estar na entressafra

¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto de produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2004 (dados sujeitos a retificação)³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), dezembro/2005 (dados sujeitos a retificação)⁴ Equivale à área plantada menos a área colhida

Indústria

Produção física da indústria e dos principais gêneros - Bahia: Out/2005					%
Classes e Gêneros	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no ano ³	Acumulado 12 meses ⁴	
Indústria Geral	-2,7	1,5	3,8	6,2	
Extrativa Mineral	3,0	-5,4	-3,6	-3,6	
Indústria de Transformação	-2,3	1,9	4,3	6,8	
Alimentos e Bebidas	-3,0	2,2	8,3	10,0	
Celulose, papel e produtos de papel	0,2	38,2	10,9	3,9	
Refino de petróleo e álcool	-10,6	0,3	5,7	17,1	
Produtos químicos	0,2	-8,6	0,0	0,7	
Borracha e plástico	-10,3	9,7	8,1	8,1	
Minerais não metálicos	-1,5	11,3	8,5	8,6	
Metalurgia básica	-0,2	16,8	-1,5	-3,0	
Veículos automotores	nd	10,8	35,6	43,1	

Fonte: IBGE. Elaboração: CAC-SEI

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Variação mensal do índice da indústria de transformação - Bahia: Out/2004 - Out/2005					%
Períodos	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no ano ³	Acumulado 12 meses ⁴	
Outubro 2004	-0,1	7,4	8,5	4,8	
Novembro	2,9	32,4	10,4	8,9	
Dezembro	-0,8	12,7	10,6	10,6	
Janeiro	-0,9	7,7	7,7	11,4	
Fevereiro	0,2	4,5	6,1	10,8	
Março	0,3	-0,4	3,8	9,6	
Abril	2,9	6,1	4,4	9,7	
Maiο	-3,1	0,3	3,5	8,6	
Junho	6,0	-1,8	2,5	6,6	
Julho	-0,8	9,2	3,5	6,9	
Agosto	1,9	11,4	4,5	7,3	
Setembro	-3,6	4,7	4,5	7,3	
Outubro 2005	-2,3	1,9	4,3	6,8	

Fonte: IBGE. Elaboração: CAC-SEI

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Energia

Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe - Bahia:Out/2005				%
Classes	No mês ³	Mensal ⁴	Acumulado no ano ⁵	Acumulado 12 meses ⁶
Rural/Irrigação	3,9	7,6	-4,1	-4,5
Residencial	4,4	8,3	7,0	6,6
Industrial ¹	-1,8	-4,9	10,9	11,6
Comercial	4,6	8,3	8,2	7,7
Utilidades públicas ²	0,3	4,5	4,8	4,4
Setor público	7,2	12,5	6,7	5,1
Concessionária	4,1	11,5	4,9	2,1
Total	0,7	0,5	8,6	8,8

Fonte: COELBA/CO-CGM. Elaboração: CAC-SEI

¹ Consumo industrial corresponde à COELBA, CHESF, COPENE e MERCADO LIVRE

² Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e tração elétrica

³ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal

⁴ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

⁵ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁶ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Serviços

Variação no volume de vendas no varejo ¹ - Bahia:Out/2005				
Classes e Gêneros	No mês ²	Mensal ³	No ano ⁴	12 meses ⁵
Comércio Varejista	-4,32	2,71	7,61	8,36
Combustíveis e Lubrificantes	-6,55	-18,89	-12,97	-9,98
Hipermercados, Supermercados, produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	-3,67	0,59	7,96	7,70
Hipermercados e Supermercados	-1,19	2,79	6,16	6,55
Tecidos, Vestuário e Calçados	-2,15	12,69	17,69	15,75
Móveis e Eletrodomésticos	0,29	41,08	46,03	47,94
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	nd	14,52	10,92	nd
Livros, jornais, revistas e papelaria	nd	8,37	-1,28	nd
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	nd	66,03	64,99	nd
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	nd	18,74	10,72	nd
Veículos, Motos e Peças	3,16	8,99	9,37	12,01
Material de construção	nd	-9,58	-6,28	nd

Fonte: IBGE/ Diretoria de Pesquisas / Departamento de Comércio e Serviços

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível

¹ Dados deflacionados pelo IPCA

² Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal

³ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

⁴ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁵ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

**Consultas e inadimplências junto ao Serviço de Proteção ao Crédito
Salvador: Set/2002 – Set/2003**

%

Períodos	Consultas			Inadimplências ¹		
	No mês ²	Mensal ³	Acumulado no ano ⁴	No mês ²	Mensal ³	Acumulado no ano ⁴
Setembro 2002	-25,5	-45	4,2	48,5	-94,8	-51,4
Outubro	3,6	-62,1	-7,4	-8,1	-88,3	-55,8
Novembro	-4,9	-62,9	-15,5	-7,4	-83,7	-57,8
Dezembro	11,8	-62,8	-22,1	-6,3	-95,2	-64,9
Janeiro 2003	-10,5	-46,3	-46,3	-25,2	-89,0	-89,0
Fevereiro	-12,5	-40,3	-43,6	-6,3	-90,5	-89,7
Março	-6,2	-49,4	-45,5	13,1	-89,2	-89,6
Abril	10,0	-50,5	-46,9	47,2	-80,7	-87,6
Maio	2,0	-54,2	-48,5	-22,1	-60,1	-85,5
Junho	-12,3	-28,4	-46,3	56,7	-38,4	-82,1
Julho	11,7	-28,4	-44,2	-33,9	-32,6	-80,1
Agosto	-3,7	-36,3	-43,4	-24,7	-16,0	-78,5
Setembro	3,3	-11,7	-41,0	214,2	77,7	-73,0

Fonte: Dados Primários SPC. Elaboração: SEI

¹ Novos Registros² Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior³ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior⁴ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior
Total de cheques compensados - Bahia: Nov/2004 - Nov/2005

%

Períodos	Quantidade			Valor (R\$)		
	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no ano ³	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no ano ³
Novembro 2004	8,2	6,2	-5,0	-8,0	11,6	6,7
Dezembro	0,3	-14,6	-5,9	18,5	2,6	6,3
Janeiro	-2,5	-6,5	-6,0	-6,4	6,9	6,4
Fevereiro	-9,7	-0,6	-3,8	-12,9	13,6	6,8
Março	10,8	-10,3	-6,1	8,0	-7,9	5,7
Abril	-12,5	-11,1	-7,3	-12,0	-8,7	4,8
Maio	12,4	-2,3	-6,3	11,9	-2,6	4,3
Junho	-7,4	-7,9	-6,6	-5,6	-6,2	3,7
Julho	-2,7	-11,9	-7,3	-2,9	-11,4	2,9
Agosto	14,0	-2,7	-6,7	13,0	-3,5	2,5
Setembro	-8,5	-0,1	-6,1	-7,6	-5,8	2,1
Outubro	0,8	-1,3	-5,6	1,1	-8,6	1,6
Novembro 2005	-1,5	-10,1	-6,0	0,6	0,0	1,5

Fonte: Banco Central do Brasil

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

Indicadores Sociais

Emprego

Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED Taxas de desemprego e de participação Região Metropolitana de Salvador - Nov/2005				%
Taxas	RMS	Salvador	Demais municípios	
Desemprego Total	22,8	21,9	26,8	
Desemprego aberto	13,9	13,0	18,0	
Desemprego oculto	8,9	8,9	8,8	
Participação (PEA/PIA)	61,7	62,0	60,4	

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Taxa de desemprego aberto e taxa de participação Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Nov/2005					%
Períodos	Taxa de desemprego aberto		Taxa de participação		
	RMS	Salvador	RMS	Salvador	
Janeiro 2004	14,9	14,3	62,4	63,3	
Fevereiro	14,9	14,1	62,0	63,1	
Março	15,4	14,5	62,0	63,1	
Abril	15,9	14,8	62,2	63,0	
Maio	15,5	14,5	62,3	63,0	
Junho	15,0	14,0	62,2	62,9	
Julho	14,9	14,1	62,1	62,9	
Agosto	14,9	14,1	62,1	63,0	
Setembro	14,8	14,2	61,9	62,8	
Outubro	14,5	13,9	61,9	63,1	
Novembro	14,5	14,2	61,7	62,9	
Dezembro	14,4	14,2	61,3	62,5	
Janeiro 2005	14,0	13,9	61,0	61,8	
Fevereiro	13,4	12,8	60,5	60,9	
Março	14,0	13,0	60,4	60,6	
Abril	14,9	13,7	60,3	60,7	
Maio	15,5	14,4	60,7	61,2	
Junho	15,1	13,9	60,7	61,5	
Julho	14,5	13,3	61,1	61,7	
Agosto	14,3	13,0	61,1	61,5	
Setembro	14,1	13,2	61,5	61,7	
Outubro	14,1	13,1	61,4	61,7	
Novembro	13,9	13,0	61,7	62,0	

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais de participação e taxa de desemprego total
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Nov/2005

%

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 Anos		Taxas		Popula- ção total¹
	Total		Ocupados		Desempregados						
	Números absolutos¹	Índice²	Números absolutos¹	Índice²	Números absolutos¹	Índice²	Números absolutos¹	Índice²	Partici- pação (PEA/PIA)	Desemp. total (DES/PEA)	
Janeiro 2004	1.684	128,4	1.246	119,1	438	164,5	1.015	110,9	62,4	26,0	3.219
Fevereiro	1.677	127,8	1.231	117,7	446	167,5	1.029	112,4	62,0	26,6	3.225
Março	1.681	128,1	1.232	117,8	449	168,6	1.031	112,6	62,0	26,7	3.230
Abril	1.691	128,9	1.240	118,5	451	169,4	1.027	112,2	62,2	26,7	3.236
Maio	1.697	129,3	1.261	120,6	436	163,8	1.030	112,5	62,3	25,7	3.242
Junho	1.699	129,5	1.266	121,0	433	162,6	1.032	112,7	62,2	25,5	3.247
Julho	1.700	129,6	1.270	121,4	430	161,5	1.039	113,5	62,1	25,3	3.253
Agosto	1.704	129,9	1.275	121,9	429	161,1	1.040	113,7	62,1	25,2	3.259
Setembro	1.702	129,7	1.275	121,9	427	160,4	1.048	114,5	61,9	25,1	3.264
Outubro	1.706	130,0	1.279	122,3	427	160,4	1.051	114,8	61,9	25,0	3.270
Novembro	1.705	130,0	1.275	121,9	430	161,5	1.059	115,7	61,7	25,2	3.275
Dezembro	1.698	129,4	1.277	122,1	421	158,1	1.071	117,0	61,3	24,8	3.281
Janeiro 2005	1.693	129,0	1.273	121,7	420	157,7	1.083	118,3	61,0	24,8	3.287
Fevereiro	1.683	128,3	1.269	121,3	414	155,5	1.099	120,1	60,5	24,6	3.293
Março	1.684	128,4	1.256	120,1	428	160,7	1.104	120,6	60,4	25,4	3.298
Abril	1.685	128,4	1.252	119,7	433	162,6	1.109	121,2	60,3	25,7	3.304
Maio	1.700	129,6	1.261	120,6	439	164,9	1.101	120,3	60,7	25,8	3.310
Junho	1.704	129,9	1.270	121,4	434	163,0	1.103	120,5	60,7	25,5	3.316
Julho	1.719	131,0	1.291	123,4	428	160,7	1.094	119,5	61,1	24,9	3.321
Agosto	1.723	131,3	1.299	124,2	424	159,2	1.096	119,8	61,1	24,6	3.327
Setembro	1.738	132,5	1.328	127,0	410	154,0	1.088	118,8	61,5	23,6	3.333
Outubro	1.739	132,5	1.334	127,5	405	152,1	1.093	119,4	61,4	23,3	3.339
Novembro	1.751	133,5	1.352	129,3	399	149,9	1.088	118,8	61,7	22,8	3.345

Variação mensal

Nov-05/Out-05	0,7	1,3	-1,5	-0,5	0,5	-2,1
----------------------	------------	------------	-------------	-------------	------------	-------------

Variação no ano

Nov-05/Dez-04	3,1	5,9	-5,2	1,5	0,7	-8,1
----------------------	------------	------------	-------------	------------	------------	-------------

Variação anual

Nov-05/Nov-04	2,7	6,0	-7,2	2,8	0,0	-9,5
----------------------	------------	------------	-------------	------------	------------	-------------

Fonte: PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Em 1.000 pessoas. A partir de fevereiro/2001 as projeções da população foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000² Base: Dezembro 1996 = 100

Distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica no trimestre Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Nov/2005							%
Períodos	Setores de Atividade Econômica						
	Indústria de transformação	Construção civil	Comércio	Serviços produção ¹	Serviços pessoais ²	Serviços domésticos	Outros
Janeiro 2004	8,5	5,1	16,7	31,9	26,7	10,0	1,1
Fevereiro	8,5	4,9	16,5	32,3	26,8	9,7	1,3
Março	8,4	4,5	16,6	32,8	26,8	9,7	1,2
Abril	8,5	4,4	15,9	33,0	26,6	10,2	1,4
Maio	8,2	4,3	16,4	32,5	26,7	10,6	1,3
Junho	8,4	4,6	16,3	32,6	27,0	10,0	1,1
Julho	8,7	4,4	16,3	32,3	27,6	9,6	1,1
Agosto	9,2	4,4	16,2	33,2	26,9	8,8	1,3
Setembro	9,1	4,3	16,4	32,7	26,4	9,2	1,9
Outubro	8,9	4,5	16,5	32,6	26,2	9,4	1,9
Novembro	8,5	4,3	16,6	32,0	27,2	9,8	1,6
Dezembro	8,3	5,0	16,6	31,8	27,0	10,0	1,3
Janeiro 2005	8,6	4,9	16,3	32,3	26,4	10,0	1,5
Fevereiro	8,7	5,5	16,3	32,9	25,2	9,8	1,6
Março	8,8	5,4	15,9	33,7	25,6	9,1	1,5
Abril	8,9	5,7	16,4	32,5	26,3	8,9	1,3
Maio	9,1	5,1	16,0	31,5	27,7	9,2	1,4
Junho	9,2	4,8	16,2	31,2	27,5	9,6	1,5
Julho	9,3	4,1	16,2	31,8	27,4	9,7	1,5
Agosto	9,2	4,3	16,1	32,8	26,4	9,6	1,6
Setembro 2005	9,3	4,3	16,0	33,2	26,2	9,4	1,6
Outubro	9,1	4,3	15,7	33,3	26,5	9,4	1,7
Novembro	9,6	4,2	16,1	32,1	27,1	9,3	1,6

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Incluem Transporte e armazenagem; Utilidade pública; Especializados; Administração pública, Forças Armadas e polícia; Crédito e financeiros; Comunicação; diversão, radiodifusão, e teledifusão; Comércio, administração de valores mobiliários e de imóveis; Serviços auxiliares; Outros serviços de reparação e limpeza.

² Incluem Serviços pessoais diversos, alimentação, educação, saúde, serviços comunitários, oficinas de reparação mecânica e outros serviços

Distribuição dos ocupados por posição na ocupação no trimestre Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Nov/2005										%
Períodos	Posição na ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador	Domésticos	Outros ¹
	Total	Assal. priv. c/ carteira	Assal. priv. s/ carteira	Assal. público	Total	Autôn. trab. p/ público	Autôn. trab. p/ empresa			
Janeiro 2004	60,4	34,2	12,3	13,9	23,1	19,0	4,1	3,7	10,0	2,8
Fevereiro	60,8	34,5	12,1	14,2	22,9	18,8	4,1	3,9	9,7	2,7
Março	60,8	34,9	11,7	14,2	22,5	18,7	3,8	3,9	9,7	3,0
Abril	60,1	34,4	11,8	13,9	22,8	18,7	4,1	4,0	10,2	2,9
Maio	59,3	33,9	11,7	13,7	23,0	19,3	3,7	4,1	10,6	3,0
Junho	59,1	33,8	11,7	13,6	23,9	20,0	3,9	4,2	10,0	2,9
Julho	59,2	34,4	10,9	13,9	23,9	20,0	3,9	4,2	9,6	3,0
Agosto	60,2	34,8	11,2	14,2	24,0	19,7	4,3	4,1	8,8	2,9
Setembro	59,4	34,4	10,9	14,1	24,4	19,5	4,9	4,3	9,2	2,7
Outubro	59,8	33,9	11,8	14,1	24,3	19,5	4,8	4,2	9,4	2,3
Novembro	60,0	34,4	11,8	13,8	23,9	19,1	4,8	4,1	9,8	2,2
Dezembro	60,3	34,6	12,1	13,6	23,4	19,1	4,3	4,0	10,0	2,3
Janeiro 2005	60,3	35,7	11,5	13,1	23,4	19,2	4,2	4,2	10,0	2,1
Fevereiro	60,5	36,0	11,2	13,3	23,3	19,3	4,0	4,4	9,8	2,0
Março	61,7	37,2	11,0	13,5	22,8	19,0	3,8	4,5	9,1	1,9
Abril	61,6	37,3	11,2	13,1	22,8	18,9	3,9	4,6	8,9	2,1
Maio	60,8	36,2	11,6	13,0	23,5	19,8	3,7	4,3	9,2	2,2
Junho	60,8	35,8	12,1	12,9	23,7	19,6	4,1	3,7	9,6	2,2
Julho	61,8	36,0	12,2	13,6	22,6	18,9	3,7	3,8	9,7	2,1
Agosto	62,1	36,5	12,0	13,6	22,3	18,4	3,9	3,9	9,6	2,1
Setembro 2005	62,2	36,7	11,4	14,1	22,0	18,4	3,6	4,2	9,4	2,2
Outubro	62,1	36,6	11,3	14,1	22,3	18,7	3,5	3,8	9,4	2,4
Novembro	62,6	37,2	11,2	14,1	22,0	18,4	3,5	3,6	9,4	2,4

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Incluem trabalhadores familiares e donos de negócios familiares

Rendimento

Rendimento real trimestral dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Out/2005						
R\$						
Períodos	Rendimento médio real					
	Ocupados ¹			Assalariados ²		
	Valor absoluto ³		Índice ⁴	Valor absoluto ³		Índice ⁴
	Média	Mediana		Média	Mediana	
Janeiro 2004	679	366	81,6	782	456	81,9
Fevereiro	692	363	83,1	792	449	82,9
Março	702	361	84,3	803	446	84,1
Abril	673	351	80,9	778	438	81,5
Maio	679	355	81,6	788	442	82,5
Junho	672	356	80,8	782	453	81,9
Julho	673	364	80,9	765	452	80,2
Agosto	672	364	80,4	765	455	79,8
Setembro	669	360	79,6	770	450	79,9
Outubro	666	352	79,1	781	450	80,8
Novembro	655	352	77,1	770	440	79,0
Dezembro	650	355	76,1	754	442	76,9
Janeiro 2005	686	370	79,6	790	456	80,0
Fevereiro	714	391	82,6	812	475	81,9
Março	743	392	85,6	843	480	84,7
Abril	719	381	82,5	820	453	82,0
Maio	716	376	81,2	816	451	80,7
Junho	699	384	79,3	804	454	79,5
Julho	707	399	80,2	819	480	80,9
Agosto 2005	716	400	81,1	830	500	81,9
Setembro	720	402	80,9	834	499	81,8
Outubro	726	404	80,7	829	499	80,4

Variação mensal

Out-05/Set-05	-0,3	-0,6	-0,3	-1,8	-1,1	-1,8
----------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

Variação no ano

Out-05/Dez-04	6,1	8,2	6,1	4,4	7,4	4,4
----------------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------

Variação anual

Out-05/Out-04	2,0	7,5	2,0	-0,6	3,9	-0,6
----------------------	------------	------------	------------	-------------	------------	-------------

¹ Excluídos os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

² Excluídos os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

³ Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Outubro- 2005.

⁴ Índice de variação da média. Base: Dezembro -1996 =100.

Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução ¹ Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Out/2005					
R\$					
Períodos	Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução				
	Analfabetos	1º grau incompleto	1º grau completo/ 2º incompleto	2º grau completo/ 3º incompleto	3º grau completo
Janeiro 2004	255	339	442	705	2.021
Fevereiro	238	327	428	731	2.039
Março	226	318	419	746	2.041
Abril	209	313	397	726	2.008
Maio	219	309	400	697	2.135
Junho	239	321	399	672	2.152
Julho	251	325	408	668	2.081
Agosto	262	337	418	681	2.069
Setembro	274	325	416	685	1.974
Outubro	287	307	403	686	2.034
Novembro	260	299	386	688	2.021
Dezembro	239	317	406	701	2.032
Janeiro 2005	236	338	409	737	2.124
Fevereiro	253	346	434	752	2.110
Março	269	346	439	762	2.182
Abril	272	340	443	732	2.154
Maio	270	351	443	729	2.210
Junho	252	358	426	718	2.194
Julho	261	363	429	740	2.173
Agosto 2005	280	370	429	754	2.141
Setembro	278	361	429	760	2.097
Outubro	256	356	435	773	2.133

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Outubro de 2005

Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não assinada pelo atual empregador ¹ Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Out/2005							R\$
Períodos	Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado						
	Total	Setor de atividade		Serviços	Carteira de trabalho		
		Indústria	Comércio		Assinada	Não-assinada	
Janeiro 2004	633	887	479	618	716	392	
Fevereiro	649	985	484	616	735	384	
Março	648	956	493	616	738	372	
Abril	633	926	481	611	718	378	
Maio	628	890	483	615	711	385	
Junho	632	865	483	622	707	381	
Julho	630	836	498	619	715	358	
Agosto	644	891	506	626	726	372	
Setembro	641	886	516	622	728	388	
Outubro	638	907	517	619	720	392	
Novembro	628	848	515	620	711	380	
Dezembro	634	821	498	639	715	373	
Janeiro 2005	671	908	504	676	754	389	
Fevereiro	683	910	508	689	764	396	
Março	715	1041	541	689	797	421	
Abril	693	992	525	662	775	421	
Maio	690	970	537	665	775	427	
Junho	662	857	535	655	742	409	
Julho	666	874	564	649	746	407	
Agosto 2005	673	923	547	652	748	414	
Setembro	685	1011	545	650	762	423	
Outubro	689	1011	529	656	768	418	

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Outubro de 2005

Distribuição do rendimento real trimestral entre os ocupados e os assalariados no trabalho principal ¹ Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Out/2005										
R\$										
Períodos	Rendimento real trimestral									
	Ocupados ²					Assalariados ³				
	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até
Janeiro 2004	103	246	359	717	1.524	244	288	447	823	1.626
Fevereiro	122	243	356	717	1.530	243	284	440	845	1.691
Março	102	242	354	711	1.546	241	284	437	863	1.810
Abril	101	240	344	700	1.508	240	281	429	807	1.620
Maio	101	243	352	705	1.521	243	285	439	815	1.666
Junho	101	243	354	704	1.503	243	300	450	805	1.611
Julho	101	260	364	709	1.509	260	300	452	805	1.600
Agosto	101	260	364	707	1.506	260	300	455	808	1.607
Setembro	101	260	360	707	1.513	260	300	450	808	1.707
Outubro	100	260	352	700	1.511	260	300	450	843	1.712
Novembro	101	260	352	700	1.500	260	300	440	808	1.616
Dezembro	101	260	355	700	1.500	260	300	442	811	1.522
Janeiro 2005	120	260	370	711	1.511	260	302	456	847	1.622
Fevereiro	131	260	391	799	1.516	260	303	475	900	1.700
Março	150	261	392	800	1.611	260	302	480	903	1.813
Abril	130	261	381	763	1.513	260	301	453	899	1.765
Maio	121	262	376	723	1.524	262	303	451	812	1.803
Junho	121	263	384	708	1.517	263	300	454	809	1.698
Julho	120	299	399	760	1.502	299	300	480	889	1.787
Agosto 2005	121	302	403	805	1.561	302	322	503	906	1.761
Setembro	120	300	402	800	1.600	300	332	499	907	1.800
Outubro	150	300	404	790	1.526	300	325	499	909	1.729

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Outubro de 2005

² Exclui os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício

³ Exclui os assalariados que não tiveram remuneração no mês

Emprego Formal

Flutuação Mensal do Emprego Bahia: Jan/2004 - Nov/2005					
Períodos	Saldo líquido (Admissões – desligamentos)				
	Total ¹	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2004	52.724	14.686	187	14.648	20.957
Janeiro	9.206	1.804	2.198	1.092	2.166
Fevereiro	2.628	458	-1.544	913	1.544
Março	-133	-744	-848	-309	2.112
Abril	5.184	2.525	67	801	-526
Maio	11.115	2.521	506	1.875	2.458
Junho	5.016	1.174	-630	1.445	541
Julho	7.967	2.164	233	1.083	2.773
Agosto	8.173	2.319	868	1.801	2.810
Setembro	5.493	2.792	820	1.483	2.333
Outubro	1.764	968	-659	1.695	2.260
Novembro	1.498	-581	164	2.631	3.268
Dezembro	-5.187	-714	-988	138	-782
2005	69.743	11.736	10.839	14.687	29.469
Janeiro	4.882	1.133	1.455	1.269	1.299
Fevereiro	3.112	786	-640	717	1.111
Março	6.426	1.665	1.418	-154	2.847
Abril	9.387	1.334	1.061	1.001	4.806
Maio	9.511	810	1.093	1.557	1.488
Junho	9.807	1.576	787	2.348	2.720
Julho	7.377	540	2.454	735	3.458
Agosto	6.047	464	1.961	1.465	3.713
Setembro	5.975	2.354	1.616	1.604	2.322
Outubro	4.564	1.448	-577	1.785	3.166
Novembro	2.655	-374	211	2.360	2.539
Dez/04 - Nov/05	64.556	11.022	9.851	14.825	28.687

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

¹ Incluem todos os setores. Dados preliminares

Flutuação Mensal do Emprego Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Nov/2005					
Períodos	Saldo líquido (Admissões – desligamentos)				
	Total ¹	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2004	23.824	5.238	812	5.829	12.949
Janeiro	4.607	737	2.078	448	1.349
Fevereiro	-1.413	-467	-2.114	428	789
Março	1.117	190	-297	-314	1.686
Abril	-718	312	47	151	-1.096
Maio	2.802	619	164	607	1.503
Junho	505	796	-444	466	-70
Julho	3.513	1.015	486	529	1.572
Agosto	4.008	761	1.003	727	1.584
Setembro	3.460	654	602	814	1.514
Outubro	2.345	424	-464	661	1.587
Novembro	4.300	270	-5	1.416	2.642
Dezembro	-702	-73	-244	-104	-111
2005	36.897	3.814	6.838	5.001	22.077
Janeiro	-175	389	760	450	783
Fevereiro	974	-174	-343	358	1.199
Março	3.358	547	785	-199	1.959
Abril	4.514	647	516	256	2.882
Maio	1.713	-39	562	293	479
Junho	3.253	425	543	611	1.615
Julho	5.217	563	1.883	-69	2.702
Agosto	5.547	252	1.429	419	3.203
Setembro	5.145	725	1.119	876	2.325
Outubro	4.419	481	-66	859	2.832
Novembro	2.932	-2	-350	1.147	2.098
Dez/04 - Nov/05	36.195	3.741	6.594	4.897	21.966

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

¹ Incluem todos os setores. Dados preliminares

Finanças Públicas

União

Demonstrativo das Receitas da União Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Out/2005							
(R\$1 000)							
Receitas	Previsão inicial (a)	Previsão atualizada (b)	Receitas realizadas				Saldo a Realizar (b-d)
			Set-Out/2005 (c)	% (c/b)	Jan a Out/2005 (d)	% (d/b)	
Receitas Correntes	514.206.446	514.206.446	83.689.423	16,3	418.699.212	81,4	95.507.234
Receita Tributária	147.418.884	147.418.884	22.652.027	15,4	123.432.121	83,7	23.986.763
Receita de Contribuições	318.753.568	318.753.568	52.020.053	16,3	248.837.981	78,1	69.915.587
Receita Patrimonial	13.799.462	13.799.462	1.994.298	14,5	11.651.911	84,4	2.147.551
Receita Agropecuária	19.349	19.349	2.869	14,8	16.013	82,8	3.336
Receita Industrial	676.011	676.011	83.661	12,4	401.055	59,3	274.956
Receita de Serviços	20.752.799	20.752.799	3.781.832	18,2	19.907.633	95,9	845.166
Transferências Correntes	475.127	475.127	23.009	4,8	99.877	21,0	375.250
Outras Receitas Correntes	12.311.246	12.311.246	3.131.674	25,4	14.352.621	116,6	(2.041.375)
Receitas de Capital	156.361.503	156.361.503	19.244.346	12,3	101.079.095	64,6	55.282.408
Operações de Crédito	100.804.832	100.804.832	11.609.161	11,5	63.492.289	63,0	37.312.543
Alienação de Bens	4.651.596	4.651.596	159.437	3,4	779.892	16,8	3.871.704
Amortizações de Empréstimos	27.675.693	27.675.693	3.343.845	12,1	15.946.094	57,6	11.729.599
Transferências de Capital	69.448	69.448	5.279	7,6	24.860	35,8	44.588
Outras Receitas de Capital	23.159.934	23.159.934	4.126.624	17,8	20.835.960	90,0	2.323.974
Subtotal das Receitas (I)	670.567.949	670.567.949	102.933.769	15,4	519.778.307	77,5	150.789.642
Operações de Crédito - Refinanciamento (II)	935.835.222	935.835.222	97.637.211	10,4	446.224.116	47,7	489.611.106
Operações de Crédito Internas	886.280.422	886.280.422	91.876.262	10,4	430.116.150	48,5	456.164.272
Operações de Crédito Externas	49.554.800	49.554.800	5.760.949	11,6	16.107.966	32,5	33.446.834
Subtotal com Refinanciamento (III) = (I+II)	1.606.403.171	1.606.403.171	200.570.980	12,5	966.002.423	60,1	640.400.748
Déficit (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Total (IIII+IV)	1.606.403.171	1.606.403.171	200.570.980	12,5	966.002.423	60,1	640.400.748
Saldos de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	8.910.863	-	-

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Demonstrativo das Despesas da União
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Out/2005

(R\$1 000)

Despesas	Dotação inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação atualizada (c=a+b)	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		% (g/c)	Saldo a liquidar (c-g)
				Set-Out/2005 (d)	Jan a Out/2005 (e)	Set-Out/2005 (f)	Jan a Out/2005 (g)		
Despesas Correntes	528.063.928	6.246.684	534.310.612	17.924.173	497.069.389	83.730.625	390.299.439	73,0	144.011.173
Pessoal e Encargos Sociais	98.109.568	800.522	98.910.090	5.541.461	83.927.099	14.159.826	73.081.369	73,9	25.828.721
Juros e Encargos da Dívida	110.834.622	(670)	110.833.952	181.549	109.840.140	18.445.103	72.972.769	65,8	37.861.183
Outras Despesas Correntes	319.119.738	5.446.832	324.566.570	12.201.163	303.302.150	51.125.696	244.245.301	75,3	80.321.269
Transf.a Estados, DF e Municípios	109.495.366	3.153.680	112.649.046	3.357.202	109.906.898	16.360.313	85.143.665	75,6	27.505.381
Benefícios Previdenciários	135.440.468	-	135.440.468	3.747.124	132.321.551	22.995.354	107.789.981	79,6	27.650.487
Demais Despesas Correntes	74.183.904	2.293.152	76.477.056	5.096.837	61.073.701	11.770.029	51.311.655	67,1	25.165.401
Despesas de Capital	121.372.267	3.703.369	125.075.636	3.839.441	93.283.509	12.539.424	55.743.089	44,6	69.332.547
Investimentos	21.358.701	835.189	22.193.890	2.315.830	7.820.701	1.259.985	2.990.475	13,5	19.203.415
Inversões Financeiras	33.764.760	372.023	34.136.783	1.031.135	19.851.704	3.064.511	14.096.752	41,3	20.040.031
Amortização da Dívida	66.248.806	2.496.157	68.744.963	492.476	65.611.104	8.214.928	38.655.862	56,2	30.089.101
Reserva de Contingência	21.618.689	(514.516)	21.104.173	-	-	-	-	-	21.104.173
Subtotal das Despesas (I)	671.054.884	9.435.537	680.490.421	21.763.614	590.352.898	96.270.049	446.042.528	65,5	234.447.893
Amortização da Dívida - Re-financiamento (II)	935.348.287	0	935.348.287	8.683	929.023.528	91.457.567	424.616.847	45,4	510.731.440
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	926.954.230	0	926.954.230	0	920.643.390	91.382.111	421.795.958	45,5	505.158.272
Refinanciamento de Outras Dívidas	8.394.057	0	8.394.057	8.683	8.380.138	75.456	2.820.889	33,6	5.573.168
Subtotal com Refinanciamento (III) = (I+II)	1.606.403.171	9.435.537	1.615.838.708	21.772.297	1.519.376.426	187.727.616	870.659.375	53,9	745.179.333
Superávit (IV)	-	-	-	-	-	-	95.343.048	-	-
Total (III+IV)	1.606.403.171	9.435.537	1.615.838.708	21.772.297	1.519.376.426	187.727.616	966.002.423	-	745.179.333

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Estado

Balço Orçamentário - Receita Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social: Jan - Out/2005							
(R\$1 000)							
Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Bim. Set-Out (b)	% (b/a)	No Exercício (c)	% (c/a)	
Receitas Correntes	13.382.064	14.137.991	2.406.645	17,02	11.275.076	79,75	2.862.915
Receita Tributária	7.760.919	7.442.689	1.389.970	18,68	6.298.831	84,63	1.143.858
Impostos	7.556.067	7.237.837	1.344.392	18,57	6.101.276	84,30	1.136.560
Taxas	204.852	204.852	45.578	22,25	197.555	96,44	7.298
Receita de Contribuições	1.133.301	1.520.155	236.790	15,58	1.176.581	77,40	343.575
Contribuições Sociais	1.133.301	1.520.155	236.790	15,58	1.176.581	77,40	343.575
Contribuições Econômicas	-	-	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	207.269	208.350	32.053	15,38	147.595	70,84	60.755
Receitas Imobiliárias	24.962	26.043	1.418	5,45	4.858	18,65	21.186
Receitas de Valores Mobiliários	174.026	174.026	30.127	17,31	140.195	80,56	33.830
Receitas de Concessões e Permissões	3.266	3.266	506	15,50	2.538	77,72	728
Outras Receitas Patrimoniais	5.015	5.015	1	0,01	4	0,08	5.011
Receita Agropecuária	1.213	1.213	-	-	13	1,07	1.200
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	1.007	1.007	-	-	13	1,29	994
Outras Receitas Agropecuárias	206	206	-	-	-	-	206
Receita Industrial	94	94	-	-	-	-	94
Receita da Indústria de Transformação	94	94	-	-	-	-	94
Receita de Serviços	72.751	91.802	16.018	17,45	43.529	47,42	48.273
Receita de Serviços	72.751	91.802	16.018	17,45	43.529	47,42	48.273
Transferências Correntes	4.937.920	5.009.980	707.496	14,12	3.816.271	76,17	1.193.709
Transferências Intragovernamentais	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	4.782.853	4.844.389	736.364	15,20	3.768.176	77,78	1.076.214
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	11.067	3.609	-	-	2.352	65,17	1.257
Transferências de Convênios	144.000	161.982	(28.868)	(17,82)	45.743	28,24	116.239
Outras Receitas Correntes	488.408	1.083.518	229.354	21,17	779.957	71,98	303.562
Multas e Juros de Mora	117.525	117.525	58.205	49,53	133.741	113,80	(16.216)
Indenizações e Restituições	31.845	31.845	1.420	4,46	15.440	48,48	16.406
Receita da Dívida Ativa	6.600	6.600	12.136	183,88	16.643	252,17	(10.043)
Receitas Correntes Diversas	332.438	927.548	157.593	16,99	614.133	66,21	313.416
Conta Retificadora da Receita Orçamentária	(1.219.811)	(1.219.811)	(205.035)	16,81	(987.701)	80,97	(232.110)

Continua...

Balço Orçamentário - Receita Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social: Jan - Out/2005 (R\$1 000)							
Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Bim. Set-Out (b)	% (b/a)	No exercício (c)	% (c/a)	
Receitas de Capital	1.126.855	1.129.914	38.765	3,43	206.065	18,24	923.850
Operações de Crédito	799.782	799.782	34.800	4,35	158.682	19,84	641.100
Operações de Crédito Internas	414.645	414.645	23.621	5,70	75.732	18,26	338.913
Operações de Crédito Externas	385.137	385.137	11.179	2,90	82.950	21,54	302.187
Alienação de Bens	145.615	147.864	570	0,39	32.989	22,31	114.876
Alienação de Bens Móveis	141.970	143.414	86	0,06	30.787	21,47	112.627
Alienação de Bens Imóveis	3.645	4.451	484	10,88	2.202	49,48	2.249
Amortização de Empréstimos	3.000	3.229	590	18,28	2.345	72,62	884
Amortização de Empréstimos Imobiliários	3.000	3.229	590	18,28	2.345	72,62	884
Transferências de Capital	175.008	175.589	2.806	1,60	12.049	6,86	163.540
Transferências Intragovernamentais	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	72	72	-	-	-	-	72
Transferências do Exterior	160	160	-	-	-	-	160
Transferências de Convênios	174.776	175.357	2.806	1,60	12.049	6,87	163.308
Outras Receitas de Capital	3.450	3.450	-	-	-	-	3.450
Outras Receitas	3.450	3.450	-	-	-	-	3.450
Subtotal das Receitas (I)	14.508.919	15.267.905	2.445.410	16,02	11.481.141	75,20	3.786.765
Operações de Crédito - Refinanciamento (II)	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamentos (III)=(I+II)	14.508.919	15.267.905	2.445.410	16,02	11.481.141	75,20	3.786.765
Déficit (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Total (V)= (III+IV)	14.508.919	15.267.905	2.445.410	16,02	11.481.141	75,20	3.786.765
Saldos de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	218.201	-	-

Fonte: SEFAZ/SICOP/SAF/DICOP.

Balço Orçamentário - Despesa Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social: Jan - Out/2005 (R\$1 000)								
Despesas	Dotação inicial	Créditos adicionais	Dotação atualizada	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		Saldo
				Bim. Set-Out	No Exercício	Bim. Set-Out	No exercício	
Despesas Correntes	11.851.823	614.804	12.466.627	2.012.197	9.513.275	2.069.487	9.339.901	3.126.726
Pessoal e Encargos	5.736.607	395.079	6.131.687	952.944	4.766.559	1.007.840	4.757.092	1.374.594
Juros e Encargos da Dívida	778.269	(114.231)	664.038	101.361	471.201	101.361	471.201	192.837
Outras Despesas Correntes	5.336.947	333.955	5.670.902	957.892	4.275.414	960.287	4.111.607	1.559.295
Despesas de Capital	2.625.596	169.749	2.795.345	329.969	1.463.553	365.401	1.441.938	1.353.407
Investimentos	1.544.975	215.508	1.760.483	146.808	624.275	145.409	565.828	1.194.655
Inversões Financeiras	216.460	(107.700)	108.760	16.284	80.084	16.166	79.967	28.793
Amortização da Dívida	864.161	61.941	926.102	166.877	759.194	203.826	796.143	129.959
Reserva de Contingência	31.500	(25.566)	5.934	-	-	-	-	5.934
Subtotal das Despesas (VIII)	14.508.919	758.986	15.267.905	2.342.166	10.976.828	2.434.888	10.781.838	4.486.067
Amortização da Dívida-Refinanciamento (IX)	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento (X)=(VIII+IX)	14.508.919	758.986	15.267.905	2.342.166	10.976.828	2.434.888	10.781.838	4.486.067
Superávit (XI)	-	-	-	-	-	-	699.302	-
Total (XII)=X+XI	14.508.919	758.986	15.267.905	2.342.166	10.976.828	2.434.888	11.481.141	4.486.067

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP.

Receita tributária mensal - Bahia: Jan/2004 - Out/2005						
(R\$1 000)						
Mês	I C M S		Outras		Total	
	2004	2005	2004	2005	2004	2005
Janeiro	484.463	636.043	37.074	30.157	521.538	666.200
Fevereiro	438.218	525.513	45.857	63.017	484.075	588.530
Março	468.157	486.953	46.489	48.790	514.646	535.743
Abril	699.160	526.342	48.642	67.908	747.802	594.250
Maio	532.332	601.883	54.678	66.249	587.009	668.132
Junho	531.331	616.439	63.295	65.828	594.626	682.267
Julho	554.265	514.707	65.912	85.607	620.176	600.314
Agosto	577.960	490.534	60.630	82.891	638.590	573.425
Setembro	567.226	625.826	57.974	77.998	625.200	703.824
Outubro	649.095	634.026	44.657	52.120	693.752	686.146
Novembro	513.166	-	37.186	-	550.352	-
Dezembro	610.156	-	71.658	-	681.814	-
Total	6.625.528	-	634.052	-	7.259.580	-

Fonte: SEFAZ - Balancetes mensais
Elaboração: SEI.

Arrecadação mensal da Receita Tributária ¹ - Bahia: Jan/2004 - Out/2005						
(R\$1 000)						
Mês	I C M S		Outras		Total	
	2004	2005	2004	2005	2004	2005
Janeiro	543.392	639.174	41.584	30.305	584.976	669.479
Fevereiro	486.253	525.973	50.884	63.072	537.136	589.045
Março	514.674	482.616	51.108	48.355	565.782	530.972
Abril	759.913	519.032	52.868	66.965	812.781	585.997
Maio	570.252	595.036	58.573	65.495	628.825	660.531
Junho	561.946	612.177	66.942	65.373	628.888	677.550
Julho	579.621	513.220	68.927	85.360	648.549	598.579
Agosto	596.580	492.991	62.583	83.306	659.163	576.297
Setembro	582.682	629.792	59.554	78.492	642.236	708.284
Outubro	663.259	634.026	45.631	52.120	708.890	686.146
Novembro	520.080	-	37.687	-	557.767	-
Dezembro	615.189	-	72.249	-	687.438	-
Total	6.993.842	-	668.591	-	7.662.432	-

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP
Elaboração:SEI.

¹ Valores atualizados a preços de outubro/05 pelo IGP-DI/FGV.

Transferências constitucionais da União para Bahia : Jan/2004 - Out/2005												
(R\$1 000)												
Ano e Mês	Receitas											
	FPE		IPI-EXP		CIDE		FUNDEF UNIÃO		Outras		Total	
	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês
2004												
Janeiro	167.381	167.381	8.168	8.168	-	-	16.493	16.493	6.713	6.713	198.756	198.756
Fevereiro	182.797	350.177	8.958	17.126	-	-	17.831	34.324	6.713	13.426	216.298	415.054
Março	147.937	498.114	8.358	25.483	-	-	14.736	49.060	6.713	20.140	177.744	592.797
Abril	162.956	661.070	10.286	35.769	-	-	16.187	65.247	32.539	52.678	221.968	814.765
Maiο	189.788	850.858	10.070	45.840	-	-	18.614	83.862	6.713	59.391	225.186	1.039.951
Junho	123.200	974.059	9.851	55.691	-	-	12.557	96.419	6.713	66.105	152.322	1.192.273
Julho	128.121	1.102.180	10.563	66.254	-	-	39.035	135.454	6.713	72.818	184.432	1.376.705
Agosto	166.683	1.268.862	11.093	77.346	-	-	16.562	152.016	9.217	82.035	203.554	1.580.259
Setembro	144.339	1.413.202	10.708	88.054	-	-	14.516	166.532	9.217	91.251	178.780	1.759.039
Outubro	154.466	1.567.668	11.230	99.284	21.103	21.103	15.459	181.991	9.217	100.468	211.476	1.970.515
Novembro	153.985	1.721.653	11.106	110.390	-	21.103	15.410	197.401	9.217	109.685	189.717	2.160.232
Dezembro	190.056	1.911.709	11.312	121.702	-	21.103	14.426	211.827	9.217	118.901	225.011	2.385.243
2005												
Janeiro	213.700	213.700	10.766	10.766	21.084	21.084	17.367	17.367	9.217	9.217	272.134	272.134
Fevereiro	187.072	400.772	9.167	19.933	-	21.084	15.236	32.603	9.217	18.433	220.692	492.826
Março	179.413	580.185	9.168	29.101	-	21.084	14.592	47.196	9.217	27.650	212.389	705.215
Abril	194.791	774.976	10.609	39.710	21.274	42.358	15.788	62.984	9.217	36.867	251.680	956.895
Maiο	219.866	994.842	10.347	50.057	-	42.358	17.453	80.437	9.217	46.083	256.883	1.213.778
Junho	213.015	1.207.857	8.594	58.651	-	42.358	17.116	97.553	9.217	55.300	247.942	1.461.720
Julho	174.920	1.382.778	8.756	67.407	22.431	64.789	14.183	111.736	9.217	64.517	229.507	1.691.227
Agosto	179.965	1.562.743	10.832	78.239	-	64.789	14.653	126.389	9.217	73.733	214.666	1.905.894
Setembro	150.327	1.713.070	10.620	88.859	-	64.789	12.357	138.746	9.217	82.950	182.521	2.088.415
Outubro	174.078	1.887.148	11.491	100.350	22.385	87.175	14.224	152.970	9.217	92.167	231.395	2.319.810

Fonte: MINFAZ/STN

Elaboração:SEI

Nota: A partir de 1998, dos valores do FPM, FPE, IPI-Exportação e ICMS LC 87/96, já está descontada a parcela de 15% (quinze por cento) destinada ao FUNDEF.

Município

Balanco Orçamentário¹
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social: Jan - Out/2005

(R\$1 000)

Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (b-c)
			Set-Out/2005 (b)	% b/a	Jan-Out/2005 (c)	% c/a	
Receitas Correntes	1.590.281	1.590.730	226.887	14,3	1.156.269	72,7	434.461
Receita Tributária	559.548	559.548	77.316	13,8	426.074	76,1	133.474
Impostos	470.000	470.000	69.040	14,7	363.081	77,3	106.919
Taxas	89.548	89.548	8.093	9,0	62.131	69,4	27.417
Outras Receitas Tributárias	-	-	183	-	862	-	(862)
Receita de Contribuições	118.300	118.300	10.845	9,2	55.425	46,9	62.875
Contribuições Sociais	83.500	83.500	4.030	4,8	21.007	25,2	62.493
Contribuições Econômicas	34.800	34.800	6.815	19,6	34.418	98,9	382
Receita Patrimonial	50.602	50.602	4.570	9,0	25.318	50,0	25.284
Receitas Imobiliárias	2.320	2.320	165	7,1	892	38,4	1.428
Receitas de Valores Mobiliários	14.737	14.737	3.330	22,6	17.860	121,2	(3.123)
Receitas de Concessões e Permissões	32.495	32.495	1.075	3,3	6.564	20,2	25.931
Outras Receitas Patrimoniais	1.050	1.050	-	-	2	0,2	1.048
Receita de Serviços	15.912	16.361	202	1,2	1.044	6,4	15.317
Receita de Serviços	15.912	16.361	202	1,2	1.044	6,4	15.317
Transferências Correntes	807.949	807.949	130.211	16,1	639.839	79,2	168.110
Transf. Intergovernamentais	762.507	762.507	127.584	16,7	627.731	82,3	134.776
Transf. de Instituições Privadas	432	432	-	-	175	40,5	257
Transferências de Convênios	45.010	45.010	2.627	5,8	11.933	26,5	33.077
Outras Receitas Correntes	110.450	110.450	14.368	13,0	65.395	59,2	45.055
Multas e Juros de Mora	38.540	38.540	6.589	17,1	28.610	74,2	9.930
Indenizações e Restituições	4.310	4.310	868	20,1	3.704	85,9	606
Receita da Dívida Ativa	62.700	62.700	5.974	9,5	27.623	44,1	35.077
Receitas Correntes Diversas	4.900	4.900	937	19,1	5.458	111,4	(558)
Dedução da Receita p/FUNDEF	(72.480)	(72.480)	(10.625)	14,7	(56.826)	78,4	(15.654)
Receitas de Capital	74.918	74.918	394	0,5	8.097	10,8	66.821
Operações de Crédito	13.620	13.620	-	-	2.413	17,7	11.207
Operações de Crédito Internas	13.620	13.620	-	-	2.413	17,7	11.207
Alienação de Bens	100	100	-	-	-	-	100
Alienação de Bens Móveis	100	100	-	-	-	-	100
Transferências de Capital	61.098	61.098	394	0,6	5.684	9,3	55.414
Transf. Intergovernamentais	4.293	4.293	-	-	-	-	4.293
Transferências de Convênios	56.805	56.805	394	0,7	5.684	10,0	51.121
Outras Receitas de Capital	100	100	-	-	-	-	100
Receitas de Capital Diversas	100	100	-	-	-	-	100
Subtotal das Receitas (I)	1.665.199	1.665.648	227.281	13,6	1.164.366	69,9	501.282
Déficit (II)			22.208				
Total (III)= (I+II)	1.665.199	1.665.648	249.489	15,0	1.164.366	69,9	501.282
Saldos de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG

¹ Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal(SGF).

Balço Orçamentário¹									
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, Salvador: Jan - Out/2005									
(R\$1 000)									
Despesas	Dotação inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação atualizada (c)	Despesas					Saldo (c-g)
				Empenhadas		Liquidadas			
				Set-Out/2005 (d)	Jan-Out/2005 (e)	Set-Out/2005 (f)	Jan-Out/2005 (g)	% (g/c)	
Despesas Correntes	1.436.417	9.004	1.445.421	167.798	1.194.062	227.885	1.011.410	70,0	434.011
Pessoal e Encargos Sociais	572.365	(38.651)	533.714	58.239	445.925	79.872	387.308	72,6	146.406
Juros e Encargos da Dívida Interna	77.248	-	77.248	10.200	62.605	11.650	59.116	76,5	18.132
Outras Despesas Correntes	786.804	47.655	834.459	99.359	685.532	136.363	564.986	67,7	269.473
Despesas de Capital	223.282	(8.555)	214.727	15.470	109.448	21.604	92.403	43,0	122.324
Investimentos	146.887	(10.142)	136.745	12.261	52.988	11.960	43.864	32,1	92.881
Inversões Financeiras	3.530	1.587	5.117	1.091	4.831	971	4.672	91,3	445
Amortização da Dívida	72.865	-	72.865	2.118	51.629	8.673	43.867	60,2	28.998
Reserva de Contingência	5.500	-	5.500	-	-	-	-	-	5.500
Subtotal das Despesas (I)	1.665.199	449	1.665.648	183.268	1.303.510	249.489	1.103.813	66,3	561.835
Superávit (II)	-	-	-	-	-	-	60.553	-	-
Total (III) = (I+II)	1.665.199	449	1.665.648	183.268	1.303.510	249.489	1.164.366	69,9	561.835

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG.

¹ Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal (SGF).

Normas para Publicação de Artigos

A revista Conjuntura & Planejamento, editada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), aceita colaborações originais, em português, seja sob a forma de artigos versando sobre a conjuntura e planejamento do ponto de vista da economia, seja sob a de resenhas de livros inéditos que se enquadrem nesses mesmos parâmetros.

Os artigos e resenhas são submetidos à apreciação do Conselho Editorial e os autores são, a seguir, informados sobre a viabilidade ou não da publicação de seus trabalhos.

Padrão para envio de artigos ou resenhas:

- formato A4, espaço 1,5, com margens de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12, máximo de 10 e mínimo de 5 páginas, incluindo notas, referências bibliográficas e referências;
- identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome das instituições a que está vinculado, além de endereço para contato, e-mail e telefone;
- cópia impressa e arquivos magnéticos editados em Word, que devem ser entregues à Coordenação de Análise Conjuntural (CAC), na SEI, ou cópia magnética enviada para o e-mail: cac@sei.ba.gov.br
- tabelas, ilustrações ou gráficos (formato Excel) com legendas numeradas e apresentados no corpo do texto;
- notas de rodapé explicativas ou complementares curtas, numeradas em ordem seqüencial;
- citações, até três linhas, entre aspas, na seqüência do texto; com mais de três linhas, apresentadas em outro parágrafo, com avanço de 1cm e fonte de tamanho 10, sem aspas, preferencialmente identificadas pelo sistema autor-data (NBR. 10.520 da ABNT);
- referências bibliográficas completas e precisas, segundo as normas para Referências Bibliográficas NBR 6.023, da ABNT.

As resenhas devem conter, no máximo, cinco páginas.

O autor terá direito a dois exemplares da publicação em que foi publicado seu artigo.

Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores e não refletem a opinião da Instituição.

É permitida a reprodução e/ou citação, desde que citada a fonte.

Todos os números da Conjuntura & Planejamento podem ser visualizados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br) no menu "publicações".

